

UNIVERSIDADE DE SOROCABA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Márcia Maria Fogaça de Oliveira

HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DE VOTORANTIM

Sorocaba/SP
2008

Márcia Maria Fogaça de Oliveira

HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DE VOTORANTIM

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. José Luis Sanfelice

**Sorocaba/SP
2008**

Ficha Catalográfica

O48h Oliveira, Márcia Maria Fogaça de
História e historiografia de Votorantim / Márcia Maria Fogaça de
Oliveira. -- Sorocaba, SP, 2008.
144 f.

Orientador: Prof. Dr. José Luís Sanfelice
Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de
Sorocaba, Sorocaba, SP, 2008.
Inclui anexos.

1. Votorantim (SP) - História. 2. Indústria – Votorantim (SP) –
História. 3. Educação – Votorantim (SP) – História. I. Sanfelice, José
Luís, orient. II. Universidade de Sorocaba. III. Título.

Márcia Maria Fogaça de Oliveira

HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DE VOTORANTIM

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovado em 16/12/2008

BANCA EXAMINADORA:

Orientador: Prof. Dr. José Luis Sanfelice - Uniso

1º Exam.: Prof.^a Dr.^a Azilde Lina Andreotti – Unicamp

2º Exam.: Prof. Dr. Luiz Carlos Barreira - Uniso

**SOROCABA/SP
2008**

O medo da excomunhão do gancho e do facão, tornavam-lhes cada vez mais oprimidos. Eram os piões que giravam em sentido horário arremessados pelos fios da fábrica de tecidos, pelos dedos da diretoria. Era a versão anglo-votorantinense de uma revolução industrial tardia. Fiavam o dia-a-dia, teciam suas vidas e tingiam-se de sangue, suor e lágrimas. Depois de muitos anos, alguns percebiam que não passaram de retalhos deste tecido social e tornavam-se trapos humanos.

Carlos Donisete de Oliveira

Este trabalho é dedicado
à minha mãe e a meu filho Vinícius,
pelo apoio constante
em todos os momentos
de minha vida.

Agradecimentos

Agradeço

Imensamente ao meu orientador,
Prof. Dr. JOSE LUIS SANFELICE,
pela oportunidade de ser sua orientanda.

Aos colegas e professores
da UNISO, pelo companheirismo dedicado.

Ao Prof. Dr. LUIZ CARLOS BARREIRA
pelo apoio e amizade.

Ao CARLOS,
grande amigo e companheiro,
que me apoiou nesta trajetória.

À CACILDA, BENEDITO E ZEZÉ,
que tornaram possível este momento.

A meus irmãos,
que acompanharam, atentos,
minha busca para este crescimento.

Aos amigos IVO MORA, pelo empréstimo de material e
ADEMIR BARROS DOS SANTOS, pela contribuição
na organização e revisão de meu texto.

RESUMO

Esta pesquisa teve como finalidade discutir uma determinada concepção da história do Município de Votorantim – SP, desde o final do século XIX até a década de 60 do século XX, período de sua emancipação.

Votorantim começa a delinear-se a partir do século XIX: até então, era vila de Sorocaba; primeiramente, os lotes foram sendo adquiridos pelo Banco União, que ali montou um grande complexo industrial, posteriormente apropriado pelo Grupo Votorantim atendendo a interesses privados.

Foram utilizadas como fontes primárias a produção historiográfica do Município, com os trabalhos de Kleber de Araújo Martins, intitulado Votorantim 2000 – *Memórias de Uma Cidade*, publicação de 2000 e João dos Santos Júnior – *História e Iconografia de uma Cidade*, de 2004, compêndio de fatos históricos coletados pelo autor. Estas produções historiográficas “oficiais” contaram com o apoio do Grupo Votorantim.

A análise possibilitou constatar a leitura que os referidos autores fazem da história do município, seleção, organização espacial e temporal das fontes históricas e interpretação das iconografias e constatar, também, a valorização da imagem dos Bandeirantes, atribuindo uma grande relevância histórica à vinda destes Europeus. Vê-se, também a “mitificação” em relação às figuras dos dirigentes do Grupo Votorantim, enaltecidos em diversos momentos da história.

O estudo buscou compreender a cidade sendo circundada pela Fábrica, atendendo aos interesses empresariais: as vilas operárias, a creche, a escola, os bondes, o hospital, enfim, as atividades culturais, disciplinarizando o operário dentro e fora do espaço fabril, portanto, são as relações de trabalho delineando as relações sociais. O mesmo propósito, é possível constatar em relação à emancipação, abordada pelos autores, enquanto benefício. Assim como a Educação, vinculada à Fábrica, teve um papel primordial na formação dos “habitantes -operários”, disciplinados aos valores fabris. Apoiei-me em Chauí (2006), para discutir os semióforos criados em Votorantim: os Recursos Hídricos, Brasão, Bandeira, Hino e principalmente, as Concepções Ideológicas que nortearam essas leituras sobre o distrito e posteriormente município.

A análise textual e iconográfica disponíveis permite considerar esta história contemplando o grupo empresarial, silenciando a voz do operariado e, conseqüentemente, a omissão das lutas de classes.

Palavras-chaves: Votorantim (SP); Indústria – História oficial; Indústria – Educação; Operariado; Luta de Classes

ABSTRACT

This research had as purpose to argue one definitive conception of the Votorantim history City - SP, since the end of century XIX, until the decade of 60 of century XX, period of the emancipation.

Votorantim starts to delineate itself from century XIX: until then, it was village of Sorocaba; first, the lots had been being acquired for the Bank Union, which cried great industrial complex there, later It were appropriate for Votorantim Group to private interests.

In the research I used like a first sources the historiograph production of the City. The Kleber de Araújo Martins's works like a reference, intitled Votorantim 2000 – Memory's City , it was published in 2000 and João Dos Santos Júnior - History and Iconography of a City, dated 2004, compendium of historical facts collected by the author. These "official" historygraph productions had counted on the support of Grupo Votorantim.

The analysis made possible to evidence the reading that the cited authors make of the history of the city, as they had selected, had organized space and secularly the historical sources, as they interpret the iconography, at last, to argue these works as ideological productions.

The authors had valued the images of the joke, attributing a great historical relevance from the coming of these Europeans. As well as, the "mitificação" in relation to the figures of the controllers of Grupo Votorantim, bigger at diverse moments of history.

This study searched the city being been surrounded by the Plant, taking care of to the enterprise interests: the laboring villages, the day-care center, the school, the trams, the hospital, at last, the cultural activities ,discipline the laborer inside and outside of the space manufacter therefore are the work relations delineating the social relations. The same intention, is possible to evidence in relation to the emancipation, boarded for the authors, while benefit. As well as the Education, conected with the factory, it had a primordial paper in the formation of the "inhabitants - laborers", disciplined to the values manufacter. I supported myself in Chauí (2000), to argue the "semióforos" created in Votorantim: the hídricos resources, blazon, flag, hymn and mainly, the ideological conceptions that had later guided these readings on the district and city.

The literal and iconographic analysis allows to consider this history contemplating the enterprise group, silencing the voice of the work force and consequentemente, the omission of the fights of classrooms.

Word-key: Votorantim (SP); Industry - official History; Industry - Education; Work force; Fight of Classrooms

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO – JUSTIFICATIVA DA PESQUISA.....	8
CAPÍTULO 1. HISTÓRIA “OFICIAL” DE VOTORANTIM	15
1.1. Primeiros “tempos”: o distrito sorocabano	15
1.1.1. A ocupação dos bandeirantes	15
1.1.2. A aquisição das terras: Igreja, Banco União e Grupo Votorantim	18
1.1.3. Recursos hídricos.....	22
1.1.4. A grande relevância histórica atribuída ao imigrante.....	28
1.1.5. Os heróis empresariais	31
1.2. A EMANCIPAÇÃO	35
1.3. SÍMBOLOS MUNICIPAIS	42
1.3.1. Hino.....	42
1.3.2. Brasão.....	44
1.4. ATIVIDADES RECREATIVAS E COTIDIANO	45
1.4.1. Lazer	45
1.4.2. Futebol	47
1.4.2. Vilas operárias, sistema de transporte, demais investimentos.....	50
1.4.4. Creche e escola	53
1.4.5. Condições de vida do operariado.....	55
CAPÍTULO 2 – CONTRAPONTO À HISTÓRIA “OFICIAL”.....	59
2.1. Considerações epistemológicas sobre o conceito de “Mito Fundador”.....	59
2.2. O PATERNALISMO E AS RELAÇÕES DE DOMINAÇÃO E EXPLORAÇÃO	75
2.3. A “PEQUENA NAÇÃO”: NACIONALISMO E UFANISMO DA “GRANDE NAÇÃO”	84
2.3.1. Mitos sobre a cidade	93
2.4. CONTROLE SOCIAL E CULTURAL	101
2.4.1. Futebol: importante instrumento disciplinador.....	104
2.4.2. Veículos de comunicação: agentes homogeneizantes e unificadores ...	106
2.5. A REGENERAÇÃO FÍSICA E MORAL DO OPERÁRIO.....	109
2.6. RELAÇÕES DE DOMINAÇÃO (X) RESISTÊNCIAS, EM TODAS AS ESFERAS SOCIAIS	114
CONCLUSÃO	135
ANEXO: PROJETOS DA SECRETARIA DA CULTURA	140
REFERENCIAS.....	144

INTRODUÇÃO – JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

Minhas relações com Votorantim, cidade onde moro, sempre me trouxeram indagações sobre os significados de sua constituição social, política e cultural: as fábricas, as vilas operárias, o hospital, a creche e suas instituições sempre deram a impressão de que a vida social, nessa cidade, foi determinada por Interesses Empresariais.

Para tal compreensão, foi-me necessário admitir que a constituição social de qualquer cidade só pode ser entendida dentro de um contexto histórico mais amplo e, nesse sentido, é imprescindível ter em conta que, até a década de 1960, Votorantim ainda pertencia à cidade de Sorocaba, não exercendo, por assim dizer, uma independência de fato.

Tendo interesse por História, graduei-me nessa disciplina, tornando-me professora. A partir daí, pesquisar o passado da cidade tornou-se instigante, principalmente pelas concepções ideológicas produzidas que, a meu ver, possibilitaram a legitimação da desigualdade social ali verificadas.

Este sentir nasceu e tomou corpo já a partir de minha formação escolar, vivida como reflexo do pós-regime militar, na transposição das décadas de 80 e 90, quando, estudando em escola pública estadual, éramos alunos sem liberdade de manifestação. Mesmo após a “abertura”, algumas práticas permaneceram, como, por exemplo, a “idealização dos heróis” na História do Brasil. Lembro-me, perfeitamente, da disciplina *Educação Moral e Cívica*, no antigo Primeiro Grau e, hoje, percebo com clareza a sua finalidade.

Portanto, é objeto deste estudo a formação da História oficial da cidade de Votorantim da qual como decorrência do exposto, tenho facilitada a aproximação. Assim sendo, para este estudo e como consequência do meu interesse, o recorte territorial privilegiará a cidade de Votorantim; já o recorte temporal, assentar-se-á no período compreendido entre o século XIX e meados do século XX – mais especificamente a década de 1960, período de sua emancipação – que se apresenta recoberto de grande importância para a compreensão do processo histórico, não no sentido de analisá-lo como determinante ou condicionante, mas para que, entendendo-se o entrelaçamento dessa relação primordial, seja possível lançar luz sobre a complexidade do desenvolvimento social.

Tal hipótese não surgiu aleatoriamente e também não foi levantada, apenas para cumprimento do programa de pós-graduação: antes, é oriunda da minha vivência enquanto professora atuante na cidade de Votorantim, usuária contumaz, por dever de profissão, do material analisado.

Como objeto de pesquisa, foram selecionados os seguintes livros:

- *Votorantim: história e iconografia de uma cidade*, de autoria de João dos Santos Júnior¹, cuja primeira edição, datada de 2004 esteve a cargo da Editora Ottoni. Trata-se de um livro recente, o que motivou sua escolha.
- *Votorantim 2000: memórias de uma cidade*, coordenado por Kleber de Araújo Martins². Quanto a este, a escolha se deveu, principalmente, a seu caráter quase oficial, tendo sido promovido pela Prefeitura de Votorantim e, por contar com o apoio de empresas influentes na cidade estudada, serve perfeitamente para o desenvolvimento do que aqui se argumenta.

Uma das dificuldades por mim encontradas nesta pesquisa foi o acesso às fontes documentais, escritas ou iconográficas; considero, portanto, de grande relevância as produções historiográficas sistematizadas pelos autores citados que, ao reunir as fontes e relacioná-las, muito facilitaram o meu trabalho.

Quanto às obras, informa Santos Júnior que seu estudo sobre a história de Votorantim iniciou-se em 1963, embora só tivesse sido sistematizada como livro em 2004, sendo longo o percurso por ele percorrido até o produto final.

Há ainda que se notar o fato de ambos os autores partilharem das mesmas fontes bibliográficas³; no entanto, há que se discutir, neste estudo, qual a importância deste fato: seria apenas, o reconhecimento comum da pertinência das fontes utilizadas, ou a mesma lente historiográfica foi utilizada para ler, por ambos e da mesma forma, a história de Votorantim?

¹ Colaborador de *O Jornal Cruzeiro do Sul* (1964); editor da revista *Almanaque Esportivo* (1998); colaborador da TV Cultura de São Paulo, programa *Os grandes momentos do esporte*; editor da revista *Almanaque Esportivo* (1998); *free lancer* da *Revista do futebol* (1998).

² O trabalho coordenado pelo Kleber Araújo Martins resultou do projeto organizado pela Secretaria de Cultura e Turismo, em 2000, que possuía um aparato maior para a pesquisa, inclusive uma equipe bastante grande, tendo o historiador Paulo Fontes participando da Comissão do Projeto Memória de Votorantim.

³ Grupo Votorantim 80 anos 1918 - 1998. São Paulo, 1998. SAINT-HILAIRE, August de. Viagem à Província de São Paulo. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1976. SCANTIMBURGO, João de. José Ermírio de Moraes – o homem – a obra. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1975. SINGER, Paul. A Formação da Classe Operária. São Paulo: Ed. Atual, 1991. ALMEIDA, Aluísio de. História de Sorocaba. Sorocaba. SP: Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba, 1969. _____ 3 Séculos de História. São Paulo: Ed. Ottoni, 2002. GASPARG, Antônio Francisco. Sorocaba de Ontem. São Paulo: Ed. Cupolo Ltda, 1954. _____ Os Bondes Elétricos de Sorocaba. São Paulo: Ed. Cupolo, 1955.

Os textos aqui selecionados, quanto aos autores ora analisados, também não são escolhas arbitrárias, muito menos produções isoladas, sem perpassar pela tendência historiográfica oriunda de alguma necessidade social e política, quer legitimando, quer desmitificando, as relações de poder.

Fundamentalmente, ambos os pesquisadores utilizaram, como metodologia de pesquisa, entrevistas com pessoas que vivenciaram aquela época e foram se constituindo testemunhas, no processo histórico que os autores determinaram levantar. Não pretendo, em hipótese alguma, desmerecer-lhes o esforço e o trabalho: apenas tentarei apanhar as similaridades e as concepções históricas que norteiam ambos os olhares, no sentido de mostrar que, ao fim de tudo, nenhuma produção é efetivamente neutra.

Os trabalhos de Santos Júnior e Araújo Martins autores aqui analisados, trazem citações de Varnhagen⁴ e Aluísio de Almeida⁵, historiadores que tiveram grande influência para a história, principalmente referindo-se à história local, lembrando que Aluísio é considerado um pesquisador relevante para tais pesquisas. No entanto, apesar de detalhista em relação aos dados, aparentemente lhe falta análise crítica, assemelhando-se, assim, a Varnhagen, em relação à valorização da “história pátria”, o que os faz diferentes de colecionadores de dados, os quais sempre valorizaram o “rigor científico” e a “neutralidade”, características do positivismo.

Em outras palavras, ambos, Varnhagen e Almeida produziram conhecimento histórico em contexto onde o “cientificismo”, a teoria da evolução, o conceito de raça, estavam presentes, e a história era produzida sob a ótica positivista.

Em relação a isto, é Lilia Moritz Schwarcz quem informa, em seu *O espetáculo das raças*: [...] “a década de 70 é entendida como um marco para a história das idéias no Brasil, uma vez que representa o momento de entrada de todo

⁴ Varnhagen aqui citado não é o sorocabano Francisco Adolfo Varnhagen (1816 – 1878), Visconde de Porto Seguro e ilustre historiador e diplomata brasileiro; trata-se, isto sim, de seu pai, o tenente-coronel Friedrich Varnhagen, natural de Hesse, Alemanha (então Prússia), que, por indicação de D. João VI, dirigiu a Real Fábrica de Ferro São João de Ipanema, conhecida como as Forjas de Ipanema, no período de 1815 a 1821, sempre com grande êxito. Ele estabeleceu laços de amizade com Sain-Hilaire em sua passagem pela região (entre 1819 e 1820), sendo fonte de preciosas informações para o naturalista.

⁵ Segundo os dados fornecidos por Araújo Martins, Aluísio de Almeida, pseudônimo do Monsenhor Luiz Castanho de Almeida, (Guareí, SP, 06.11.1904 – Sorocaba, 28.02.1981), sacerdote, historiador, folclorista, ensaísta, publicou extensa obra, pela qual se tornou respeitado, sendo citado como fonte confiável em cada uma dessas áreas. Pertenceu ao grupo que, em 1954, fundou o Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba.

um novo ideário positivo-evolucionista em que os modelos raciais de análise cumprem um papel fundamental”.(p.14). Segundo a autora, tais concepções tornam-se cada vez mais influentes em várias instituições científicas oficiais da época, até assumirem caráter nacional, sempre atreladas à política estatal.

Ainda segundo a mesma autora, algumas produções historiográficas, assim como literárias, também serão influenciadas por tais concepções:

[...] a vigência atual dos institutos históricos e geográficos parece significar algo mais do que a mera perpetuação ou o resquício de um modelo totalmente ultrapassado. Guardiões de sua própria memória, ou melhor dizendo, de um certo tipo de história, eles até hoje acolhem aqueles que, resistindo ao tempo, fazem uma história pautada por longas genealogias, vultos históricos e eventos insistentemente retomados. Existem ainda outros espaços permeáveis a esse tipo de história épica e nacionalista. O modelo tornou-se obsoleto, mas permaneceu bastante hegemônico nos livros didáticos, sobretudo oficiais. Nestes, percebem-se vestígios do projeto patriótico dos institutos, como também um pouco dessa “história da história” da nação. (p.138)

Ressalte-se que minha intenção não é afirmar, mas compreender, o engendramento político e ideológico dessas construções históricas⁶, visto que, ao nos referir à história local, destacamos que essa historiografia se aproxima fortemente da concepção positivista. Sua base historiográfica, quer em Sorocaba, quer em Votorantim, assenta-se em autores como Aluísio de Almeida, um dos responsáveis pela fundação do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba. Aliás, este autor é citado, por Araújo Martins, como o mais respeitado de todos, além de ser possuidor de fontes confiáveis.

Em relação aos textos por mim selecionados, percebo que seus autores também buscaram difundir a concepção teórica de neutralidade, mas valorizaram a documentação escrita como fonte “séria” e “confiável” na legitimação dos fatos históricos. Contudo, há total ausência de diálogo com essas fontes, que estão cronologicamente dispostas, já que os autores iniciam suas narrativas com a vinda dos Bandeirantes e culminam com a emancipação da cidade de Votorantim.

Situando historicamente o “ofício” do historiador, os estudiosos são unânimes ao afirmar⁷ que a pesquisa documental passa a ser importante, por se separar do “romance histórico”, cabendo ao historiador, a partir de então, interpretação, crítica,

⁶ por relevante, é salutar o destaque: João dos Santos é o atual presidente do Instituto Histórico Geográfico e Genealógico de Votorantim.

⁷ Por todos e para o Brasil, especificamente, Lilia Moritz Schwarcz, em *O espetáculo das raças*.

identificação e classificação das fontes de que fez uso.

Os textos selecionados mostram que tanto Araújo Martins quanto Santos Júnior, ao identificarem, classificarem e selecionarem suas fontes e colocá-las em disposição espacial e temporal adotaram posicionamentos previamente determinados, deixando-se levar pela mediação de determinada concepção histórica, com o objetivo de “sacralizar” a história que formataram, e que privilegia a classe empresarial.

É com os olhos do presente que a história do passado é analisada, o que não significa, no entanto, que este presente não se encontre permeado por valores e por determinadas concepções ideológicas, que lhe foram legadas daquele mesmo passado.

O positivismo, oriundo da escola metódica francesa e já presente no Brasil no início do século XX, continua exercendo forte influência nas produções historiográficas atuais. Assim, quanto a este ponto, é evidente que se repete na concepção teórica de Kleber Araújo Martins e Santos Júnior que valorizaram muito a constituição espacial do local, compreendendo-o como fator predominante para a constituição social. Em relação a essas citações, pode-se perceber que, de certa forma, afirma-se a subordinação do homem à natureza, ou seja, as condições geográficas aparecem determinando as atividades econômicas. Então, a exploração do mármore, a indústria têxtil, o solo propício ao algodão herbáceo constituem escolhas realizadas pelos homens, não em vista de dada configuração econômica, mas, sim por determinação da própria natureza.

O mesmo pode ser percebido quanto ao texto de Santos Júnior que assume certo aspecto mitológico, mostrando a cidade nascendo das águas. Eis aí, novamente, o determinismo geográfico, como se os homens não produzissem história, uma vez que o autor não considera as possibilidades das relações econômicas, políticas e sociais. Percebe-se, ao invés da construção do passado sob a ótica do presente, o presente sendo explicado e justificado pela ótica do passado, agora enaltecido pelos autores em questão.

O discurso nacionalista também está presente nesses textos. Quando Santos Júnior escolhe, como iconografia principal para a capa do seu livro, a visita de D. Pedro II à Cachoeira da Chave, torna-se possível questionar a lente com a qual o autor examinou a sua história. Isto porque cabe informar, aqui, tratar-se de iconografia encomendada pelo historiador Aluísio de Almeida ao pintor Ettore

Marangoni⁸, sendo que ambos viveram o contexto dos determinismos geográficos, biológicos e evolucionistas, assim como o nacionalismo presente no período histórico retratado. Dessa forma, para apanhar o movimento dos autores aqui analisados, tornou-se imprescindível apoiar-me em suas bases teóricas: Aluísio de Almeida e João de Scantimburgo.

Pretendo pontuar, também, outro trabalho bastante interessante referente à História de Votorantim: a dissertação de mestrado defendida na UNISO⁹, por Isabel Cristina Caetano Dessotti (2007), que procurou fazer contraponto a essa historiografia, propondo-se a discutir a relação aluno-operário-fábrica e as relações de dominação e resistência nesse contexto.

Em minha opinião, trata-se de um trabalho belíssimo, com riqueza de detalhes e bastante crítico, apesar de a autora, em alguns momentos, “cair em armadilhas” da historiografia, ao ressaltar e valorizar “heróis” já bastante contemplados pela imprensa e pela historiografia local.

Em resumo, são objetivos fundamentais deste estudo:

- Analisar o engendramento das concepções teóricas apropriadas pelos autores João dos Santos Júnior e Kleber de Araújo Martins que, em minha concepção, ao se aproximarem do positivismo, assemelharam-se às concepções teóricas do historiador Aluísio de Almeida;
- discutir a leitura que os autores fazem da cidade e identificar quais grupos sociais são contemplados nessas produções;
- analisar os discursos dos autores, assim como as imagens selecionadas para tanto;
- questionar, através do entendimento dos textos produzidos, no que esses autores, contribuíram para legitimar, ou não, determinada concepção histórica.

⁸ Ettore Marangoni nasceu na Suíça, vindo ao Brasil, em 1915. Perdeu os pais poucos anos depois e, com onze anos, começa a trabalhar na fábrica em Votorantim; depois, em São Paulo, trabalhou na Matarazzo. Fez curso noturno de Belas Artes, transferiu-se para o Rio de Janeiro e participando da Escola Nacional de Belas Artes.

Em 1942, voltou para Sorocaba, vindo a conhecer o historiador Aluísio de Almeida, que o incentivou a retratar aspectos históricos de Votorantim e da região.

(Entrevista de D. Rosana de Fátima Marangoni Xavier, neta do pintor - Manuscrito de Ettore Marangoni). Acervo de Votorantim

⁹ Universidade de Sorocaba

Para tanto, o referencial epistemológico assenta-se no ensinamento de pesquisadores laureados, tais como Ângela de Castro Gomes e Ronaldo Vainfas, mas vai além, buscando, em mestres de ciências correlatas, a ampliação desse referencial. Assim sendo, vai às ciências sociais – especialmente à Antropologia e à Sociologia – dialogando com os conhecimentos de Lília Moritz Schwarcz, Marilena Chauí, Eric Hobsbawn e Terence Ranger.

Também pretendo trabalhar com o conceito de disciplinarização, porque compreendo a cidade, objeto deste estudo, como circundada por indústrias que detêm a possibilidade de controlar o operário, fora e dentro de suas fábricas.

Outro foco aqui abordado diz respeito à semiótica: quais os objetivos da criação dos específicos símbolos da cidade? Como técnica de desenvolvimento, optei por partir da visão geral para a particular: nesse sentido, o primeiro capítulo tratará das justificativas sobre a fundação da cidade e estender-se-á até a sua emancipação, nas perspectivas dos autores estudados. Aqui se encontram as críticas que compõem o cerne da pesquisa, embora ainda que de forma um tanto superficial.

O capítulo seguinte trata da formação da cidade de Votorantim, abordando, respectivamente, sua “história oficial”, seus mitos e a construção de sua representação histórica.

A partir de então, a lente deste estudo volta-se, inteiramente, para a discussão das relações sociais e toda sua complexidade, a fim de compreender a história e o seu embate teórico, privilegiando uma determinada classe social.

CAPÍTULO 1. HISTÓRIA “OFICIAL” DE VOTORANTIM

1.1. Primeiros “tempos”: o distrito sorocabano

1.1.1. A ocupação dos bandeirantes

Há grande valorização dos bandeirantes, nas obras do historiador Aluísio de Almeida, que os retrata como símbolo de força e bravura, e ressalta as dificuldades enfrentadas em sua trajetória pelo nosso país. Diz Aluísio em seu livro “*3 séculos de história*”:

Ele bem conhecia de fama as dificuldades da subida da serra do Mar. Chegou a São Paulo de canoa, de rede, a pé nos piores pedaços, e, se não era obeso, a cavalo, já no campo.[...] Dom Francisco de Souza plantou o pelourinho, sinal de vida independente, do primeiro povoado sorocabano.(2002:17-18)

Segundo o autor, os bandeirantes são considerados como fundadores e desbravadores, atribuindo-lhes o historiador certas situações devidas à intervenção da Divina Providência. Defende, também, a importância do povo português, dos reis e dos próprios bandeirantes, na defesa de tão vasto território.

A abordagem historiográfica de Aluísio de Almeida faz referência aos ciclos econômicos, inicialmente reforçando a relevância dos bandeirantes e, depois, aos ciclos de muares. “Mas a riqueza maior de Sorocaba era mesmo o comércio” (ALMEIDA, 1969: 82). O autor faz alusão à construção da primeira capela sorocabana por Baltazar Fernandes, em 1667, e a segunda capela, Nossa Senhora da Conceição, patrimônio do Bandeirante Braz Tevês, em 1747. Cita a Capela da Penha, reconstruída em 1724 por Timóteo de Oliveira, existente ainda hoje na serra de São Francisco.

Kleber Araújo Martins também atribui uma grande relevância histórica aos bandeirantes: foram os tupis-guaranis que ocuparam, antes do descobrimento, a localidade próxima a Araçoiaba e à Serra de São de Francisco, às margens do rio que hoje se denomina Sorocaba. Porém, em 1589, chegaram, procurando ouro, os portugueses Afonso Sardinha e seu filho Clemente Álvares, técnico em minas. Em Araçoiaba, encontram o minério de ferro que, mais tarde, deu origem às Forjas de

Ipanema, depois Real Fábrica de Ferro de São João de Ipanema.

Assim, são considerados fundadores da região os Bandeirantes, responsáveis pelo alargamento das fronteiras e, também, pelo desenvolvimento local, o que se configura contribuição importante para a história da região, tendo sido vários os bandeirantes que ali se estabeleceram, vindos de São Paulo e da Parnaíba, fundando diversos povoados, como consta na pesquisa do mesmo autor.

No chamado Rio Grande na Barra do Sarapu, ou seja, Rio Sorocaba, fixou-se Braz Tevês, enquanto Paschoal Moreira Cabral preferiu a Serra de São Francisco e, em 1679, construiu a “Capela Nossa Senhora del Popolo de Itapeva”.

Baltazar Fernandes escolheu assentar-se próximo ao Lageado, no morro de Araçoiaba. Também construiu uma capela, dedicada à Nossa Senhora da Ponte, atual Igreja de São Bento. “Estava fundado, assim, um povoamento ao qual Baltazar Fernandes deu o nome de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba”, diz Araújo Martins (2000:20).

Sorocaba tornou-se vila, com o nome de Vila de Nossa Senhora da Ponte, conforme pedido de Baltazar Fernandes ao Governador Geral Salvador Corrêa de Sá e Benevides, tendo sido elevada à cidade em 1842. Eis um pouco da importância de sua história:

Sorocaba, fundada por bandeirantes, foi o local de onde partiram inúmeras bandeiras que, em busca de ouro e de índios para o trabalho escravo, foram desbravando e incorporando, ao território colonial, vastas extensões de terras e riqueza incalculável. Paschoal Moreira Cabral, juntamente com outros sorocabanos, desbravou o sul do país, avançando, depois, para o sul do Mato Grosso. Montou, em Campos de Vacaria, um entreposto para comerciar com os espanhóis, daí se originando expedições para a selva amazônica.

Em 1715, o filho deste Paschoal Moreira Cabral, que levava o mesmo nome do pai e havia nascido na Fazenda São Francisco, que hoje faz parte do território de Votorantim, rumou para o Mato Grosso, encabeçando uma grande bandeira e fez a descoberta de rica jazida de ouro em Caxipó.

Essa descoberta deu origem a um povoamento que viria a ser a cidade de Cuiabá, hoje capital daquele Estado. Assim, em 1719, aquela cidade foi fundada por um "votorantinense".

(...) maior importância reside no fato de terem expandido o território ocupado pelos portugueses além daquele limite estipulado pelo Tratado de Tordesilhas. Firmado entre Portugal e Espanha em 1494 (antes, portanto, do descobrimento oficial) o Tratado estabelecia um meridiano como linha demarcatória das terras que pertenceriam a cada um daqueles países, no caso de virem a ser descobertas. Se obedecido aquele Tratado, o Brasil hoje teria somente uma quarta parte de sua extensão territorial, uma nesga de terra, apenas, que se estenderia, aproximadamente, do Estado do Pará (cortando a ilha do Marajó) até pouco abaixo de Laguna, no Estado de Santa Catarina. Os bandeirantes, sorocabanos e até votorantinenses, intencionalmente ou não, fizeram letra morta daquele tratado e nos legaram

um país de dimensão continental. A última bandeira de que se tem notícia ocorreu por volta de 1728. (ARAÚJO MARTINS, 2000:20-22)

Araújo Martins ressalta que as bandeiras perderam relevância histórica com o nascimento e crescimento de novo ciclo econômico: as feiras de muares. Tudo teria começado de forma simples, com a passagem pela vila, em 1773, da primeira tropa de muares. A terra batida e as poucas estradas dificultavam o transporte de mercadorias que era realizado por carro de boi, para trechos curtos. O grosso do transporte de mercadorias era feito "em lombo de burro", animal bastante resistente, capaz de equilibrar-se nos caminhos estreitos e, por esse motivo, as tropas de burros foram o principal meio de transporte de mercadorias entre o Brasil Colônia e o Império Independente, deixando de existir apenas quando se construíram as primeiras vias férreas.

Em função das feiras, houve grande aumento da população na região sorocabana-votorantinense, com a conseqüente diversificação das atividades de comércio e das indústrias caseiras, o que fez com que crescesse a mão-de-obra especializada nessas indústrias, estimulando o surgimento das primeiras tentativas fabris.

No entanto, no final do século XIX, com o funcionamento das primeiras linhas férreas, o tropeirismo entrou em processo de extinção. Em 1875, resultando do esforço conjunto de Luís Matheus Mailasky e de líderes sorocabanos, inaugurou-se a Estrada de Ferro Sorocabana, que seria de essencial utilidade para a região. Votorantim, por sua vez, foi fundada em 1654, por Bandeirantes, como parte de Sorocaba: seus primeiros moradores Braz Tevês e Paschoal Moreira Cabral construíram sua casa-grande no Itapeva, iniciando o plantio de cana-de-açúcar e o conseqüente uso de moenda. A fazenda, que recebeu o nome de São Francisco, foi adquirida por Manoel Fabiano de Madureira, por volta de 1750; seu descendente, Balduíno Moreira de Almeida, vendeu-a em 1890, ao Banco União de São Paulo.

Santos Júnior também atribui grande relevância histórica aos Bandeirantes, por ele vistos como responsáveis pela fundação dessa localidade. Segundo ele,

Sorocaba foi fundada em 1654, pelo capitão Baltazar Fernandes, vindo de Santana do Parnaíba com a família, (sic) poderíamos também dizer, que Votorantim fazia parte da "terra rasgada", e o bandeirante pode ser considerado nosso fundador.(2004:26)

Os autores aqui analisados estendem essa concepção de fundação, posteriormente, para outros agentes sociais, como poderemos perceber ao longo do texto. A Igreja tem papel preponderante para arrebanhar esses agentes, o que, mais tarde, será assumido pelo Banco União e pelo Grupo Votorantim.

1.1.2. A aquisição das terras: Igreja, Banco União e Grupo Votorantim

Pouco a pouco, as terras foram sendo adquiridas pela Igreja e, posteriormente, pelo Banco União e Grupo Votorantim. A primeira capela, construída em 1679 por Paschoal Moreira Cabral, foi adquirida pelo Banco União. Do fato, conforme conta Aluísio de Almeida:

A capela, porém, oficialmente, era de N. S. do Pópulo até começos deste século, quando a Cúria de São Paulo a vendeu, com o grande terreno anexo, ao Banco União de São Paulo. (ALUÍSIO DE ALMEIDA, apud ARAÚJO MARTINS, 2000:29-31).

Araújo Martins ressalta que a imagem foi colocada na capela Nossa Senhora do Pópulo, no século XIX, pela família Madureira que, desde 1750, possuía grandes engenhos de açúcar no local e, em 1790, iniciou também a exploração de cal.

Em 1873, aproximadamente, o fazendeiro industrial Porfírio José Machado beneficiava algodão, usando máquina movida com a água que vinha da Cachoeira Votorantim, o mesmo nome que dera à sua fazenda. Dessa forma, já no século XIX, havia pequenas indústrias de transformação, no local onde viria a ser a cidade de Votorantim.

A segunda capela foi construída por Timóteo de Oliveira, em 1724, sendo dedicada à Nossa Senhora da Penha, custando cerca de 200 mil réis, financiados por André Domingues Vidigal.

A inauguração da Estrada de Ferro Sorocabana, em 1875, facilitou o escoamento da produção e o enorme potencial hidrelétrico da Itupararanga, aliado à extensa produtividade do algodão herbáceo na região e a existência de jazidas para a exploração de calcário e mármore foram os elementos que contribuíram para o estabelecimento de indústrias na região. “Faltava só que alguém se desse conta dessa especial configuração”, diz Araújo Martins (2000:34).

E prossegue o autor (2000:37): “Em 1890 o Senador Lacerda Franco, presidente do Banco União de São Paulo, foi informado pelos seus assessores das condições excepcionais que oferecia esta região para a instalação e desenvolvimento de estabelecimentos industriais”. Há outra citação, esclarecendo como o Banco foi adquirindo essas propriedades. De acordo com Gaspar (1953) citado por Araújo Martins, temos o seguinte registro:

Sítio denominado Cachoeira de Votorantim, que abrangia os dois lados das quedas de Votorantim. Adquirido em 07.07.1890, de Porfírio Machado e sua mulher Maria Péssia Moreira Machado, pela importância de cento e dez contos de réis. (Rs 110:000 \$ 000).

Sítio denominado Salto Grande do Itaporanga, no bairro de Itapeva, que principia em baixo da Serra de São Francisco. Adquirido em 07.11.1890, de Balduino Moreira de Almeida e sua mulher Francisca Filomena de Madureira, pela importância de oitenta contos de réis (Rs 80:000\$000).

Sítio denominado Fazenda Itapeva, adquirido em 17.01.1891, de Ovídio Laurentino do Amaral e de sua mulher Sophia Rosa do Amaral, pela importância de oitenta contos de réis (Rs 80:000\$000).

As casas de número 35 e 37 da Rua da Ponte, adquiridas em 08.12.1890, de Antônio Wanderico e sua mulher Maria das Dores Wanderico, e a casa número 39 da mesma rua, adquirida na mesma data, de Jeremias Wanderico, pelo valor total de sete contos e quinhentos mil réis (7:500\$000). (2000:37)

Para o autor, as transformações decorrentes da aquisição destas propriedades foram enormes:

Estas aquisições marcaram um divisor de águas na história daquele pacato recanto, que era conhecido apenas como a Fazendinha, onde o que não era coberto por muita vegetação nativa era um grande brejo. A vida, que transcorria devagar e sem grandes nem bruscas mudanças, tomou um ritmo frenético. Vieram os homens de fora, de países distantes. Eles abriram picadas no mato, aterraram o brejo e passaram a construir represas, usina hidrelétrica, fábricas, estradas de ferro, vila operária.

Foi de tal magnitude o investimento que fez o Banco União na Fazendinha e o impulso que lhe deu no sentido de se tornar um pólo industrial que o historiador Aluísio de Almeida, sem desmerecer Porfírio Machado, mas louvando-lhe a capacidade de prever o quanto de bom resultaria da venda de suas terras ao Banco, não teme afirmar sobre essa compra:

Essa é a efeméride que dá início à história do distrito e povoado atual do Votorantim. (2000:37)

Na mesma página, o autor faz referência a Antônio Francisco Gaspar, que conclui um artigo advertindo que “não devemos esquecer os fundadores da Vila Industrial de Votorantim, os quais foram os dirigentes do extinto Banco União.” (Gaspar, Folha de Votorantim, 08.12.1980).

Pode-se entender que o investimento do Banco foi muito grande, pois havia um projeto bem estruturado para orientar os trabalhos. Nas construções dos prédios para a fábrica de chitas, foram utilizados cimento inglês e telhas francesas. Também foram construídas casas para os operários, uma pequena usina hidrelétrica e estrada de ferro. Além disto, havia a intenção de construir olarias, assim como promover a exploração de caieiras e mármore, ambos em Itupararanga.

Eram Ingleses os técnicos responsáveis pela elaboração e construção da fábrica têxtil, pela implantação do processo de produção e pela formação da vila operária da Barra Funda. A escolha dos Ingleses não foi aleatória, e sim, devida à vasta experiência que possuíam no processo industrial.

A fábrica de chitas já funcionava em 1892, sendo um prédio de tijolos no estilo Inglês. As chitas cruas, vindas da Inglaterra, aqui passavam pelos processos de branqueamento, estamparia e acabamento a que, mais tarde, juntaram-se a fiação e tecelagem. Segundo Araújo Martins:

A partir de outubro daquele ano, a S. A. Fábrica Votorantim tornou-se a maior tecelagem da América do Sul, produzindo, mensalmente, 1300m de chitas, morins, brins, flanelas e lenços. (2000:38)

Araújo Martins transpôs, para as páginas de seu livro, a percepção que outro autor, Wright, em 1913, teve sobre a Fábrica Votorantim. Vejamos:

[...] uma das maiores empresas do Brasil e da América do Sul, possuindo maquinaria a mais completa em seu gênero, mantida em perfeito estado de conservação, num ambiente de extrema limpeza e ordem, que é uma característica da empresa.

Em 1904 foram adquiridas na Inglaterra máquinas e instalações dos tipos mais modernos, assim como também vieram para Votorantim, para montá-las, profissionais competentes. Foi por essa época construído um edifício de tijolos onde foi instalado o maquinismo. A força foi obtida captando-se várias quedas d'água e trazendo a água em tubos de ferro de grande capacidade para mover turbinas instaladas na fábrica.

São 1.300 os seus teares, número que não pára de crescer, em que são produzidos artigos em algodão, desde tapetes até as mais finas chitas e grande número de tecidos para vestimentas em variados padrões. (2000:38-39)

Para o autor, a fábrica de tecidos e caieiras, ali, eram bastante prósperas. Tratava-se da segunda maior fábrica do Estado de São Paulo, cujo capital era de 40 mil contos de réis (10 milhões de dólares, na ocasião). A fábrica têxtil tinha capacidade de estampagem igual ao dobro da capacidade de todas as outras

fábricas do Estado juntas.

Mas o Banco União faliu. Vários fatores contribuíram para tanto: a perda da condição de Banco emissor e um incêndio em 1917, que destruiu o depósito de algodão da fábrica. A inflação, a escassez de gêneros alimentícios, decorrentes da Guerra, e a Greve de 1917 foram outros fatores que, de tão definitivos, não podem ser negligenciados. Quanto à greve, os operários estavam há três meses sem salários. Quando terminou, a fábrica não reabriu.

Pereira Ignácio arrendou a fábrica do Banco União, mas não conseguiu evitar sua falência em 1918. Posteriormente, junto com Nicolau Scarpa, comprou em leilão suas dependências. Com o tempo, tornou-se o único proprietário e, dando continuidade aos investimentos, criou a Fábrica de Cimento Votoran, construiu nova usina hidrelétrica, a Santa Helena, cujo nome homenageia sua filha, modernizou a estrada de ferro e alterou o nome do local onde ficava a Serraria de Mármore para Nova Baltar, em homenagem à sua terra natal.

Segundo Araújo Martins,

Isto fez com que a S. A Fábrica Votorantim, que em 1923 possuía 3.400 empregados diretos em algumas poucas indústrias concentradas quase exclusivamente em Votorantim, se tornasse, neste final de milênio, sob a denominação de Grupo Votorantim, um gigante composto por onze empresas, congregando cerca de 22 mil empregados diretos e com uma receita líquida de algo em torno dos 5 bilhões de reais. (2000:56-57)

A interpretação do pesquisador Santos Júnior não é diferente da visão de Araújo Martins: ambos situam o desenvolvimento e o crescimento local, a partir do momento em que passou a pertencer ao Banco União, que lhe deu uma nova configuração espacial e social. Segundo Santos Júnior:

Os fundadores da Vila Industrial de Votorantim foram os dirigentes do extinto Banco União de São Paulo, comandados pelo Senador Lacerda Franco, seu presidente, que em 1890, informado pelos seus assessores de que a região oferecia condições, efetivou a instalação de uma indústria. (2004:28)

O autor evidencia as compras realizadas pelo Banco em relação à Cachoeira de Votorantim, ao sítio Salto Grande do Itaporanga e, posteriormente, a fazenda Itapeva, desenvolvendo várias atividades fabris: usina hidrelétrica, fábricas, estrada de ferro e vila operária, tudo sob a orientação dos Ingleses que, com vasta experiência em manufatura têxtil – a maioria, provinda de Manchester –, aqui

chegou em 1891. Em 1892, já funcionava a instalação da estamperia de tecidos de algodão, cuja matéria - prima vinha da Inglaterra.

Santos Júnior também relata a falência, em 1918, do Banco União, como decorrente das dificuldades encontradas após a greve de 1917, e do incêndio que destruiu o depósito de algodão da fábrica. A seguir, menciona a aquisição das propriedades, em leilão, por um grupo de sete homens, tendo à frente Antônio Pereira Ignácio, Francisco Scarpa e Nicolau Scarpa, que se associaram para a exploração dos negócios do Banco. A essa época, já existia um patrimônio de 440 casas de operários, linha férrea, a fazenda Itupararanga e os fornos de cal, respeitando o contrato existente de arrendamento com Pereira Ignácio, pelo prazo de cinco anos.

Segundo Santos Júnior, Pereira Ignácio foi um homem de grande capacidade, responsável pelo desenvolvimento industrial, e que soube apropriar-se dos recursos hídricos e utilizá-los favoravelmente para o desenvolvimento de Votorantim, ou seja, as características geográficas aliadas à percepção de Pereira Ignácio constituíram o fator preponderante para a configuração social, motivo pelo qual a valorização dos recursos hídricos está evidenciada em diversos momentos e nas diferentes referências pelos autores.

1.1.3. Recursos hídricos

Aluísio de Almeida evidencia a importância dos recursos hídricos, referindo-se ao salto de Itupararanga, cuja cachoeira menor foi utilizada, em 1938, pela fábrica de cimento Votoran e ao salto de Votorantim, aproveitado pela fábrica de tecidos, cuja importância reside, também, no fato de haver recebido visitas imperiais. Ressalte-se que houve grande festividade para a recepção dos ilustres visitantes, na primeira e na segunda visita imperial.

Segundo Aluísio de Almeida em *“3 Séculos de História”*:

O Imperador visitou os templos, as escolas, as máquinas, e pela segunda vez foi ao salto do Votorantim, agora de trole. Acontece que desta vez veio também a “Mãe dos brasileiros”, dona Teresa Cristina. Foi muito cortejada pelas damas da sociedade local (2000:329).

A importância dos recursos hídricos está evidenciada, também, segundo Araújo Martins e Santos Júnior, na construção da cidade e na aquisição das terras pelos Bandeirantes, principalmente nas proximidades de rios e cachoeiras, sendo destacada por Araújo Martins: “Na época da fundação de Sorocaba, o território em que atualmente se localiza a cidade de Votorantim, era coberto por campos que pertenciam à sesmaria do Capitão Baltazar Fernandes”. O autor continua:

Em sua “História de Sorocaba”, Aluísio de Almeida diz que Baltazar Fernandes possuía, também, “uma légua quadrada de terras de cada lado do rio Sorocaba (então chamado de rio Grande), desde a ponte até a Cachoeira”, que era como os portugueses denominavam o salto de Votorantim naquela época.

Auguste de Sainte-Hilaire, em “Viagem à Província de São Paulo”, faz a primeira referência histórica ao salto de Votorantim, dizendo como o viu quando de sua visita a ele, no início de janeiro do ano de 1820:

“...Fomos visitar, a uma légua (cerca de 6km) acima de Sorocaba, uma cascata formada pelo rio do mesmo nome, mais bonita ainda que a de Itu. Após descrever uma curva fechada, o rio se despeja de repente de uma altura considerável, caindo sobre um amontoado de rochas. As águas espirram, espumantes, e logo em seguida escoam mansamente por entre as duas margens cobertas de matas virgens. Enormes árvores estendem seus ramos por sobre a cascata;... percebendo-se por entre os ramos... um pequeno filete de água, que se desvia do rio e faz girar a roda de um moinho”.

“Existe a 1 légua da cidade de Sorocaba, no rio do mesmo nome, diz Varnhagen, uma queda d’água de cerca de 300 pés ingleses (cerca de 90 m) à qual é dado o nome de Salto de Voturaty. O rio Sorocaba tem 200 pés de largura (cerca de 60 m) e é interrompido por várias outras cascatas menores;...Na sua margem direita formou-se uma imensa fuma cuja abóboda é ornada de estalactites, a qual é chamada de “Palácio” pelos moradores do lugar”.(2000:26)

Há uma referência do autor Araújo Martins (p.27), atribuída a Ruiz Montoya, sobre a origem do nome da cidade, relacionado à Cachoeira. Em sua concepção, Montoya citou August Saint-Hilaire,(1976:195): “É possível que Voturaty venha de itu, cascata; ra, coisa que parece; e ty, brancura, nome sem dúvida dado a essa queda d’água devido à alvura de sua espuma.”

Em relação a essa discussão, o historiador Paulo Fontes, memorialista de Votorantim, traz uma contribuição em relação à origem dos nomes desta cachoeira e da cachoeira de Itupararanga.

Segundo Araújo Martins,

Em razão da variação dos dialetos indígenas (tupi-guarani) na mescla de tribos que usaram a serra de São Francisco como ‘Piabiru’ ou ‘Caminho do Sol’, Boturaty, Botu-ra-ti, Ibitirantim, trazem a tradução para ‘águas de espuma que caem’, que, tal a própria defasagem provocada pelos caboclos

no nome da cidade, o significado sofre alterações na tradução: 'Cascata Branca'. O índio não conhecia a palavra 'cascata', mas a expressão 'cair'. Pode até ser 'espuma branca que cai', ou definições parecidas. No próprio dicionário tupi-guarani, cada pedaço da palavra 'Botu-ra-ti' tem um significado: 'Botu' (água), 'Rá' (do verbo cair) e, finalmente, 'Ti', que seria uma rocha jorrando água. Curiosamente, uma rocha em forma de nariz. O índio usava muitas comparações com os órgãos humanos, como também nos atos naturais humanos. Assim, é comum encontrar traduções, que colocamos 'despejar, despencar, jorrar', quando seria 'urinar, mijar', etc. Esta última expressão é a mais normal no linguajar indígena. Nós é que procuramos adaptar para não ficar uma tradução esquisita. Imagine uma tradução ao pé da letra de 'Itupararanga' como 'mijo grande e barulhento'. Preferimos algo mais suave e poético: 'águas barulhentas'. (PAULO FONTES, Folha de Votorantim 24.05.1997)

A cachoeira era relevante para a região, pois há vários relatos de passagens de personagens, considerados significativos para o autor, que evidenciam, na sua concepção, a importância dos recursos hídricos. Segundo Araújo Martins, citando Gaspar, em seu livro aqui analisado, isto é evidenciado no seguinte trecho:

... no começo do século – 1819 – o rio Sorocaba, em Votorantim, era um formoso caudal de água em meio de matas virgens e que extasiava os excursionistas que da cidade demandavam a cavalo ou por outra condução a fim de contemplar de perto esse salto que tinha, nessa época, o sugestivo nome de 'Cascata Branca', pela alvura de suas águas e por um "Palácio", nome da gruta que existiu à sua margem direita.

Em 1886, D. Pedro II (1825 – 1892) também ali esteve em visita a essa formosa cascata e veio dali encantado com a primorosa paisagem que seus olhos viram.

...No dia seguinte, 11 de novembro de 1886, D. Pedro II visitou a cachoeira de Votorantim, partindo a comitiva de Sorocaba para aquele local, às 9 e 45, onde permaneceram ali, contemplando essa obra da natureza, cerca de meia hora.

...O tempo, que ao amanhecer mostrara-se incerto, firmou por volta do meio dia, transformando-se de forma radical. O céu azul e transparente, matizado de nuvens alvacentas, tornou-se de uma serenidade invejável; a atmosfera, um tanto quente, era suavizada por ligeira brisa que soprava do sul.

O cortejo compunha-se de um carro de praça engalanado e com a capota abaixada e de inúmeros troles, igualmente cobertos de brocados finíssimos. Na carruagem principal viajava o Imperador, tendo, à sua direita, a Imperatriz D. Teresa Cristina; os soberanos correspondiam amavelmente, com leves inclinações de cabeça e cortesios acenos, às calorosas e sinceras aclamações da população sorocabana à passagem do cortejo.

Os troles conduziam ilustres personagens da corte e pessoas gradas da cidade... (GASPAR, 1954: 269 e segs.).



Fig. 01 – Visita de D. Pedro II à Cachoeira de Votorantim.

Fonte: Kleber de Araújo Martins

Na mesma página, o autor afirmou que, depois dessa visita, não ocorreram outras, conforme texto abaixo:

Esta foi a quarta e última visita do Imperador à cachoeira. Três anos e quatro dias depois desta visita, o Imperador, que subira ao trono em 1831, e sua família estavam sendo exilados e proibidos de voltar ao Brasil, em consequência da Proclamação da República.

Quando o autor Santos Júnior afirma, conforme já relatado anteriormente, que “Votorantim nasceu das águas”, demonstra a importância dos recursos hídricos para o desenvolvimento local. Denota, também, a importância dada à configuração que passa a ter a vila, no final do século XIX, associando-a à cachoeira de Votorantim, às jazidas minerais e à serra de São Francisco, ou seja, ao primeiro ciclo de industrialização do país. Teria sido esse, também, o interesse do Banco União, sob a presidência do Senador Antonio de Lacerda e do Coronel João Batista de Oliveira Melo em aproveitar os recursos hídricos, instalar indústrias têxteis e a iniciar a produção de cal e cimento.

O uso dos recursos naturais já ocorria, desde a vinda dos primeiros moradores para Votorantim. Porfírio Machado já usufruía desse benefício, possuindo

fazenda nas proximidades da cachoeira, que lhe permitia utilizar de seus recursos para o plantio e cultivo de algodão.

Com a instalação das fábricas pelo Banco União, essas passaram, também, a fazer uso das cachoeiras, como foi narrado neste texto:

A fábrica construída ocupava uma área de 21.600 m². A partir de 1891, 200 operários, distribuídos por vários setores acionavam as máquinas. Uma turbina de 350 cavalos e uma caldeira com força de 50 cavalos inicialmente foram as propulsoras da força de trabalho e mais tarde, mais duas turbinas foram montadas com capacidade de 750 cavalos, que eram geradas pelas águas das cachoeiras ali existentes. (SANTOS JÚNIOR, 2004: 29)

A exploração dos recursos naturais também ocorreu nas proximidades das águas represadas pela extinta Light, a represa Itupararanga, que beneficiou o Banco União e, posteriormente, o Grupo Votorantim na exploração de caieiras, jazidas de mármore e depois a instalação de uma serralheria de mármore, com maquinário movido por roda d'água. Neste sentido, afirma Santos Júnior

Construída em 1914 a barragem da usina Itupararanga, possibilitou a geração de energia elétrica para a fábrica do banco União, posteriormente com o crescimento da S/A Indústria Votorantim, o grupo passou a usar grande potencial de sua energia, inclusive para várias cidades da região entre elas Vargem Grande Paulista, Ibiúna, Piedade, Alumínio, São Roque e Sorocaba.

No início a represa foi construída pela São Paulo Tramway, Light Power, antiga empresa canadense, sob concessão governamental; as obras foram iniciadas logo a partir da aprovação do projeto estadual datado em 03 de julho de 1913. Em pouco mais de um ano, a barragem de trezentos e noventa e cinco metros de extensão e trinta e um metros de altura, já estava totalmente edificada. Antes, porém, os testes de operacionalização já eram realizados: os primeiros datam de 1913. Mas o efetivo fornecimento de energia elétrica para a região só esteve disponível a partir de 26 de maio de 1914. (2004: 49-50):

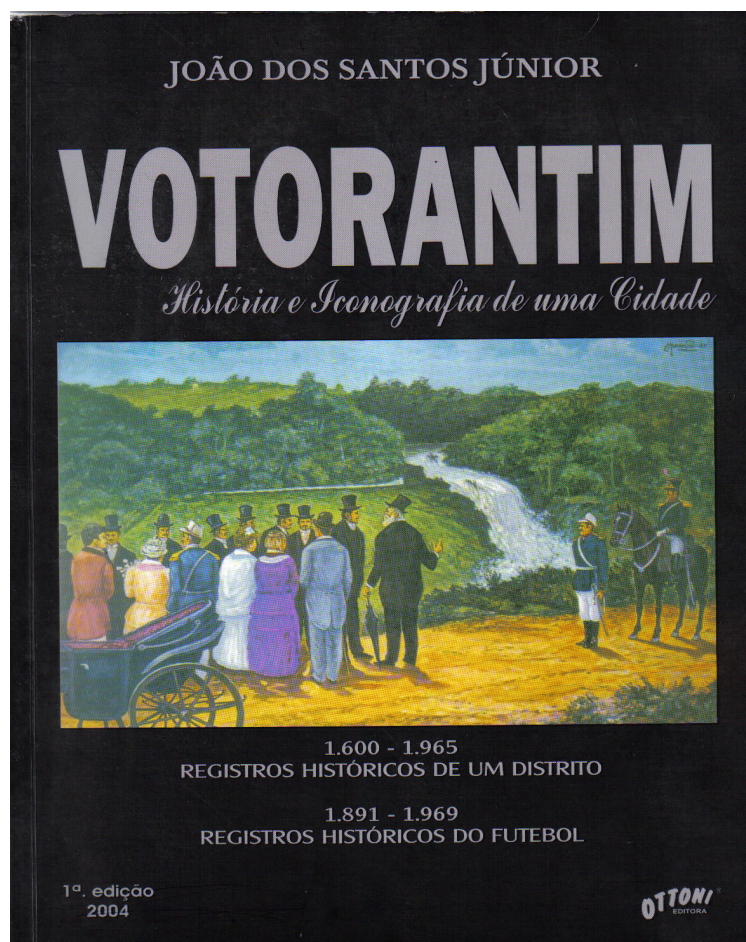


Fig. 02 – Visita de D. Pedro II à Cachoeira da Chave
Fonte: João dos Santos Jr.

Para o autor Santos Júnior, a cachoeira teve grande relevância histórica, principalmente pela visita de D. Pedro II, legitimando a importância dos recursos hídricos para o desenvolvimento local. Esteve ele por aqui algumas vezes, sendo sua última visita em 1878.

A importância da cachoeira foi imortalizada nas telas de José Ferraz de Almeida Júnior e Miguelzinho Dutra; mas a tela que ganhou maior destaque foi a de Ettore Marangoni que, posteriormente, a pedido do historiador sorocabano Aluísio de Almeida, registrou a vinda do Imperador, em 1846, de acordo com Santos Junior (2004).

O autor, ao selecionar a imagem da tela de Marangoni, valorizou a vinda do Imperador, consolidando a importância dos recursos hídricos, assim como a valorização e o enaltecimento de algumas autoridades, sejam políticas ou religiosas e, principalmente, dos imigrantes, os quais estão evidenciados em todo o texto pelos autores.

1.1.4. A grande relevância histórica atribuída ao imigrante

Os autores retratam os imigrantes como símbolo de coragem e força, atribuindo grande relevância para a história de Votorantim. É o que podemos constatar neste texto:

A Força do Imigrante

Não nos referimos à força física, com certeza.

Embora a imigração estivesse sendo estimulada para substituir a mão-de-obra escrava, liberada do eito pela Abolição, em 1888, a força física estava começando a ser substituída pela energia elétrica e pela máquina, e deixava, aos poucos, de ser a principal fonte de produção de riqueza.

Referimo-nos a outro tipo de força. Aquela força que faz com que um homem, só ou com sua família, se lance numa aventura incerta, deixando para trás seus familiares, seus amigos, sua pátria. A força do imigrante estava, sim, em sua capacidade de suportar o sofrimento e as privações, de tudo sacrificar, às vezes a própria saúde e a vida, para atingir um sonho.

Para conseguir seu objetivo, o imigrante teve de se adaptar ou de lutar contra os fatores naturais adversos e contra fatores sociais que lhe impunham muitos deveres, mas lhe negavam os direitos. Sem se deixar abater, ele enfrentou a natureza e lutou por uma lei mais justa de modo a garantir, para si e para os seus descendentes, uma vida mais saudável e digna.

Muitos imigrantes italianos, cerca de trezentos, foram desviados das zonas cafeeiras, juntamente com cerca de duzentos caboclos, para virem tocar as inúmeras obras que comporiam o complexo da Fábrica de Chitas, criado pelo Banco União.

Sua presença não resultaria só em prédios e máquinas. Sua influência moldaria um novo tipo de homem e de sociedade em Votorantim. (ARAÚJO MARTINS, 2000: 61)

Quanto aos diversos imigrantes que chegaram à região de Votorantim em meados de 1885, fugindo das adversidades enfrentadas na Itália, ainda segundo Araújo Martins,

[...] chegaram os Beline(1885), os Bompani, os Dal Plan, os Ferrarese, os Freschi, os Galli, os Gianolla(1890), os Marangoni (1895), os Marmoni, os Piccolotto, os Pistelli, os Rizzi, os Strongoli, os Valsecchi, os Verlangieri (1891). Os Arcuri, os Beranger, os Bernardi, os Cassilo, os David, os Luvison (1887), os Massa, os Metidieri (1909), os Parri, os Vettorazzo e muitas outras famílias vieram depois.(2000:62)

“Mas não foram só os italianos que construíram Votorantim”, informa Araújo Martins, citando Fontes (1980):

A partir de 1891 começou a leva dos imigrantes espanhóis. Vieram os Alarcon de Málaga, Castro Vasquez, Conegero, Del Rio, Dias, Fuentes, Galera, os Garcia de Almeria, Gutierrez, Herrera, Hidalgo, Ijano, Lopes,

Martinez, Moreno, Rodrigues de Granada, os Ruiz Ortiz de Andaluzia em 1910, Sanches, Segovia, Soler; Torrente, Velásquez (...). A maioria se fixou no Rio Acima, atual Curtume. (PAULO FONTES, 1980).

Se poucos eram os espanhóis, em relação aos italianos, mais antigos e numerosos, não foi pouca a sua colaboração para o progresso e para a cultura da cidade. (ARAÚJO MARTINS, 2000:76)

De acordo com o autor, os imigrantes tiveram papel fundamental na formação do povo Votorantinense:

De todos estes que aqui se juntaram para construir um lar e uma comunidade, poucos têm grandes feitos a serem registrados. A grandeza de suas vidas está nos pequenos gestos, repetidos e consistentes, de generosidade, de humildade, de compaixão, de justo orgulho, de tenacidade e determinação, e de amor pela comunidade e pelas pessoas. Dessa atitude em relação aos seus semelhantes, forjou-se uma comunidade sem preconceitos em que predominavam valores voltados para tudo que favoreça o desenvolvimento pessoal e o respeito à dignidade do ser humano.

Estes princípios, embora não estivessem escritos ou codificados, nortearam aqueles que estivessem à frente da construção desta cidade. Desde o Banco União, que se preocupou em dar aos operários condições humanas de vida, passando por Pereira Inácio, que tinha uma quase obsessão pela educação (estaria tentando tornar mais acessível para os outros aquilo que, autodidata que era, conseguira com tanto sacrifício?) e continuando com os Ermírio de Moraes, que souberam valorizar o aspecto social dentro de seus empreendimentos, Votorantim foi privilegiada, tendo sido, seu povo operoso, alvo de cuidados e de benefícios. (ARAÚJO MARTINS, 2000:79)

O autor cita vários imigrantes que fizeram parte da história de Votorantim, muitos dos quais acabaram se destacando na sociedade e que, direta e indiretamente, eram ligados ao Grupo Votorantim. Dentre eles, Fernando Arcuri que trabalhou como barbeiro, e participou do Esport Club Savóia como jogador, técnico, juiz e diretor esportivo e a pedido de Pereira Inácio, montou uma pensão para atender os técnicos que vinham trabalhar na fábrica. “[...] pois o Comendador viu naquele homem, as condições ideais de empreendedor, dando-lhe então essa oportunidade”, nos diz Araújo Martins (p. 68).

Foram vários os estrangeiros que se hospedaram na pensão: Italianos, Portugueses, Angolanos, Dinamarqueses, contando, ainda com a presença de episcopais. Essa pensão, cujo prédio pertencera ao genro de Nicolau Scarpa, um dos sócios da Votorantim, ficava no centro do distrito. Tudo ficava nas suas proximidades: o jardim, a igreja, o coreto, a Estrada de Ferro Elétrica Votorantim; próximo à Fábrica, estavam a farmácia e o Pronto Socorro. Havia, também, um centro telefônico, agência de correio, bar, sorveteria, entregadora e distribuidora de

lenha. Além de atender os hóspedes, a pensão tinha outro salão, no qual oferecia refeições aos demais moradores do distrito.

A Pereira Ignácio, ao vir em visita com as comitivas, foram oferecidos banquetes, com a preocupação em apresentar o melhor serviço, principalmente na vinda do Cônsul de Portugal, juntamente com o grande amigo do Comendador, o Sr. Sotto Mayor, quando eram constantes a presença das autoridades.

A circulação de pessoas era enorme, facilitada pela possibilidade do uso do bonde, único meio de transporte para Sorocaba, favorecendo as idas e vindas das pessoas. Assim também o cinema, os festejos de São João, as partidas de futebol, mantinham a grande afluência de pessoas na pensão, como nos diz Araújo Martins:

Hoje ao relatar esses fatos, relembramos com saudades todos esses momentos. Tempos de lutas insanas, mas com persistência e vontade de vencer. Olhando o passado, vemos, ao longo do caminho percorrido, a projeção do que ficou, isto é, a sombra da nossa imagem na história da nossa cidade. (A História de Votorantim – Trechos do livro de minha autoria, ainda não publicado). Amaury José Arcuri – Votorantim, 15/08/2000. – Manuscrito do Dr. Amaury José Arcuri, cedido gentilmente para publicação neste livro pela Folha de Votorantim s / data) (2000:70)

Para o autor, outros imigrantes também considerados relevantes para a história de Votorantim, têm sua trajetória relatada em seu trabalho. Em geral, pessoas influentes, cuja vida estava diretamente ligada ao Grupo Votorantim. Vejamos:

DOMINGOS METIDIERI

Domingos Metidieri, a rigor, Domenico Paolo Metidieri, conforme registro, com nove anos de idade e junto com mais três irmãos, chegou ao Brasil em junho de 1909, trazido da Calábria por sua mãe. Inicialmente, foi para Minas Gerais, para trabalhar na lavoura. Alguns anos depois, vindo para Votorantim, começou a trabalhar como empreiteiro em terras de José Ermírio de Moraes e de Paulo Pereira Inácio, plantando eucalipto para servir como combustível para as caldeiras da Indústria Votorantim. Sua boa visão de negócios levou-o a comprar terrenos. Nos terrenos maiores, fazia loteamentos que vendia.

Em 1948, onde hoje é a Vila Dominginhos, instalou a Indústria Têxtil Metidieri. Começou fabricando “Linho 200” e depois passou a produzir tergal. Não entrou em concorrência com a Votorantim, já que esta só trabalhava com derivados de algodão. Na realidade, havia amizade entre os proprietários e até colaboração entre as duas indústrias, como no tingimento de tecidos pela Votorantim.

A fábrica chegou a ter 1.200 empregados e uma produção significativa de 800.000m por mês. Foi vendida em 1979.

(Depoimento de seus filhos d. Neuza Metidieri e Jaime Metidieri).

São estas algumas das mais antigas personalidades e famílias de imigrantes italianos que, não somente como operários da fábrica, mas

exercendo seus ofícios e profissões, contribuíram para que Votorantim se constituísse como um lugar em que alguém podia se estabelecer e viver condignamente, dentro das necessidades e dos confortos da época. (ARAÚJO MARTINS, 2000:72 -73)

O autor faz referência à convivência comunitária dos operários, à simplicidade e ao desejo de obter melhores condições de vida, possibilitando criar uma identidade, anulando as diferenças culturais, para uma convivência pacífica, que não era decorrente de punição, mas sim, da índole das pessoas.

Segundo os autores, os imigrantes contribuíram imensamente para o crescimento e o desenvolvimento local, dando nova configuração socioeconômica à trajetória de Votorantim, cujo ápice foi sua emancipação. Esses imigrantes foram enaltecidos e, muitas vezes heroicizados pelos autores, sendo constantes em todo o texto.

1.1.5. Os heróis empresariais

Aluísio de Almeida enaltece aqueles que, na sua concepção, foram os fundadores de Votorantim. Relata quando tudo passou a pertencer ao Banco União como [...] “efeméride que dá início à História do distrito e povoado atual do Votorantim”. Após a falência deste, quando o espólio foi adquirido por Pereira Ignácio e outros, diz ele: “Antes de abril de 1918 já estava fundada a “S.A Votorantim [...]”, (ALUÍSIO DE ALMEIDA, *3 Séculos de História*; 2002:381-384.)

Da mesma forma, posicionam-se os autores aqui analisados, pois, segundo Araújo Martins, Pereira Ignácio foi homem dotado de grande iniciativa e capacidade industrial, e o grande propulsor da industrialização. Adquirindo as participações de seus sócios, promoveu atividades industriais, acompanhado de perto por seu genro, o futuro senador José Ermírio de Moraes.

Os autores relatam toda a trajetória de Pereira Ignácio e as adversidades por ele enfrentadas. Nascido em Portugal, veio para o Brasil aos dez anos de idade, trabalhando como sapateiro e fazendo muitas atividades à custa de sacrifícios e renúncias, mas teve êxito pois, mais tarde, foi dono de sapataria em São Manuel e de um armazém de secos e molhados em Botucatu; em Boituva, montou um descaroador de algodão e uma serraria.

Em Sorocaba, dedicou-se à exploração de algodão, sendo pioneiro no refino do óleo extraído de suas sementes. Foi para os Estados Unidos, para aprender técnicas mais aprimoradas para a fabricação de tecidos de algodão e para usinas que trabalhavam com essa semente. De volta ao Brasil, montou um negócio de descaroçamento de algodão e de produção deste óleo, ampliando o seu patrimônio.

Em 1918, adquiriu as Indústrias Votorantim. “[...] S. A. Votorantim incluía tecidos, cimento, cal, papel, siderurgia, tijolos refratários. Pereira Inácio e seu genro José Ermírio de Moraes, que mais tarde assumiu a direção da empresa, tornaram-se condutores do país em sua transformação em potência industrial”, afirma Araújo Martins (2000: 58), (DEAN, 1971: 111 e segs., SCANTINBURGO, 1975:108 e segs.).

José Ermírio de Moraes também se tornou grande referência para a historiografia local. Nascido em Pernambuco, foi educado pela mãe, que assumiu dois engenhos da família; formou-se em engenharia nos Estados Unidos. Retornando ao Brasil, trabalhou em Minas Gerais e Pernambuco. Posteriormente, foi para a Suíça e conheceu Helena, filha do Comendador Pereira Ignácio. Mais tarde, assumiu a direção da Votorantim.

José Ermírio de Moraes participou da criação do CIESP (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo), que daria origem à FIESP. Senador, em 1963 foi nomeado Ministro da Agricultura no governo João Goulart e, posteriormente, deixou o Ministério e assumiu o cargo de senador (ARAÚJO MARTINS, *apud* SCANTINBURGO, 1975).

Outro fato que bem demonstra a posição de Araújo Martins diz respeito ao gerente da fábrica, Mathias Gianolla: “Quando menino, tendo sido encarregado de carregar a mala do comendador Antonio Pereira Inácio, este achou graça no menino Mathias e, num bar, ao comprar balas, disse-lhe que ele seria um futuro gerente da fábrica”. (2000:180)

Segundo o autor, assim deve ser visto Mathias Gianolla, através do depoimento de Francisco Solla Galera:

Anjo ou demônio, um quase rei de um lugar, onde milhares de destinos estiveram em suas mãos, por décadas seguidas; incompreendido quase sempre, mas um ser humano excepcional, vítima de seu culto à razão, materializado em alguns conceitos arraigados, que permaneceram intactos por quase todo o tempo de sua vida.

Exercia a gerência, figura lendária, um quase Deus do distrito. Tudo estava em suas mãos. Nada acontecia que não se lhe desse a responsabilidade da decisão. Dele dependia o trabalho, a moradia, sua manutenção, a

concessão de bolsas de estudos, o hospital, o restaurante, o perdão de dívidas, possíveis prêmios, enfim quase o ar que se respirava tinha que ter a sua última palavra ou assinatura.

Chegava o tempo de lutar pelo desmembramento. [...] o movimento cresce, passando a contar com o seu apoio. Recordo-o falando de episódios de sua carreira, cujo ápice foi a greve de 1948, quando atravessou o “corredor polonês”, rezando para que não houvesse um mínimo gesto de agressão, que desencadearia um imprevisível desfecho para si. Passou incólume, ganhando o permanente respeito dos comandados. (2000:180-181)

O mesmo autor cita ainda um depoimento redigido por Cristóvão Maldonado Rumera, em 1980, publicado no jornal “Votorantim Notícias”¹⁰, sobre um acidente de trem, que levou um funcionário a discutir com José Ermírio de Moraes Filho: o fato deixou aquele homem temeroso de ser demitido, o que, no entanto, não aconteceu. Mais tarde, o mesmo funcionário seria promovido chefe da via férrea. Esta história é relatada por Araújo Martins, como Uma História de Amor, onde faz o seguinte relato:

UM ENCONTRO COM O JOVEM Dr. JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES FILHO

Eu era bem novo de estrada quando houve um acidente com o trem das mulheres, que chegou quase a tombar. Só houve alguns arranhões, mas causou grande alvoroço: juntou o pessoal do escritório e veio a ambulância, da qual não se precisou. Fui mandado para lá e comecei a fazer tudo que os chefes mandavam para desimpedir os trilhos. Num dado momento o motoneiro me chamou e disse: “Olha, Cristóvão, você entra aqui embaixo do trem, bate com esta marreta neste pino pra ver se sai. Depois que ele sair eu fico firme com o bonde até você sair de baixo, senão o trem cai e pode te matar.

Entre embaixo do trem e comecei a fazer o serviço. Mas o pino, a cada marretada que eu dava, não andava nem meio centímetro. Ali no meio do pessoal havia um moço simples, falando urna (sic) coisa, falando outra; ele chegou e disse para o motoneiro: ‘Dá um chacoalhão no carro aí...’. Ele estava nervoso também. Eu saí de lá de baixo e falei: ‘Deus me livre’, e fiquei quieto. O senhor Mathias estava lá e não falou nada. O chefe do tráfego e o motoneiro também ficaram quietos. E aquele moço falou mais algumas coisas: ‘Façam assim... e tal...’ e o motoneiro não respondeu. Eu estranhei, porque os motoneiros eram danados para responder. Aí o moço falou mais alguma coisa e eu disse: ‘Escuta moço, o senhor entende alguma coisa do serviço aqui?’ Ele disse: ‘Por quê?’ ‘Porque eu estou fazendo o necessário, estou batendo este pino, mas o bonde não pode se mexer, porque se ele se mexer o carro cai em cima de mim. Se o Sr. não entende do serviço é bom não dar palpite’.

Mas eu não o conhecia. Para mim era um curioso qualquer. Depois terminei, fiz tudo. Ele foi gentil, não me ofendeu e se retirou dali, mas falou para o chefe do tráfego que no dia seguinte eu subisse à gerência.

Quando o chefe do tráfego me avisou que tinha respondido ao dr. Moraes, eu perguntei: ‘É esse o dr. Moraes, meu Deus do céu. Logo eu que não respondo para ninguém’. Fiquei aborrecido e falei: ‘Não vou esperar até amanhã, vou hoje mesmo. Vou pedir desculpas para ele, nem que me mande embora’.

Havia uma correspondência para levar justamente à gerência e eu subi. Acho que foi por Deus que o dr. Moraes e o Sr. Mathias estavam sentados

¹⁰ Publicação interna da S/A Indústrias Votorantim.

lá.

Pedi licença e já entrei no assunto: 'Olha, Dr., vim unicamente para lhe pedir desculpas pela conversa que tivemos ali no acidente do trem. Não conhecia o Sr. não sabia quem era, pensei que fosse um curioso e lhe respondi indiscretamente. Sei que o senhor tem plano de me mandar embora; ninguém vai mudar o plano, mas antes de sair quero que o Sr. me desculpe'.

Então, em conversa com o Sr. Mathias, deram uma risadinha e ele disse: 'Não, você ainda vai ser muito útil para nós. Eu já vi o seu jeito e não vou te mandar embora. Você ainda vai ser o chefe geral da via férrea'. (2000:54-55)

No trabalho de Santos Júnior, também podemos perceber o enaltecimento em relação à figura de Pereira Ignácio, tido por ele como um dos responsáveis pela fundação e pelo desenvolvimento local, sendo “o propulsor da industrialização de Votorantim”, “dotado de grande iniciativa e capacidade industrial” e apontado pelo autor como pioneiro e fundador do Grupo Votorantim, relatando toda a saga da vida desse português.

Em relação à obra citada, o autor seleciona alguns documentos históricos considerados relevantes, evidenciando, na concepção de outros autores, a importância e enaltecimento ao Pereira Ignácio.

Segundo Santos Júnior, Symphonio de Magalhães¹¹ dedicou parte de seu livro para relatar a história da Sociedade Anônima Indústrias Votorantim, e de seu fundador Pereira Ignácio. Conta ele, sobre o tema:

A escolha da Sociedade Anônima Indústrias Votorantim para fazer parte de meu livro recaiu no mérito que pelo núcleo de produção que é o maior do Estado de São Paulo, do Brasil e da América do Sul. Existe ainda o seguinte motivo que, certamente, me facilitaria o estudo dos grandes aspectos de Votorantim: o comendador Pereira Ignácio, que é seu chefe e principal orientador, foi, há mais de trinta anos, meu companheiro de viagens para os Estados Unidos, no vapor Tenyson. Os dias que passamos a bordo daquele paquete me permitiram observar o homem, cheio de energia e esperanças, que é o grande industrial de hoje. (SANTOS JÚNIOR, 2004:41)

Outro documento que expressa admiração pelo Grupo Votorantim, foi escrita por Gago Coutinho, o precursor da aviação comercial entre Brasil e Portugal, que visitou o local a convite de Pereira Ignácio e, na década de vinte, de próprio punho, fez referências elogiosas ao Comendador e à sua indústria instalada em Votorantim.

Nos trabalhos dos autores ora analisados, coloca-se em evidência toda a

¹¹ Escritor carioca escreveu mais de vinte livros entre as décadas de vinte e de quarenta. Um deles foi publicado em janeiro de 1942, intitulado *Coisas que eu vi na Europa e na América*. (SANTOS, 2004:41)

trajetória de Pereira Inácio, referindo-se a seu esforço, dedicação, sacrifícios e renúncias. O mesmo é feito em relação a José Ermírio de Moraes. Outra figura também enaltecida nos trabalhos é Mathias Gianolla, que se tornou diretor na fábrica Votorantim.

Há também uma citação de Araújo Martins (2000), referente à Noêmia dos Anjos Ramos Monteiro, que trabalhou por trinta e sete anos na Escola de Artes Senador José Ermírio de Moraes, isto, até 1963. A forma pela qual conseguiu o emprego foi bastante inusitada: vinda de Portugal, um dia o pai deparou-se com o Dr. Moraes que, ao encontrar o amigo e saber do desemprego, comprometeu-se a ajudá-lo: “Seu Moraes, que outro não era que José Ermírio de Moraes, lhe disse: Pois, então já estás empregado, você e toda a sua família, lá em Votorantim” (ARAÚJO MARTINS, 2000:133).

Todos começaram a trabalhar na fábrica, e a escola foi fundada em 1935: havia aulas de pintura a óleo, corte e costura, tricô, crochê e artesanato em geral, administradas, primeiramente, por D. Maria Amélia e, de 1963 em diante, pela irmã Noêmia, os quais, juntamente com outros imigrantes fizeram a história com o apoio dos dirigentes do Grupo Votorantim.

É possível perceber em ambos os autores, a importância atribuída aos imigrantes, considerados como responsáveis pelo enriquecimento cultural da vila e, posteriormente, do distrito. O mesmo destaque se estende à emancipação, como resultado da ação de alguns homens, empenhados no progresso de sua terra.

1.2. A EMANCIPAÇÃO

Sobre a emancipação de Votorantim, são várias as citações dos autores, mostrando sua importância. E o que se pode perceber neste texto:

O amadurecimento do seu povo, no sentido de se ver como uma comunidade que precisa resguardar seus próprios valores, pede, exige que possa decidir seus rumos por sua própria conta e responsabilidade. E, da mesma forma que o filho adulto reconhece o que lhe deram seus pais, mas tem de viver o seu próprio destino, Votorantim optou pela emancipação. (ARAÚJO MARTINS, 2000:177)

Para esse autor, o desejo de emancipação começou a ganhar força no final

dos anos de 1950. Na década de 60, o movimento pela separação do distrito de Votorantim em relação à Sorocaba tornou-se mais forte, ganhando contornos de reivindicação comunitária.

Devido à compreensão do crescimento populacional e industrial, cuja arrecadação de impostos não satisfazia às suas necessidades, aliada ao desagrado em relação a um projeto de lei que instituía sobretaxa para o cimento – o que despertou a insatisfação em relação à espoliação – cresceu a campanha pelo plebiscito, que levaria à emancipação da cidade. No entanto, como Votorantim era fonte importante de receita, devido à sua enorme produção industrial, não era interessante, para Sorocaba este desmembramento, em decorrência do que, houve a luta política entre duas facções: a que defendia o desmembramento e a que lhe era contrária.

Segundo Araújo Martins,

A S.A. Indústrias Votorantim foi o baluarte da campanha pelo SIM, tendo encampado a luta: os principais expoentes e líderes desse movimento vitorioso foram Mathias Gianolla, gerente da fábrica, e Francisco Solla Galera, aos quais Votorantim deve sua emancipação. (2000:178)

Outros se uniram a eles, inclusive os empresários do distrito, contando como o apoio do José Ermírio de Moraes Filho, além de setores diversos da comunidade.

O autor selecionou esta citação, que evidencia o acima exposto em relação à emancipação. Araújo Martins transcreve o texto de Antonio Wilson de Campos (maio, 2000), que diz:

Até o início dos anos 60, apesar de possuir inúmeras indústrias e ser poderosa economicamente, dando emprego a quase toda a sua população e para um grande número de sorocabanos, Votorantim não passava de um simples distrito esquecido da administração política de Sorocaba.

Toda a assistência necessária à comunidade vinha das fábricas do Grupo Votorantim.

Os impostos pagos para a Manchester Paulista eram fabulosos, mas sem retorno. Foi então que nasceu a idéia da emancipação política e econômica. A fábrica distribuía cortes de tecidos estampados com os motivos do desmembramento e com eles as pessoas faziam vestidos, saias, lenços, toalhas de mesa, lençóis, cortinas, camisas, etc..

As ruas cobertas de faixas e cartazes, as pessoas vestidas com roupas alusivas ao acontecimento, aglomeradas em passeatas, comícios, reuniões e festividades, davam o tom colorido da campanha, que ganhava força e culminou com a vitória do SIM.

No meio da multidão eufórica, o gerente da fábrica de tecidos, senhor Gianolla, subiu na parte mais alta do escritório da fábrica. Lá ele hasteou a bandeira, que era um dos cartazes da campanha, que tremulava no alto, admirada pela multidão que cantava, dançava e soltava fogos de artifício.

Votorantim tornara-se independente política e economicamente. Passado algum tempo, despertava para a realidade aquilo que fora feito no papel. Aqui está Votorantim, a cidade prosperando, seguindo para o futuro. (ARAÚJO MARTINS, 2000:183)

Os comícios de ambas as facções estavam sujeitos a agressões mútuas. Surgiu o clube do vanguardeiro, que possuía carteirinha de identificação, na defesa do desmembramento. O movimento nas ruas e praças foi decisivo para a vitória. (ARAÚJO MARTINS, 2000:185) e, segundo o mesmo autor, eles totalizavam 4181 eleitores, que consignaram 3099 votos a favor da emancipação e 1003 contrários a ela, no plebiscito realizado em 01 de dezembro de 1963.

Em 1964, foi aprovado o Decreto Estadual pela Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, definindo a autonomia política e administrativa de Votorantim e, até que ocorressem as eleições, foi nomeado, provisoriamente, como subprefeito de Votorantim, o Presidente da Câmara Municipal de Sorocaba, Pedro Augusto Rangel.

Após a aprovação, pelo Tribunal Eleitoral, do desmembramento, ocorreram eleições em 1965, sendo vitorioso o mesmo Pedro Augusto Rangel, que estivera provisoriamente no cargo.

Segundo Araújo Martins, os desafios para a instalação e organização político-administrativa da Prefeitura de Votorantim foram enormes e muitas pessoas disponibilizaram os recursos necessários para seu mínimo funcionamento:

O sentido comunitário do povo votorantinense foi posto à prova e, mais uma vez, ele mostrou que o seu comprometimento com a emancipação não se restringiria a pôr um voto na urna, mas envolvia arregaçar as mangas para ajudar a resolver as situações difíceis, por mais que isto representasse sacrifícios pessoais.

Muitas pessoas, afeitas ao trabalho duro e às dificuldades, colaboraram com a prefeitura, cada qual dentro de suas possibilidades, colocando à sua disposição não só prédio, máquinas, veículos e ferramentas, mas até a própria força de trabalho, executando atividades e serviços, sem esperar por compensações. (2000:187)

Na ocasião, alguns funcionários trabalharam meses sem salário, pois a Prefeitura dependia da liberação de verba do governo. Messias Skif foi o primeiro funcionário e Diretor Geral da Prefeitura, a convite do Prefeito Pedro Augusto Rangel; o pai de Messias Skif forneceu o prédio, por um ano, para a instalação da Prefeitura, sem cobrança de aluguel.

Como a Prefeitura não possuía ferramentas de trabalho, como pás, enxadas e

picaretas, a preferência era por candidatos a funcionários, que pudessem fornecê-las. Irineu de Oliveira Campos é citado como tendo disponibilizado seu jipe, que ele mesmo dirigia, para transportar os servidores que trabalhavam nas ruas.

Tarcísio Nascimento, um dos primeiros gerentes da Fábrica Votorantim, também exerceu a função de Juiz de Paz; a chácara onde residiu por determinado tempo, pertencente ao Grupo Votorantim, foi doada para a instalação definitiva da Prefeitura Municipal de Votorantim. (ARAÚJO MARTINS, 2000:188).

Em relação à discussão sobre a emancipação da cidade, há semelhanças evidentes entre as visões dos autores ora analisados.

Em síntese: pertencente a Sorocaba nos anos cinquenta, Votorantim era apenas distrito, cujas vilas bem cuidadas eram as pertencentes ao Grupo Votorantim: Chave, Barra Funda, Votocel e Santa Helena. O interesse pela emancipação não era exclusivo do Grupo Votorantim: empresas como Metidieri, Caldini, Vial & Bernardi, Tecelagem Roldam, Cassola, começaram a articular o movimento junto a políticos do distrito, como Pedro Augusto Rangel, Nelson Bormann, Francisco Sola Galera, Armando Benedetti, José Oliveira Souza, Edson Campioni e dentre eles, Mathias Gianolla, gerente da fábrica de tecidos da Votorantim, “líder e mentor da luta”.

O movimento fortaleceu-se nos anos sessenta, contando com a participação de jovens e líderes emancipacionistas: o povo queria o desmembramento. Havia, entretanto, o grupo contrário à emancipação, o qual alegava que somente o Grupo Votorantim iria beneficiar-se com essa separação, e que a classe trabalhadora seria prejudicada. Muitas brigas, passeatas, comícios, idas e vindas da Assembléia Legislativa, aconteceram durante o período que precedeu o plebiscito. (SANTOS JÚNIOR, 2004)

O mesmo autor transcreve o folheto divulgado pelo grupo a favor do desmembramento do distrito:

Nesta hora suprema de Votorantim, não podemos nos omitir e permitir que uma causa justa e honesta se curva à calúnia, falsos argumentos e má-fé dos políticos que só agora se lembram da existência deste distrito. Não nos interessa quem tenha iniciado o movimento cívico, certo é que ele precisava ser feito por alguém e o foi. Agora o povo deve tomá-lo em suas mãos pois só a ele pertence o futuro de Votorantim.

Os políticos avaliam mal a consciência política do povo desse distrito, menosprezando sua capacidade de decidir. Jamais apoiaremos qualquer espécie de domínio que não emane do povo.

Não será essa comodidade negativa, que tem os políticos demagogos de

verem nas indústrias locais a única razão de ser do povo de Votorantim, que seremos abatidos nesta luta.

Respeitamos as indústrias como fator de progresso e fonte de trabalho para uma vida honesta dos trabalhadores, mas não apoiaremos nunca aquilo que vá contra os interesses da coletividade.

Aceitamos o compromisso das indústrias Votorantim, através de escritura pública, garantindo os níveis salariais estabelecidos para o terceiro grupo, e constituímos-nos desde já, em linha de frente na defesa desses direitos caso venham a não respeitá-los, o que temos certeza não acontecerá. (2004:53)

Transcreve, também, as ideias divulgadas pelo grupo contrário à emancipação:

Atenção amigo trabalhador: antes de você votar pelo Desmembramento analise o seguinte: Os feriados municipais poderão ser cancelados, caso Votorantim venha a ser Município, isto porque o poder econômico que já predomina e com a possibilidade de domínio político, então os vereadores votarão uma lei, para o novo município pelo cancelamento pelos referidos feriados, salvando assim a responsabilidade da S/A – Indústrias Votorantim. É a única maneira da indústria tirar a responsabilidade de suas costas sobre as taxas de aluguel de casa, de água, de luz, que você irá pagar pelo que consome e mais o lixo e esgoto, inclusive taxas de ligações, caso Votorantim venha ser desmembrado terão as empresas de ônibus um percurso intermunicipal, portanto será estipulado pela Lei do DER um aumento de 45% além do que já está sendo cobrado pela passagem de ônibus.

Não devemos esquecer que a S/A – Indústrias Votorantim é que tem condições de eleger o maior número de vereadores e mais o prefeito, que terá compromisso com a indústria para apoiar todas as pretensões da empresa em prejuízo dos trabalhadores e do povo em geral. (SANTOS JÚNIOR, 2004: 53-54)

Havia o apoio do Grupo Votorantim para a efetivação da emancipação. Oferecia aos operários um dístico conclamando o povo a votar a favor da emancipação; foram criados, ainda, a carteira e o diploma de vanguardeiro.

O próprio João dos Santos Júnior foi testemunha dessa história como participante da defesa pela emancipação, recebendo do Grupo Votorantim o diploma de vanguardeiro, apresentado a seguir.

Em 1963, a manifestação popular em defesa da emancipação, contou com o pronunciamento do José de Oliveira Souza, o Zeca Padeiro, do superintendente das indústrias Votorantim, José Ermírio de Moraes Filho, do gerente desta fábrica, Mathias Gianolla, da vereadora paulista Dulce Salles Cunha, do vereador Francisco Sola Galera e também de Pedro Augusto Rangel, que foi aclamado pelo povo como candidato à Prefeitura de Votorantim.



Fig.03 Diploma de Vanguardeiro
Fonte: João dos Santos JR.

Quando foi aprovada no Palácio Nove de Julho, no Parque Dom Pedro II, em São Paulo, a Lei que autorizava o plebiscito, os vanguardeiros, eufóricos se atiraram nos lagos em frente ao Palácio. Realizado o plebiscito, o “sim” venceu, e Votorantim desmembrou-se de Sorocaba.

A independência ocorreu em 1º de Dezembro, e passou a ser comemorada no dia 8 de Dezembro. “A Semana da Emancipação foi instituída por Lei Municipal, por projeto de Domingos Metidieri Filho, em 1965, comemorada de 1 a 8 de dezembro de cada ano, ano em que passou a fazer parte do calendário do município”. (SANTOS JÚNIOR, 2004: 55)

Apesar de a Lei Estadual 8.092/64 oficializar a criação do Município, o contexto da Ditadura Militar inviabilizou sua instalação imediata. Inicialmente, Pedro Augusto Rangel que era Presidente da Câmara Municipal foi nomeado Subprefeito de Votorantim pelo Prefeito de Sorocaba, Dr. Armando Pannunzio. Somente em 1965, após as eleições municipais ele foi devidamente empossado e contou com o

apoio do Grupo Votorantim, que cedeu o espaço para a instalação da Prefeitura, assim como emprestou maquinários e caminhões. A instalação oficial político-administrativa de Votorantim ocorreu no dia 27 de Março de 1965.

Santos Júnior (p.55) informa, que “ [...] Votorantim, a cidade comemorava, com abraços calorosos, a importante conquista de tantos anos de luta.” Como já citado anteriormente, o autor enumera todas as dificuldades enfrentadas na instalação da Prefeitura, pois, afinal, “a cidade tinha urgência de crescer”.

O Grupo Votorantim continuou envolvido com a consolidação do município. As escolas infantis, “Parcão” e “Votocel”, funcionavam em terrenos daquele Grupo; a assistência médica continuou sendo oferecida pelo Hospital Santo Antônio, assim também o lazer, pois tanto o cinema, quanto o salão de bailes pertenciam ao citado Grupo.

Em relação à discussão referente à emancipação, o autor cita o seguinte texto:

Afirmação de Independência

Parabéns, votorantinense!

Parabéns, pela vossa coragem, pela vossa audácia, pelo vosso brio, pelo vosso sentimento de liberdade e de independência. Somos agora, um povo livre e independente. Somos uma família grande e unida, onde todos temos o direito e o dever de zelar pelos nossos destinos, pelo nosso patrimônio, e, principalmente, pela paz e harmonia que deve sempre reinar em nossa família. Paz, harmonia, boa vontade e união, arrancar-nos para sempre do esquecimento e nos projetará definitivamente no conceito de nossa pátria, como uma cidade que somos, como um povo digno e laborioso que também merece o seu lugar ao sol.

Os problemas mais prementes, os trabalhos de mais urgente necessidade, têm sido resolvidos, com o auxílio imprescindível, é bem verdade, das Indústrias Votorantim, à frente da qual está um votorantinense de coração: Mathias Gianola.

Votorantim, O Gigante Que Acorda

Nossa cidade, um gigante há muitos anos adormecido, foi sacudida pela vontade férrea de seus filhos. E uma áurea de civismo e patriotismo expargiu-se, por sobre nossos lares, incutindo em todos os espíritos o desejo de independência e liberdade.

E Votorantim emancipou-se.

E o gigante de 201 quilômetros quadrados, com 17.817 habitantes, tornou-se livre e independente. Agora podemos ufanar-nos de possuir em nosso parque industrial, além da Usina Hidrelétrica de Itupararanga, pertencente ao Sistema Light, as seguintes indústrias: - Fábrica de Cimento Votoran, Caieiras de Cal de Santa Helena, Fábrica de Papel Celofane (Votocel), Fábrica de Bisulfureto de Carbono, Fábrica de Fiação, Tecelagem e Estamparia da S.A., Indústrias Votorantim, Indústria Têxtil Metidieri (linho), Vial, Bernardi & Cia, (tecelagem e acabamento), Indústria Têxtil Caldini (linho), Vial, Bernardi & Cia., (tecelagem e acabamento), Indústria Têxtil Caldini (linho) e outras numerosas indústrias.

Este magnífico conjunto representado pela nossa pujança industrial, significa uma arrecadação de aproximadamente 100 milhões de cruzeiros para o Município e de 4 bilhões para o Estado.

Outro setor que bem caracteriza o nosso município é o escolar, oferecendo oportunidade a toda a população. Conta com um ginásio estadual, três grupos escolares, três escolas isoladas, três parques infantis e uma Escola do Senai. (SANTOS JÚNIOR, 2004:66)

O autor evidencia o grande apoio e incentivo das empresas em relação ao movimento emancipacionista e, junto aos políticos do distrito, foram as maiores interessadas, principalmente o Grupo Votorantim que, ao encabeçar o movimento, se tornou um aliado decisivo para a vitória.

Era, pois, chegado o momento de criar os símbolos para a cidade recém-nascida!

1.3. SÍMBOLOS MUNICIPAIS

Símbolos Municipais, como Brasão, Bandeira e Hino, são fundamentais para a identidade de qualquer população. Daí a preocupação com a criação de tais símbolos, o que envolveu entendidos em Heráldica do Instituto Genealógico de São Paulo e da Enciclopédia Heráldica Paulista.

Os Símbolos escolhidos foram adotados na gestão seguinte, em 1969.

1.3.1. Hino

Quanto a este símbolo, Araújo Martins considera relevante a ação da Igreja Presbiteriana e sua forte presença em Votorantim, principalmente a figura de Leci de Campos, responsável pela criação da letra e música do hino. Freqüentador da igreja, especializou-se em canto orfeônico; aprimorando-se em regência, compôs vários hinos, e foi presbítero por mais de vinte e cinco anos.

Trabalhou por quarenta e dois anos na fábrica de tecidos Votorantim; aposentou-se em alto cargo, e veio a falecer em 1991. “A Praça de Eventos de Votorantim leva o seu nome, em homenagem a quem soube amar e dignificar esta cidade”. (ARAÚJO MARTINS, 2000:142)

De acordo com o autor, segue abaixo a letra do Hino de Votorantim:

Minha terra tem encantos,
Tem belezas naturais.
Tem jardins, fluviais
recantos
E riquezas minerais...
Nas indústrias tem
potências;
Tem igreja pra os fiéis
Tem escola, luz da ciência,
Nos esportes tem lauréis.

(Estribilho)
O seu solo é um manancial
Fonte de riquezas mil,
O clima é tropical
É um pedaço do Brasil,
E, por isso, com fervor
Hei de amar até o fim
Essa terra de esplendor
Este meu Votorantim.

Sons de máquinas, usinas
E de água a rolar,
Em sussurros de surdinas
Pelo espaço a reboar;
São acordes de vitória
Num arcano musical,
Proclamando a sua glória
E pujança sem igual.

(Estribilho)
Chaminés que, fumegantes,
Estão sempre a evidenciar
As indústrias operantes
Que engrandecem o lugar,
Onde um povo exuberante
Que labuta sem cessar,
Construiu este gigante
Portentoso e singular.
(ARAÚJO MARTINS, 2000:142)

Os símbolos estavam presentes em tudo, criando um elo entre a História de Votorantim e a Indústria e possibilitando, assim, a identificação e o sentimento de pertencimento. Da mesma forma, o Brasão, que faz associação à indústria, ao trabalho e a emancipação, como podemos ver a seguir.

1.3.2. Brasão

O Brasão foi sugerido pelo Dr. Menezes Drumond, do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de São Paulo.

Sobre ele, afirma Santos Júnior,

Com o brasão pretendeu-se traduzir o nome do município, que tem origem na expressão “Vuturati”, provinda do tupi “itu” (cascata) “ra” (coisa semelhante) “ti” (brancura) – cascata branca, nome que designava a cachoeira próxima á antiga vila. Pela descrição do brasão e da bandeira pode-se melhor analisar essa representação.

O escudo, em fundo azul, é cortado em diagonal por duas paralelas sinuosas encerrando um campo em amarelo-ouro que na heráldica, simboliza a Cachoeira de Votorantim. No canto superior, à direita, há uma estrela de cinco pontas, simbolizando a União. No *canto* inferior, à esquerda, uma estrela menor, também com cinco pontas, representa o Estado da Federação. Ambas as estrelas têm cor amarelo-ouro.

Em ambos os cantos inferiores, ladeando o escudo, há as rodas dentadas, na cor prata, que simbolizam a Indústria, origem e fator de desenvolvimento do município.

Em verde, ladeando o escudo desde a parte inferior até à superior, dois ramos de louro simbolizam a vitória do trabalho sobre as riquezas naturais e a vitória política do desmembramento territorial e a emancipação do município.

Sobre o escudo há uma cerca, com três torres, na cor prata, em meio à qual uma flor-de-lis simboliza heraldicamente a esperança e a felicidade.

Finalmente, sob o escudo, uma faixa em vermelho, com letras de cor prata, contém a inscrição “1º - 12 - 1963 - Votorantim - 27 - 03 - 1965”, menção à data da realização do plebiscito que decretou o desmembramento, ao nome da cidade e à data de instalação de sua primeira Câmara de Vereadores e posse da primeira Administração Municipal. (2004:64)



Brasão do Município

Fig. 04 – Brasão do Município
Fonte: João dos Santos Jr.

Os símbolos unificavam a História, criando homogeneidade e identidade com a fábrica, estando presentes, também, nas atividades de lazer que seguiam o mesmo propósito, uma vez que todas as atividades recreativas estavam direta ou indiretamente atreladas à fábrica e, assim sendo, contribuía para o fortalecimento das relações de trabalho e propagação dos valores difundidos pela Fábrica Votorantim.

1.4. ATIVIDADES RECREATIVAS E COTIDIANO

1.4.1. Lazer

Eram diversas as formas de lazer, entre elas, o cinema, que funcionava desde

1910, pertencendo a particulares. Com a inauguração de novo salão, em 1946, a exibição de filmes tornou-se constante, sendo alguns importados dos Estados Unidos. Em Itupararanga, funcionava o cinema São Francisco, sob o comando da empresa Nicolau Scarpa.

O Teatro pertencia ao Grupo Votorantim e, em 1936, o responsável pelo funcionamento era Francisco Beranger. Havia também a corporação musical, que fazia, aos domingos, apresentações em frente à Fábrica.

Araújo Martins (p.140-141) aborda, em seu estudo, a importância desta corporação musical. Para tanto, cita entrevista com José Pregolato, que, na Folha de Votorantim datada de 08 de dezembro de 1980, e republicada em 01 de maio de 1982, em que é ressaltada a importância da corporação musical nas noites votorantinenses. Dirigida por Francisco Velha, eram vinte empregados da fábrica que se apresentavam aos sábados, feriados e domingos, no intuito de descontrair os companheiros, cansados do trabalho. “No dia 1º de Maio ele tocava a Alvorada às 4 horas da manhã e ia conduzindo os operários até o campo do Savóia, onde era servido churrasco e chope. A banda tocava na recepção de autoridades que visitavam a Indústria Votorantim”, diz o autor.

Outro momento de descontração acontecia no salão anexo ao prédio onde funcionava o cinema: ali, havia uma orquestra – o famoso “jazz” – formada por músicos que, em sua maioria, eram operários da fábrica Votorantim. As noites eram animadas: apesar de iniciar-se às oito horas, estendia-se apenas até a meia-noite, já que o retorno ao trabalho acontecia às cinco horas da manhã. (SANTOS JÚNIOR, 2004)

As atividades recreativas no distrito foram inúmeras. Outro exemplo citado por Santos Júnior nos relata:

As Festas Joaninas é uma tradição do século passado, iniciada pelos italianos por volta de 1915. Era eleito um festeiro que tinha um compromisso de realizar as comemorações alusivas a São João Batista, daí o nome Joanina. Com a inauguração da Igreja de São João Batista em 1918, Domingos Picirillo foi pioneiro. Os festeiros passaram a ser escolhidos pela paróquia que começou a gerir as festas católicas em louvor ao padroeiro da cidade. Depois com a popularização do evento passou a chamar festas juninas; primeiro no largo em frente a estação dos bondinhos, depois no pátio em frente da igreja e do portão da fábrica de tecidos. Já nos anos cinquenta as mesmas festas foram montadas em frente ao cine Votorantim, onde hoje fica a praça José Ermírio de Moraes..(2004:50).

Araújo Martins também evidencia a relevância social das festas juninas, de

acordo com entrevista com as Sras. Diolanda e Flávia Verlangieri, em 05.05.2000, ao afirmar que "...a festa de São João era a mais bonita da região, vinha gente de todo lugar e durava mais de uma semana. Antes do dia da festa havia uma novena na igreja. Nas primeiras festas era a família do Dr. Moraes que vinha fazer a abertura."(2000:107)

O autor, abordando ainda o mesmo tema, e citando Aluísio de Almeida ao se referir à construção da Igreja São João Batista e às festivas rezas e leilões, cuja finalidade era a de levantar fundos para sua construção, registra a comissão desses trabalhos que era composta pelos senhores Bernardo Lichtenfels Júnior, Tarcísio do Nascimento e Francisco Scarpa Júnior, entre outros. O tipo de construção havia sido decidido, já em 1917, por Pereira Ignácio que, ao entregar uma foto da igreja em que fora batizado em Baltar, Portugal, ao italiano Galileu Gagetti e a Francesco Verlangieri, definiu que aquele seria o modelo seguido para a nova Igreja.

Segundo Santos Júnior, outra fonte de lazer, que se transformou em importante veículo de comunicação, utilizado em 1951, foi a rádio Alto Falante, que ganhou grande expressão em Votorantim. Outro serviço de radiodifusão foi a Rádio Cacique, estabelecida à Rua Albertina Nascimento, e que funcionava nos fundos de uma empresa chamada Metidieri. Nos anos quarenta, passou a ser "a voz de Votorantim", promovendo, aos domingos, o programa "Oportunidades Juvenalescas", voltado às crianças.

Esse era o cotidiano da maioria dos operários, que tinham sua rotina, inclusive o lazer, direcionado pelo Grupo Votorantim. Uma das atividades recreativas mais apreciadas pelos operários foi o futebol; tendo grande projeção, foi apropriado como uma prática social, atrelando operário e fábrica.

1.4.2. Futebol

Os autores abordam, em suas respectivas pesquisas, a prática do futebol como associada à fábrica, e sua importância nas relações sociais; diz Santos Júnior: "[...] aproveitando ainda para implantar na pequena vila um time de futebol para a sua recreação, que era o Votorantim Athletic Club, ao lado da construção da fábrica de chitas do Banco União [...]"(2004:28).

É sintomático destacar que, uma vez iniciada a tinturaria de tecidos, contando com duzentos operários, o gerente da fábrica estava à frente do time de futebol: “O inglês John Snapp, e Willian Snapp, que foi o fundador do Votorantim Athletic Club, era gerente da fábrica em 1892, e quem tinha a incumbência de administrar o complexo industrial do Banco União”, afirma Santos Júnior (2004: 29).

Segundo o mesmo autor, os primeiros operários das indústrias Votorantim eram, em sua maioria, de origem Italiana. Como decorrência, em 1900 houve a fundação de dois clubes de futebol: os Ingleses, que já praticavam esse esporte, em Votorantim, desde a sua chegada, em 1891, fundaram o Athletic Club; os Italianos fundaram o Sport Club Savóia, em homenagem ao rei Umberto Primo da casa de Savoia, norte da Itália.

Mas foi nas fábricas de tecidos que a prática do futebol foi mais desenvolvida pela necessidade de recreação dos operários, que na época viviam em vilas operárias mantidas pelas indústrias, e conseqüentemente, sob ordens da gerência e com normas ditadas pelos donos das fábricas, sendo uma das regras básicas, o regulamento de lazer dos operários, que neste contexto, disputavam competições entre si, ou seja, em equipes, com regras aplicadas do futebol trazidas por herança dos ingleses.

Os ingleses que vieram a Votorantim foram introdutores da bola no Brasil, isto em 1891. O primeiro "team" inglês foi o Votorantim Athletic Club, nascido em 1891 e fundado em 01 de janeiro de 1900. [...] o futebol praticado em equipe, com as regras inglesas, nasceu em Votorantim: "Berço do Futebol Brasileiro"(SANTOS JÚNIOR, 2004:75 - 76)

O futebol passou a ser usado como condicionamento físico, praticado em frente à Fábrica. Em virtude da presença do Athletic Club, não havia espaço para o clube dos Italianos, o Sport Club Savóia ser reconhecido como representativo da Fábrica. Apenas com o retorno da maioria dos Ingleses, para sua Pátria, em 1903, foi possível, aos imigrantes Italianos, pleitearem o seu reconhecimento. É o que se percebe na seguinte narrativa:

A partir de 1903, com o retorno da maioria dos ingleses para a Inglaterra, os italianos do Savóia que não tinham autorização para representar a fábrica do Banco União, portanto não podiam usar o campo para treinos e jogos, teve uma comissão encabeçada por John e Willian Snapp, para fazer uma consulta à gerência da fábrica pleiteando que o S. C. Savoia passasse a ser o time oficial da fábrica de tecidos. (SANTOS JÚNIOR, 2004: 82,83)

No início do século XX, as transformações tornaram-se visíveis, não só no campo de futebol, mas em toda a vila, tendo uma configuração determinada pelo Banco União e, depois, pelo Grupo Votorantim.

A partir do momento em que Pereira Ignácio adquiriu a Vila Operária, a Indústria Têxtil, a Serralheria de Mármore de Itupararanga, a Linha Férrea, enfim, todas as dependências da Fábrica e passou a apoiar a prática do futebol, como podemos perceber neste texto:

Além de incentivar, a fábrica mantinha o Sport Club Savoia. Seus jogadores eram operários da recém fundada S/A Indústrias Votorantim; tinham regalias como sair mais cedo do trabalho para treinar, moradia e alimentação para os solteiros em uma pensão no centro de Votorantim; os casados tinham casa, alimentação e atendimento médico de graça, extensivo às suas famílias. Com uma estratégia assim, o Savoia conseguiu constituir um forte esquadrão. Grandes jogadores que despontavam na região eram convidados a se transferir para o Savoia, com a promessa de emprego na fábrica de tecidos Votorantim.

Com a chegada do Pereira Ignácio, novas idéias e empreendimentos surgiram. Um deles era a construção de novas casas para operários e para as chefias dos diversos departamentos da fábrica. Logo no início da década de 20 e dois anos após a fundação da Votorantim, Pereira Ignácio determinou a construção de mais moradias na Barra Funda e Chave. Um grupo de casas foi erguido no local onde estava localizado o campo do Savoia. Para que os operários não ficassem sem ter onde praticar o futebol, Pereira Ignácio mandou construir o estádio às margens do rio Sorocaba, ao lado da rua do Comércio. Esse estádio começou a ser construído paralelamente com o início das casas da rua Savoia. Quando o gramado estava pronto, os jogadores do Savoia foram usando para treinamento, sem contudo realizar jogos em Votorantim.

Em 1922, foi projetada em uma grande área de um terreno onde antes era uma olaria (entre o lado direito do rio Sorocaba e a rua do comércio, na vila da Chave), a construção do novo estádio do SC Savoia, por ordem do então proprietário da S/A Indústrias Votorantim, Antonio Pereira Ignácio. (SANTOS JÚNIOR, 2004:86)

O mesmo autor afirma que, devido à guerra, em 1942 e por exigência do Governo, os times cujos nomes estavam relacionados aos Países Europeus envolvidos neste acontecimento, tiveram que ter sua denominação modificada. Assim, o Savóia passou a ser o Clube Atlético Votorantim, clube que ficou conhecido, na década de vinte, como o “esquadrão de ferro”, sendo reconhecido e respeitado no interior de São Paulo.

Segundo Santos Júnior, em 1944, surgiu novo time em Votorantim: o Corinthians. Apesar de ser um dos principais times amadores do distrito e ter conquistado muitos títulos, encerrou sua atuação como decorrência do Grupo Votorantim ter cortado o apoio financeiro. Somente em 1963, período da emancipação da cidade, o time retornou com toda força, conquistando o bicampeonato da Copa Emancipação e o Campeonato da Liga Votorantinense, criada naquele mesmo ano, devido à impossibilidade de os clubes de Votorantim

disputarem o campeonato amador em Sorocaba.

O gerente da fábrica de tecidos, Mathias Gianolla, organizou uma comissão de esportistas para discutir, junto aos clubes, a criação da Liga. Os nove clubes elegeram João dos Santos Júnior como seu representante, tornando-o responsável pela formação da Liga Votorantinense de Futebol; em 1969, a convite do prefeito Luís do Patrocínio Fernandes, ele passou a presidir a Comissão Municipal de Esportes.

É importante ressaltar que o retorno do apoio do Grupo Votorantim ao Corinthians, time da cidade, ocorreu “coincidentemente” no processo emancipatório. Novamente, o Grupo apóia-se nas práticas esportivas para o fortalecimento ideológico dos empreendimentos, assim como aconteceu com o basquetebol feminino que, no final de década de 50, foi destaque, contando com o apoio empresarial. Ou seja, as relações de poder apoiavam-se nas práticas sociais e, conseqüentemente, influenciavam as relações cotidianas, como podemos constatar em relação ao transporte, as vilas operárias e em diversas outras atividades.

1.4.2. Vilas operárias, sistema de transporte, demais investimentos

Segundo Santos Júnior, a vila de Votorantim ganhou visibilidade e passou a existir, a partir do momento em que o Banco União, adquirindo propriedades, montou um complexo industrial. “[...] passando a construir empresas: usina hidrelétrica, fábricas, estrada de ferro e vila operária, tudo isso sob a orientação de ingleses, que aqui vieram a partir de 1891, para comandar a instalação das empresas do Banco União de São Paulo”, (2004:28)

O autor resalta que, assim que o Banco começou a explorar as caieiras e jazidas de mármore de Itupararanga, instalou uma serralheria de mármore, com maquinários movidos a roda d’água e, por esse motivo, construiu dezenas de casas para os operários.

O mesmo aconteceu com a fábrica têxtil a qual, inicialmente contando com duzentos operários, também construiu vilas operárias: “As casas da Barra Funda e da Chave eram dotadas de água encanada e rede de esgoto. A população local era da ordem de 243 homens, 390 mulheres e 503 crianças, totalizando 1.136

habitantes, isto no ano de 1902”. (2004:29).

Conforme já mencionado, Santos Júnior reafirma a ampliação dos investimentos realizados por Pereira Ignácio: exploração de minérios em Nova Baltar, formação da vila em Santa Helena, local onde se instalou a fábrica de cimento Votoran, e construção, em 1926, no portão principal, de uma capela, em homenagem a São João Batista.

Em Nova Baltar, em 1944, foi construída a capela de Nossa Senhora das Necessidades e, posteriormente, as casas para os operários, na Barra Funda e na Chave, já mencionada diferenciavam-se, pois algumas delas eram destinadas aos chefes, mestres e contramestres.

O Banco também investiu no sistema de transportes, que passou a funcionar junto à fábrica de tecidos: “[...] data de agosto do mesmo ano de 1890, o deferimento de pedido de concessão por parte do Banco União à intendência municipal de Sorocaba, para a construção de uma ‘linha de carris de ferro de tração a vapor ou animal’ ligando a vila de Votorantim à estação de Sorocaba”, informa Santos Júnior (2004: 28).

Em 1893, já estavam funcionando os trenzinhos, transpondo a ponte do rio Sorocaba e totalizando percurso de oito quilômetros, com cinco locomotivas, trinta vagões de carga e oito carros de passageiros. Mais tarde, tal percurso estendeu-se para nove quilômetros, pois chegou até Itupararanga, onde ficavam as jazidas de cal e mármore, passando a serraria a ser o ponto final.

Segundo os autores aqui analisados, o sistema ferroviário teve grande relevância para Votorantim, como pode ser verificado neste texto:

[...] em 04 de fevereiro de 1922, foi inaugurada a Estrada de Ferro Elétrica de Votorantim EFEV, que foi a segunda estrada de ferro eletrificada em São Paulo e no Brasil. À inauguração compareceu o Presidente do Estado de São Paulo, Dr. Washington Luiz Pereira de Souza, que fez a primeira viagem no trem elétrico, pondo em uso o novo trecho que antes era feito a pé pelos empregados que trabalhavam em Itupararanga. (ARAÚJO MARTINS, 2000:50).

A importância da linha férrea também está registrada no texto intitulado “Uma história de amor”, em que Araújo Martins evidencia o dia-a-dia do operariado, e o quanto sua vida passa a ser dependente desse sistema de transporte, oferecido pelo Grupo Votorantim.

Os bondes tinham a finalidade de transportar operários, favorecendo os moradores da Vila Olímpia, Vila Baltar e o acampamento da Light, isto em 1949. Por eles, a população se deslocava entre Votorantim e Sorocaba, pelos mais diversos motivos, inclusive para fazer compras.

A fábrica, em Votorantim, oferecia quase tudo: havia armazém e padaria com torrefação de café, com funcionários empregados pela Votorantim. Esses funcionários usavam vales para suas compras; os demais, pagavam com dinheiro. O restaurante, pertencente à fábrica, era abastecido com a carne da Fazenda São Francisco, também do Grupo Votorantim.

As pessoas pagavam as passagens dos bondes com um talãozinho de multa, no qual se lia “pagou sem passagem pagou com multa”, ou seja, sem o talãozinho, o custo era maior. Os funcionários não precisavam pagar, desde que estivessem a serviço da fábrica. Em relação ao sistema ferroviário, vejamos o cotidiano dos operários, segundo Araújo Martins (2000: 51):

O TREM DOS HOMENS E O TREM DAS MULHERES

A primeira turma de operários da Fábrica de Tecidos, que entrava às cinco horas da manhã, ia separada: homens iam num trem e as mulheres em outro.

O trem das mulheres, no qual só havia dois homens, o chefe do trem e o motoneiro, saía às 4h15 min. No banco da frente, que chamávamos de “blindado”, iam só mulheres que tinham crianças. Nos demais carros iam mulheres que não tinham filhos. Aquele trem saía primeiro (o trem dos homens saía às 4h25 min.) para que as mulheres pudessem chegar na frente, agasalhar os seus filhos e colocá-los na creche, onde algumas mulheres e uma professora ficavam tomando conta deles. Na volta acontecia o inverso.

Santos Júnior também aborda o tema de forma bastante semelhante, chamando a atenção para os benefícios atribuídos à estrada de ferro. A Estrada de Ferro Elétrica de Votorantim também transportava os minérios extraídos para os fornos de Santa Helena e Nova Baltar e, mais tarde, passou a atender, também, a Fábrica de Papel e Celulose.

Em Santa Helena, o sistema (máquina a fogo e máquina elétrica) tinha a finalidade de transportar produção, e operários, ligando Votorantim (Santa Helena) a Sorocaba. Além disso, transportava os estudantes, tanto os que faziam cursos secundários, quanto os alunos de cursos profissionalizantes e do curso superior.

Segundo Santos Júnior, outros investimentos realizados por Pereira Ignácio, apoiavam ou obtinham apoio do sistema de transporte, como é possível perceber aqui:

A Estrada de Ferro Elétrica Votorantim, era o esteio das empresas do industrial lusitano. Da Estação Paula Souza, passando por Votorantim, até Santa Helena e Nova Baltar, o percurso era de quatorze quilômetros de puro progresso.

Votorantim da época do Comendador Pereira Ignácio, em meados da década de trinta e no início de quarenta, contava com um grupo escolar e uma escola maternal, um grande templo católico denominado São João Batista, um templo protestante e uma creche; assistência médica e farmacêutica, além de corpo de enfermeiras, polícia privada e cadeia, cinema e estádio de futebol com belíssima piscina, armazém para seus operários, padaria, açougue, auxílio financeiro aos operários, salas de refeições para os trabalhadores residentes fora da área central da vila e que traziam suas marmitas. Na década de quarenta, existiam mais de mil casas nas vilas construídas especialmente para os operários da Votorantim.

Também, existia em Votorantim um bem montado restaurante e um bar, estes para servir funcionários do escritório, mestres e contra-mestres e visitantes que aqui aportavam para conhecer a fábrica. (2004:37)

O sistema de transporte era freqüente na vida dos operários, gerando, muitas vezes, uma certa dependência, principalmente em relação à ida até o trabalho, mas também em relação à necessidade das mães para levarem os seus filhos até a creche, a fim de que pudessem trabalhar na fábrica.

1.4.4. Creche e escola

Os autores informam que os dirigentes da Votorantim exigiam aos filhos de seus operários a frequência à escola. A escola Maternal e a Creche foram oficialmente criadas em 1926, apesar de já funcionarem desde 1892, com o objetivo de assistir os filhos das operárias. A creche era motivo de orgulho para Pereira Ignácio, conforme diz Araújo Martins,

[...] dedicou o melhor de suas atenções, deixando transparecer, no que fazia por ela, uma profunda ligação de carinho e amor que ia muito além de tão somente liberar as mães do cuidado com seus filhos para conseguir mais tempo para produção, que era como alguns interpretavam a criação da creche (2000.80).

E, continua o autor, referindo-se à creche, citando o depoimento da

professora Sheyla Gianolla, que lá foi diretora entre 1969 e 1992:

“... era a menina dos olhos de Pereira Ignácio. Todos que vinham visitar as instalações da empresa, ele trazia para visitar a creche. Ele próprio comprava a roupa e os sapatos para as crianças.

Havia, também, uns tearezinhos de madeira para imitar o trabalho das mães nas tecelagens.

Em janeiro de 1969 o Governo do Estado decidiu que não mais manteria a creche. Em fevereiro, porém, o dr. José e o dr. Antonio (os irmãos Ermírio de Moraes) mandaram continuar com a creche, que a fábrica manteria tudo.

Toda roupa de cama, banho e mesa, além dos uniformes e outras roupas das crianças, eram fornecidos pela fábrica. As crianças iam embora pra casa com uma mamadeira pronta, principalmente se morassem em Sorocaba. No meu tempo - continua a professora Sheyla Gianolla - havia na creche 400 crianças que eram atendidas em dois turnos: o primeiro das 5h da manhã às 13h30 min e o outro, das 13h30 às 22h.” (2000:81)

O Governo do Estado assumiu os gastos com o corpo docente. Os serventes e o material didático, assim como todas as demais despesas – alimentação, vestuário, material de higiene e limpeza – foram assumidas pelas indústrias Votorantim.

Havia, também, a Escola da Bandeira, no interior da fábrica, destinada à alfabetização dos operários, cujos filhos freqüentavam as aulas durante o dia; aos operários, reservava-se a noite (ARAÚJO MARTINS, 2000:80, citando “Votorantim em notícias” – Publicação interna do Grupo Votorantim – Depoimento de D. Zimar Campos Alarcom e de D. Sheyla Gianolla).

A valorização da educação está evidenciada em diferentes trechos dos textos dos autores com que trabalhamos. Ambos referem-se à primeira escola de alfabetização no Rio Acima, e já em 1920 funcionavam as “Escolas Reunidas Antonio Pereira Ignácio”, o primeiro prédio educacional em Votorantim que, voltado à alfabetização, objetivava ensinar os filhos dos protestantes e demais crianças que ali residiam.

Anos depois, os filhos de Ângelo Rizzo vieram de Sorocaba ensinar as primeiras letras aos imigrantes e seus filhos. A escola já funcionava no Bairro da Barra Funda, no casarão que, desde 1890, servia como pensão aos Técnicos Ingleses. Em 1902, com a ajuda do Governo do Estado, esse núcleo de ensino tornou-se a Escola Mista de Votorantim, que teve seu prédio ampliado, em 1920, passando a funcionar com o curso primário completo.

A Escola Comendador Pereira Ignácio, no entanto, somente em 1957, teve suas dependências aumentadas para abrigar o Ginásio Estadual de Votorantim,

criado por lei e que passou a funcionar em 1958 sob a denominação de Escola Estadual Professor Daniel Verano.

A educação teve um papel primordial na vila e no distrito de Votorantim e, fundamentalmente, contribuiu para a formação e adequação do operário ao trabalho fabril e à sociedade, interferindo de forma significativa nas condições de vida daqueles homens.

1.4.5. Condições de vida do operariado

Os autores apoiaram-se em diferentes fontes, sendo a mais relevante e fundamental, os textos do autor Aluísio de Almeida. E, dessa forma, podemos perceber muitas semelhanças, como no texto a seguir.

Aluísio de Almeida, em “*3 séculos de História*” traz considerações importantes para compreender, em sua concepção, as relações sociais então existentes, pois, faz observação bastante interessante sobre as classes sociais deste período:

Como em todo mundo, houve e há, entre 1889 e 1952, classes elevadas e classes chamadas inferiores (nós não as julgamos assim). A estas pertenceram poucos ex-escravos que sobraram de 1888, os camaradas, os jornaleiros, os operários e artesãos, os caipiras, os mascates ambulantes, os taberneiros e vendeiros. A aquelas, os oficiais da Guarda Nacional, os lojistas, os sitiante ricos e fazendeiros, os negociantes de animais, os capitalistas que vivem de suas rendas, os senhorios que exploram os seus inquilinos, os funcionários, os doutores, os industriais, atualmente chamados “tubarões”.

Afora essas distinções, notava-se uma cordialidade extraordinária entre todas as classes, ao menos maior do que na Capital e em certas cidades menores do Estado. Acontece que muitas vezes um operário tem um filho professor, doutor ou padre, e que o rico imigrante não despreza a classe a que pertenceu um tempo. Além disso, a cidade se desenvolveu de modo que não há o bairro residencial rico, p. ex., um arremedo de Jardim América. As construções melhores misturam-se aqui e ali, sem exclusivismo. (ALUÍSIO DE ALMEIDA, 2002:390-391)

Faz, também, referência à Revolução Constitucionalista de 1932, mencionando os “voluntários espontâneos” que partiram para a guerra. Diz ainda que se criou aqui, a “Caixa Popular” para auxiliar os voluntários pobres e atender seus familiares e que, inclusive a Santa Casa, em Sorocaba, e o hospital, em Votorantim, serviram a esse propósito.

Segundo ele,

Naquele tempo os operários não obedeciam a uma orientação comunista, mas nota-se o aviso de Pereira Inácio dizendo que é por patriotismo e não por interesse pessoal que ele aconselhou os operários do Votorantim a se alistarem (2002:401)

Segue na mesma lógica Araújo Martins: assim comenta os investimentos do Grupo Votorantim, como o Hospital Santo Antônio criado em 1949, para atender os funcionários da empresa e seus familiares, prestava atendimento a toda população de Votorantim, até o ano de 1997, quando foi rompido o convênio com a Prefeitura.

Em relação às condições de vida do operariado, Araújo Martins, citando Wright (1913), assim discorre sobre os benefícios proporcionados pelo Grupo Votorantim:

Os operários têm os melhores motivos para estar satisfeitos com a sua posição pois o proprietário estabeleceu uma tabela de salários elevados, trabalhando um número razoável de horas. Na vizinhança da fábrica foi construída uma cidade operária com acomodações para 3000 operários; possui, também, esta cidade operária, jardins públicos, clubes, escolas, lojas, um “cinema”, uma banda operária, etc.,etc., e tem iluminação elétrica. A fábrica tem uma farmácia e médico, e a higiene de suas várias dependências é muito cuidada. A rede telefônica local está ligada às cidades vizinhas e à cidade de São Paulo. (2000:95)

Araújo Martins observa, também que, na época, não havia legislação trabalhista. Portanto, os operários estavam sujeitos aos regulamentos internos, que lhes impunha jornada de 12 a 14 horas de trabalho.

Cita, o mesmo autor, as palavras de Aurélio Verlangieri, em entrevista a Paulo Fontes em 1984:

Eram dezesseis horas de trabalho. (...) Se uma família roubava, todos eram dispensados; se fugiam para casar, ambas as famílias eram dispensadas. Qualquer falta no trabalho era cobrado multa do empregado. (2000:95)

Outra citação do autor, mesma página, diz respeito à infância, que acabava cedo, pois a criança tinha que ajudar na renda familiar. Em relação a isto, cita o caso de Aurélio Verlangieri, em 1901: “Aurélio completava nove anos e já se encontrava trabalhando na fiação, ao lado de outros meninos descalços, vestindo um enorme camisolão, que servia de camisa e calça, ao mesmo tempo.”

Em relação às condições de vida do operariado, o autor faz a seguinte

narração, que deixa clara a carência de necessidades mínimas de sobrevivência, só ultrapassáveis pela dedicação integral à fábrica:

Os dois costumavam ficar admirando as moças que saíam da fábrica após o serviço.

Um gostava muito de música, algo que estava no sangue da família. Ficava horas tirando músicas no seu sax-harmonia, quando não estava ensaiando alguma melodia pra tocar na banda do pai. O outro se importava mais com a situação do operariado e com as dificuldades para estabelecer claramente os seus direitos. Estava sempre conversando com os mais velhos e, embora não fosse descendente de italianos, se interessava pelas idéias dos “anarquistas” e pelo sindicato.

Ambos trabalhavam na fundição da fábrica, tinham só dezesseis anos e viviam cheios de sonhos e planos. O sonho de um era poder ir guerrear na Itália, onde estavam lutando vários conhecidos de Votorantim. Era vontade de acabar com o Mussolini, que desgraçava com a imagem do povo italiano, do qual descendia. Mas havia também o desejo de ir até aquela terra para mergulhar na musicalidade que lhe era própria.

O sonho do outro era lutar nas fileiras de um sindicato livre, pôr um limite à exploração do patronato e derrubar o ditador, Getúlio Vargas.

Naquele momento, no entanto, estes sonhos estavam um pouco postos de lado pois as moças estavam passando. E eles estavam atentos a elas, dando uma piscada pra uma, fazendo um comentário para a outra, um gesto a mais pra outra. Sempre com muito respeito pois, se elas não eram “tutte buona gente”, eram todas gente boa, cujos pais e mães e irmãos eles conheciam ou, até, era gente com quem moravam de parede-meia.

Quando uma das moças esbarrou o olhar nos pés do moço louro, aquela idéia voltou à sua cabeça e ele achou que tinha de comentar com seu amigo.

‘Olha , eu não sei não, mas eu acho que se a gente não tiver um belo par de sapatos nenhuma moça vai querer namorar a gente’.

O outro, depois de olhar para os próprios pés e para os do colega, quatro pés sem meias e calçados com tamancos de madeira e couro, disse:

‘É, pode ser. Eu nunca tive um par de sapatos na vida, e você?’

‘Eu também não, nem sei como é andar com um troço desses no pé, mas acho que com eles vai ficar mais fácil pra conseguir namorada.’(destaques nossos).

É evidente que a dedicação à fábrica não garantia, a seus funcionários, a renda suficiente sequer, para a compra de sapatos. Porém, os operários encontram solução. Vejamos como ele continua seu texto:

Então, já sei. Amanhã cedo, antes de entrar pra oficina, a gente vai conversar com o ‘seu’ Vial. Vamos pedir aumento.

E assim foi feito. Só que o sr. Ângelo Vial, diretor da fábrica, após ouvir as razões dos dois jovens, disse-lhes que aumento nem pensar. Em compensação, porém, ofereceu-lhes a possibilidade de fazerem horas extras.

E vai mais adiante. As condições eram as piores possíveis; e aumentar o salário, não era a solução pensada pela fábrica. No entanto, esta não se opunha ao aumento do trabalho, como pode ser constatado, a seguir:

E os dois começaram a fazer horas extras e mais horas extras, e compraram sapatos, e namoraram e se casaram. Antes, porém, o que é mais importante, descobriram que amor não tem nada a ver com o que usa nos pés, ou se deixa de usar.

Adaptação feita a partir de fatos reais, relatados por José Pregnotato. (ARAÚJO MARTINS, 2000:95-96)

Ainda segundo o autor, o sentimento comunitário estava presente em todos os momentos na vida do operário, dentro e até mesmo fora das fábricas, como podemos perceber neste texto:

No início do século XX, os operários, em Votorantim, passavam dois terços do dia no ambiente da fábrica. Muitas mulheres e crianças, estas a partir dos nove anos, também trabalhavam na fábrica, passando lá boa parte do dia. Suas casas, como vimos acima, eram geminadas e tinham um quintal comum, onde havia um tanque e instalações sanitárias também comuns para várias casas, além de um forno comum.

Os moradores desses bairros, que tinham a mais variada procedência, ficavam, assim, expostos a uma situação de extremo contato social e pessoal que favorecia a interação e as trocas culturais.

Suas origens humildes, de gente quase sem posses nem instrução, seus ideais compartilhados de conseguir melhor nível de vida para si e para os filhos, sua disposição de batalhar para atingir esse objetivo, tudo isto foi criando, ao longo dos anos, uma identidade entre as pessoas. Tal identidade anulava as diferenças de etnias, língua e cultura, tornando muito mais fácil a aceitação do outro, naquilo que ele tinha de diferente. As possíveis desavenças, muitas vezes, tinham de ficar mascaradas pois havia uma pesada punição, como vimos, para aqueles que brigassem. Quero crer, no entanto, que não era o temor à punição que favorecia o convívio tranqüilo nesses bairros, mas a própria índole das pessoas.

E, se nos reportarmos às observações de Saint – Hilaire sobre o povo que aqui habitava pouco antes da Independência, vamos perceber que algumas mudanças fundamentais se operaram.

Aquele lugar em que, no dizer dele “trabalha-se pouco nos dias comuns e nos feriados não se faz nada”, transformou-se num centro de produção fabril, e febril, em que se trabalha demais nos dias comuns, e nos feriados... também.

As pessoas já não “se aborrecem” nem sozinhas e nem juntas: no escasso tempo livre, há festas, cinema e passeios, há romarias, bailes e piqueniques, há procissões, futebol e bandas, há um intercâmbio afetivo entre as pessoas mais díspares em suas origens.

Não há mais lugar para indolência e apatia, e há uma real possibilidade de as pessoas se instruírem e de crescerem intelectual e socialmente. (ARAÚJO MARTINS, 2000:177)

As atividades assumiram todas as dimensões da vida dos operários que, em todos os seus momentos, estavam integrados às determinações da fábrica, o que deixa evidente que todos os investimentos causaram impacto na vida desses trabalhadores, interferindo, de forma significativa, no seu cotidiano.

CAPÍTULO 2 – CONTRAPONTO À HISTÓRIA “OFICIAL”

2.1. Considerações epistemológicas sobre o conceito de “Mito Fundador”.

Pode-se começar este capítulo, discutindo a base teórica de autores tais como o historiador Aluísio de Almeida, que concebe a história naturalizando as fontes e todo o processo histórico. Assim sendo, enaltece os “grandes industriais” responsáveis pelo “progresso e desenvolvimento” de Sorocaba e Votorantim.

Em *História de Sorocaba*, de 1969, ele nos remete ao período da ditadura militar, associando o progresso ao desenvolvimento industrial. Discursa apelando ao patriotismo e, principalmente, omitindo as discussões referentes às classes sociais, já que não discute as desigualdades e, principalmente, as relações de exploração.

“Em dez anos, quando o mundo caminha tão depressa, tanta coisa tem acontecido, como a construção de prédios altos e o alargamento das antigas ruas, mas seus heróis ainda vivem, graças a Deus” (ALMEIDA, 1969:295). São essas as concepções que permeiam os trabalhos de Araújo Martins e Santos Júnior, autores para os quais os Bandeirantes tiveram papel preponderante na história local, enfrentaram dificuldades reais e tiveram inegável importância na “fundação” das vilas e na difusão da cultura, construindo pelourinhos e fundando igrejas.

Os autores ora analisados referem-se à posse das terras locais pelos Bandeirantes, Banco União e, finalmente, pelo Grupo Votorantim, naturalizando fatos históricos, já que não apresentam qualquer interlocução com suas fontes. Exemplo típico do que aqui se afirma é que, ao se referir à escravidão, deixam a impressão que esta foi “acabando por si”, o que contraria a historicidade. Tanto Aluísio de Almeida quanto Araújo Martins e Santos Júnior, “naturalizaram diferenças”, atribuindo à história, aspectos físicos e morais, que descaracterizam o processo histórico. Pois bem: já aqui, na forma como a história é apresentada, transmite-se a ideia de que o bandeirante-fundador do que viria a ser Votorantim, aqui se fixou só e, sem ajuda de mais ninguém, antes mesmo de qualquer outra formação social, determinou a construção da capela.

É possível perceber a valorização do Bandeirante, como o responsável pela fundação da cidade:

Sorocaba foi fundada em 1654, pelo capitão Baltazar Fernandes, vindo de Santana do Parnaíba com a família, poderíamos também dizer, que Votorantim fazia parte da terra rasgada, e o bandeirante pode ser considerado nosso fundador. (SANTOS JÚNIOR, 2004:26)

O formato com que este fato histórico é tratado possibilita perceber a valorização do europeu, não só na constituição, mas no comando da formação social; quanto à Igreja, aparece como marco fundador, não como agente efetivo do controle cultural, embora tenha imposto esse controle ao longo do processo de dominação da metrópole em relação à colônia.

No entanto a História, tanto para Araújo Martins quanto para Santos Júnior, é tratada como sucessão linear e progressiva de ações políticas, planejadas por alguns “heróis”, sempre voltados para o bem, não se concebendo, ali, o processo histórico como resultado da ação de homens outros, comuns, diversos, reais.

Dessotti (2007) aborda a história de Sorocaba – e, conseqüentemente, de Votorantim – já a partir de 1589, quando Afonso Sardinha e seu filho estiveram próximos a Araçoiaba.

Em 1654, foi a vez de Baltazar Fernandes vir de Santana do Parnaíba. Braz Esteves Lemes ou Braz Tevês fixou-se próximo à foz do Sarapuí, e o seu genro, Paschoal Moreira Cabral, no local que passaria a ser chamado de Serra de São Francisco (Votorantim) e, como a finalidade era transformar o local em vila, construiu-se uma capela, dedicada à Nossa Senhora da Ponte.

Nesse ponto, a mencionada autora faz alusão ao tropeirismo, atribuindo-o às condições geográficas da região. “Nascia, assim, a Feira de Mueres de Sorocaba que durante 150 anos foi referência no comércio de tropas em todo o país”, escreve Dessotti, (2007:23), citando Luis Mateus Maylasky, a quem atribui grande relevância histórica, por ter sido ele o propulsor da construção da estrada de ferro em Sorocaba, o que acelerou o declínio das Feiras de Mueres.

Quanto à Votorantim, afirma: “O aparecimento de Votorantim se constitui efetivamente com a instalação da fábrica de tecidos. Anterior a esse fato, a região era formada por alguns sítios onde se dedicavam ao plantio da cana-de-açúcar, mas não em grande escala”. (2007:26). Ao citar Bandeirantes, Feiras de Mueres e dar grande importância à construção da Estrada de Ferro e depois às Indústrias, a autora faz uma leitura próxima a Aluísio de Almeida em relação à História de Sorocaba. Volta-se para os ciclos econômicos e, em alguns momentos, enaltece

“heróis” desta historiografia.

Dessotti (2007) também se debruça sobre a formação de Votorantim pela compra de sítios, efetuada pelo Banco União, cuja proposta era montar uma fábrica de estampanaria, estrada de ferro, vila operária, assim como, extração de mármore nas jazidas de Itupararanga.

Há várias citações de relatos publicados nos jornais da época, mostrando o potencial industrial de Votorantim e, quando a autora traz essas citações, evidenciando e enaltecendo o potencial industrial do local, em vista de sua configuração geográfica, não questiona as fontes históricas. Assim procedendo, naturaliza essas fontes, ao passar a ideia de que a configuração geográfica determinou a configuração social, em processo constituído naturalmente, sem que houvesse interesses presentes nesse contexto, engendradas por relações capitalistas. Enaltece Antônio Pereira Ignácio, a quem reafirma o “talento administrativo”, citando o crescimento dos empreendimentos por ele comandados.

Não é novidade, por ser recorrente na História, a idealização, apenas, alguns homens que, aparentemente, exerceram pressões e alteraram o processo histórico. A noção de linearidade, progresso, evolução, apresenta-se contínua, contígua, permanente, resultando de consequências, como se inevitáveis.

Outro ponto: segundo José de Souza Martins ensina, em seu *Subúrbio*,(p.12), histórias locais não podem ser compreendidas como espelho da história do país e da sociedade. Se assim fosse, negar-se-ia a mediação em que se constituíram as particularidades dos processos locais e imediatos que não se repetem. Portanto, estabelecer relações é uma necessidade, no entanto é preciso cuidado para evitar a incursão nesses erros e generalizações, que tendem a negar a própria história local.

Cabe informar que José de Souza Martins foi o historiador que empregou a palavra *subúrbio* para designar os confins da cidade de São Paulo. É interessante observar como sua pesquisa contempla a espacialidade e o modo de pensar daqueles que habitam e constroem a história dos locais afastados dos grandes centros.

Segundo este autor, na mesma obra (p.9) a História de São Paulo tem sido escrita do centro para a periferia e, como resultado, a perspectiva elitista do centro domina a concepção do que foi o subúrbio no passado. É perfeitamente compreensível que os grandes centros urbanos sejam determinantes na formação

de seus subúrbios, mas estes não serão necessariamente determinados, unicamente, por aqueles.

Segundo Khoury e outros, em *Pesquisa em história*, “todo conceito histórico é constituído, em determinado momento do processo, por homens reais, concretos, com interesses e valores também reais, também concretos”. E continua: “se, em contrapartida, admitir-se que os homens modificam o processo social e são por ele modificados, não há mais que se falar em leis determinantes, mas, sim, em embates e pressões exercidas pelos próprios homens, que são determinadas antes de se tornarem determinantes”. (1989:9-10) Tanto Khoury quanto Souza Martins compreendem o processo histórico em toda a sua complexidade, considerando as condições materiais presentes no fato histórico, sem que, necessariamente, atribuam à história local – ou ao subúrbio – a posição de condicionada pela história. Quanto ao subúrbio, é possível perceber esse enfoque no embate trazido por José de Souza Martins, quando afirma, ao discutir as alterações sociais na esfera capitalista:

(...) o processo revela o seu ritmo e a sua forma histórica real e revela também as peculiaridades das classes sociais: a classe empresarial que, em nosso caso não nasceu em conflito com a classe dos proprietários de terra, como ocorrera no modelo clássico que é o inglês; e a classe trabalhadora que, em nosso meio, não passou prévia e significativamente pelas tradições das corporações de ofício, como em vários países da Europa. (2002:8)

No caso sob análise, sabe-se que o primeiro tipo de indústria instalado em Votorantim foi o têxtil, absorvendo, inclusive, toda a sua tecnologia e mão-de-obra, especificamente da matriz inglesa, o que sela a dependência econômica e tecnológica local.

No entanto, não é preciso, necessariamente, analisar o processo de industrialização na Inglaterra para compreender as transformações em Votorantim; mas, sem dúvida, é necessário apanhar as similaridades, pois não é possível compreender o processo isoladamente.

Outra colocação bastante relevante de Souza Martins relaciona-se à produção da história local para além dos protagonistas principais, alcançando os coadjuvantes, cujo significado das ações próprias – trabalho, anseios, reivindicações – até por esta condição, não é possível captar de imediato. Por outro lado, quando afirma ele “todos somos coadjuvantes da História”, é importante compreender que

esta concepção pertence à historicidade produzida segundo as condições herdadas do passado, a partir das quais é possível construir algo novo.

É difícil apanhar a totalidade do processo histórico produzido pelos coadjuvantes; mas, no caso sob análise, é necessário compreender quais foram os coadjuvantes selecionados e enaltecidos nos trabalhos de João dos Santos Júnior e de Kleber de Araújo Martins, porque a produção de qualquer história não pode ser compreendida como idealização abstrata, que engana, ilude ou encobre o real, mas, na verdade, não representa toda a História.

No entanto, os autores aqui analisados evidenciam, em suas respectivas pesquisas, a valorização dos dirigentes do Banco União, do Grupo Votorantim e de Mathias Gianolla, gerente da fábrica de tecidos da Votorantim, como se fossem eles, os únicos protagonistas da história local. Portanto, são estes protagonistas a quem aqui me refiro.

Não percebo na abordagem de nossos pesquisadores locais, qualquer análise em relação aos operários, quer como protagonistas, quer como coadjuvantes da História. Portanto, cabe a pergunta: a riqueza foi produzida pelos dirigentes do Grupo Votorantim, ou por seus operários, a classe trabalhadora? As obras aqui estudadas parecem naturalizar a história, na forma idealizada e patrocinada pelos grupos ligados às indústrias e ao poder local.

Não é diferente a concepção histórica de Gaspar¹², como já citado anteriormente. Historiador bastante contemplado em pesquisas sobre Sorocaba e Votorantim, também aponta no mesmo sentido, ao afirmar: “não devemos esquecer os fundadores da Vila Industrial de Votorantim, os quais foram os dirigentes do extinto Banco União.”

Em linhas gerais: para os autores dedicados a Votorantim, a história passa a ter relevância a partir do Banco União e, posteriormente, do Grupo Votorantim, nada existindo antes ou além destes agentes. A afirmação de tais autores, por consequência, denuncia uma história onde os fatos foram naturalizados e não há diferentes sujeitos históricos, nem processo.

Vê-se, claramente, a historicidade totalmente desconsiderada aqui, pois não há, nela, qualquer conflito ou contradição, mas apenas a homogeneidade dos personagens, já que somente alguns foram contemplados no fazer desta História.

¹² *apud* Araújo, p.37

Nessa concepção, a dissertação de mestrado *A invenção da “Manchester Paulista”: embates culturais em Sorocaba* (1903/1914), produzida por Arnaldo Pinto Júnior¹³, aborda o processo de industrialização, vinculando-o à concepção de cidade civilizada, em que as indústrias apresentam avanço técnico na produção da riqueza, ressaltando a importância de homens empreendedores, e dos fatos que mudam o rumo da história da cidade.

Nesta dissertação, que analisa documentos escritos e almanaques que abordam o crescimento industrial e a idealização da elite em relação à cidade, o pesquisador questiona o conteúdo do símbolo “Manchester Paulista”, que reforça o progresso e o desenvolvimento, atrelados à indústria, para então criticar esta história sem conflitos.

Como exemplo, veja-se o texto:

Face à aceleração das transformações sócio-culturais da cidade de Sorocaba, sobretudo a partir da década de 1870, as elites republicanas locais, no início do século XX, projetaram uma “nova” imagem urbana, buscando “novas” visões e sensibilidades sobre a “antiga terra” das feiras de mueres. Ou ainda, vivenciando guerras de símbolos, procuraram engendrar uma imagem moderna para seu centro urbano, que representasse a “evolução técnica, o progresso material”, conquistado até aquele momento. Imagem que promovesse o nome de Sorocaba no cenário nacional, como uma cidade próspera, preparada para os desafios do futuro. E essas elites republicanas locais acreditavam que tinham todos os motivos para isso, pois após “vencer a guerra” contra as epidemias de febre amarela, superar o comércio “ultrapassado” de mueres, atrair cada vez mais trabalhadores para as fábricas instaladas no município, Sorocaba reunia condições de contribuir para o avanço do sistema de produção capitalista no país. Assim, baseando seu discurso nos referenciais liberais, positivistas e românticos, concepções que predominavam no campo político-cultural da época e procurando incessantemente a concretização do desenvolvimento econômico, as elites locais levaram à frente a imagem de uma cidade industrial, compatível tanto com o discurso da modernidade capitalista dos países mais industrializados, como os das classes triunfantes brasileiras. (2003:67)

Ressalta ele que a imprensa em Sorocaba, através dos jornais, almanaques e revistas, teve papel preponderante na construção desse ideário de cidade próspera e moderna e informa que os abusos sofridos pelos operários eram denunciados pelo jornal *O Operário* que, dirigido pelos próprios empregados, possibilitava fazer contraponto aos jornais que privilegiavam a visão da elite sorocabana, apesar de “ressignificar, em parte, o discurso triunfante da Manchester Paulista”. Eis a citação constante da p. 98 de seu estudo, em relação ao trabalho infantil e os abusos

¹³ Dissertação defendida em 2003, na Unicamp/SP

sofridos:

Acha-se em nossa redacção um talão de conta, de um menor de 10 a 12 annos mais ou menos que trabalha na fábrica S. Maria, com os seguintes dizeres

29 dias e três quartos	600 réis	17\$850
	Foot Boll	1\$000
	Multa	1\$000
	Botequim	9\$800
	P. Votorantim	1\$000
	Total dos descontos	12\$800
	A receber	5\$050

Um menor! Sofrer tantos descontos de couzas inlicitas, trabalhar uma criança 29 dias e tanto para ganhar 17\$850 e tirão-lhe 12\$800 de botequim e jogo! Que couza de utilidade compraria no botequim esse menor!?

(O Operário, 19/12/1909, anno I, nº 14, p.1)

A contribuição desse historiador, evidentemente, adquire relevância quando questiona o discurso da elite sorocabana registrado no final do século XIX e início do século XX, em relação à “Manchester Paulista”. Essa concepção, presente na construção da identidade de Votorantim, já que era ela, à época, pertencente à Sorocaba, contempla apenas “os poderosos”, excluindo a classe operária do fazer histórico.

A imprensa contribuiu para a valorização do espaço urbano e industrial como sinônimo de progresso e desenvolvimento. Para o mencionado autor, a valorização do espaço urbano em prejuízo do rural, acompanha o louvor às grandes empresas, em detrimento das pequenas.

O pesquisador também cita outra nota, que saiu na imprensa local, evidenciando essa concepção. Referindo-se a Votorantim, a nota elogia o complexo industrial que, favorecendo mais de quatro mil pessoas e mil e duzentos operários, passa a ser considerado o maior estabelecimento industrial do país.

Para o autor aqui analisado, há, a hierarquização das relações sociais: “A visão liberal condiciona a força de trabalho à capacidade de geração de emprego do capitalista”, conclui ele, à p. 170 de sua dissertação. Há, ainda, na mesma página, outra citação da imprensa, em que se valoriza a substituição do espaço rural pelo urbano, em Votorantim:

É para ver-se o soberbo espectáculo que a natureza pródiga e feracissima offerece à vista de quem visita aquella pittoresca região, outr’ora destinada à agricultura e hoje viva colméia industrial, onde centenas de homens desenvolvem a actividade, a força muscular, no trabalho afanoso. Impressiona agradavelmente ver o fumo negro das chaminés a contrastar

com o verde negro da romaria da vegetação, com o cabeça azul dos morros longínquos; ouvir o arruído dos machinismos, o bater dos mancaes, dos teares, das peças urdidoras; o silvo dos motores, das locomotivas, a se confundir com a vozeira humana de uma população de mais de quatro mil almas, com o arruído da queda d'agua dos saltos e das represas, com o bulício das florestas.

Soberbo panorama! Bellissimo e pittoresco quadro animado pela vida do trabalho, sentindo-se o palpar das almas felizes; ouvindo-se os pulmões de aço das machinas colossaes e o vozear dos pulmões fortes dos operários de todas as idades, fallando e casquilhando sadiamente, alegres na faina laboriosa de todos os dias, do romper ao pôr do sol!

Em relação ao texto acima, o autor assim se posiciona, à p. 171:

Transição sem traumas, o espaço da agricultura foi ocupado pela indústria onde homens mantêm o motivado trabalho braçal. Integrados ao espaço, homens e máquinas parecem fazer parte da natureza, tanto que os sons produzidos pelas vozes humanas, pelos motores, pelos teares em movimento se confundem com os sons das águas e das florestas. A imagem projetada pelo texto é magnífica, perfeita, sem tensões ou problemas. O fumo negro das chaminés é um belo contraste em relação às cores da natureza, as máquinas são naturalizadas, os homens são mecanizados. A aproximação entre os diferentes elementos corresponde a um corpo único, incansável, que trabalha de sol a sol.

Então, prossegue:

O olhar romântico apaga o barulho ensurdecedor do interior de uma tecelagem, não vê a poluição causada pela atividade industrial, desconsidera o cansaço das longas jornadas de trabalho e destaca a felicidade dos operários fortes de todas as idades. Por sinal, a descrição triunfante do trabalho na fábrica Votorantim é muito reveladora. Pensar em operários fortes significa encontrar boas condições de trabalho e de vida, isto é, bons salários, boa alimentação, boas condições de higiene e moradia. Mas todos os indícios encontrados sobre as condições de trabalho na fábrica Votorantim no início do século XX problematizam esse olhar. Ao contrário, os indícios remetem para análises de tensões sociais, baixos salários, condições precárias de saúde e educação.

E conclui:

O operário que trabalhava todos os dias de sol a sol, seja ele de qualquer idade como o texto expõe, não teria uma feliz alma palpitando no ritmo das colossais máquinas. As perspectivas através da qual o autor do texto apresenta o trabalhador está dentro das perspectivas liberais, positivistas do avanço do capitalismo.

Sem dúvida, a imprensa também contribuiu para a homogeneização das relações sociais, o que foi muito bem colocado pelo autor, ao referir-se aos almanaques e à Revista A B C, cujos textos e iconografias, muitas vezes

comprometidas com as elites dominantes, valorizavam o grupo empresarial, o maquinário, o edifício industrial, omitindo o operariado

A própria Revista A B C..., em sua edição nº 4, publica imagens iconográficas de trabalhadores da fábrica Votorantim. Ao contrário da edição nº 5, que apresenta um artigo para explicar a “homenagem” que a revista prestava ao estabelecimento indústria, a edição nº 4 apenas publica imagens iconográficas – nove no total – para evidenciar o valor daquela fábrica Votorantim para o progresso da cidade.

Os trabalhadores que aparecem nas imagens iconográficas estão dentro de um ambiente moderno, dominado pela máquina e pela técnica. (PINTO JÚNIOR, 2003:173)

Ainda segundo o mesmo autor, nas iconografias referentes à fábrica Votorantim e veiculadas por essa revista literária, percebe-se a valorização da potencialidade econômica da Fábrica, de sua vila operária, arquitetura, maquinário, enquanto o operário, colocado em ação, remete à concepção de sociedade urbana industrial.

Assim sendo, o operário é destacado como disciplinado na fábrica, onde a técnica industrial é colocada como racionalizadora da produção de riqueza e, nesse aspecto, o conjunto arquitetônico passa a servir como forma de oferecer proteção ao trabalhador, assim como as vilas, que também seguiam o mesmo propósito.

Portanto, é possível afirmar que o conjunto iconográfico contribuiu para a manutenção das relações capitalistas de dominação e para o apaziguamento das relações sociais.

Seguindo a mesma lógica em relação ao espaço urbanizado e industrializado, circundado pela fábrica, vemo-nos remetidos à “europeização”, nos termos apontados por José de Souza Martins em seu *Subúrbio*, p.136, qual seja: levar ordem onde vive a desordem. Daí a importância do imigrante, da organização do espaço circundado e vigiado, já que, para a elite, eram inseparáveis espaço e ordem.

Outro ponto importante para este mesmo autor, a acumulação do capital, para a história da industrialização na área metropolitana, decorreu da renda fundiária, utilizada como fonte de recursos. Exemplo disso são a Fábrica Pamplona, em São Caetano e, em Votorantim, o Banco União e o Grupo Votorantim, que se confirma na ação do Banco União de São Paulo o qual, em 1890 e 1891, adquiriu diversas áreas na região de São Caetano, pertencentes ao Senador Lacerda Franco.

Ora, se a acumulação de capital, em São Paulo, decorreu da renda fundiária, a Fábrica, quando surge no espaço urbano, traz as características da sociedade rural.

É com esta visão que José de Souza Martins informa, de sua obra aqui citada:

Com o aparecimento das indústrias já no fim do século XIX (Formicida, Pamplona, Banco União), alguns dos antigos colonos e seus filhos tornaram-se operários.

Nesse momento, começa a aparecer uma classe dominante, em São Caetano, vinculada à indústria nascente e ao grande capital (naqueles anos vinte, Armando de Arruda Pereira, parente e sócio de Roberto Simonsen, na cerâmica de São Caetano, da qual era diretor, fazia política municipal, fundando um jornal e um partido político local, no intuito de conseguir uma autonomia administrativa de São Caetano). (2002:39-40)

Afirma ele, ainda, que a história de São Caetano passou a ser vista com os olhos dos vencedores e poderosos. Como decorrência, o mito dos fundadores da cidade torna-se constante, nesta concepção histórica e a valorização da visita de D. Pedro II a São Caetano, nesse momento, só vem legitimar e enaltecer determinada concepção histórica.

Então, vejamos: o Banco União adquiriu, em São Caetano, diversas propriedades rurais, com a mesma finalidade daquela aplicada à Votorantim, proporcionando o desenvolvimento industrial e adquirindo áreas próximas de ferrovias. Em 1890, perto da estação – local de moradia dos colonos italianos – instalou uma fábrica de bebidas. Os lotes, por sua vez, foram perdendo a finalidade agrícola, em função da especulação financeira. Além disso, o Banco chegou a construir, próximo da estação, uma Fábrica para Refinação de Açúcar e Destilação de Bebidas Alcoólicas.

Prosseguindo em direção a Votorantim, no início do século XIX, o Banco investiu na compra de propriedades. Segundo Santos Júnior, foram eles os fundadores da vila industrial local, sendo o Banco, então, comandado pelo Senador Lacerda Franco, seu presidente em 1890.

O autor prossegue, dizendo que investimento do Banco, naquela empreitada, consumiu grande quantidade de capital utilizado na construção de um complexo industrial voltado para a produção têxtil, a usina hidrelétrica Itupararanga para geração de energia própria e a extração de minérios, abastecendo boa parte de São Paulo.

Evidentemente, já eram conhecidas as características da região e sabidas as possibilidades do empreendimento. As terras foram compradas em pontos estratégicos, facilitando a produção e o escoamento de seu produto. A experiência e o tipo de investimento em São Caetano possibilitaram as opções adotadas para Votorantim.

A consolidação da industrialização, no início do século XIX, tem interesses explicitados por Santos Júnior, quando afirma:

O interesse do Banco União em desenvolver várias atividades fabris em Votorantim foi frenético. Logo após a compra, aterraram as enormes terras de brejos, abriram picadas na mata, passando a construir empresas: usina hidrelétrica, fábricas, estradas de ferro e vila operária, tudo isso sob a orientação de ingleses, que aqui vieram a partir de 1891, para comandar a instalação das empresas do Banco União de São Paulo. Os ingleses não vieram por acaso, mas já tinham uma centenária experiência em manufatura têxtil, a maioria deles vieram da cidade de Manchester.(2004:28)

O mesmo conclui Araújo Martins ao afirmar que a configuração espacial e social após o Banco União, transformou a “fazendinha” em “pólo industrial”, o qual manteve suas atividades em São Caetano até sua falência, em 1918.

A história do subúrbio de Votorantim traz algumas semelhanças com outras, de maior amplitude: a posição periférica ocupada pelo município analisado, em relação aos grandes centros urbanos e comerciais (São Paulo e Rio de Janeiro), é a mesma, ocupada, à época, pelo Brasil, em relação à grande potência econômica no século XIX, a Inglaterra.

É inevitável constatar, portanto, que outra discussão se faz necessária: o país que exerce a hegemonia econômica exerce, também e, conseqüentemente, a hegemonia cultural; os Ingleses, ao trazerem técnicas e conhecimento, enfim, sua cultura, que aqui se implantou, denotam sua posição em relação aos demais países.

Cabe ressaltar que o Brasil não vem da tradição das corporações de ofício, em que o fazer-se operário foi processo gradativo que criou as classes mestre e contramestre, e permitiu, na Europa, constatar contraposições entre operário e camponês, rural e urbano.

Dessa forma, tais contraposições não estão presentes em Votorantim. O espaço rural foi urbanizado aos poucos, a mão-de-obra rural sendo empregada nas fábricas com um agravante: o incentivo à vinda do imigrante para ocupar espaços nas indústrias, posto que simbolizassem, eles, o progresso, o civilizado, enfim, a

mão-de-obra qualificada.

Entendidos estes pontos envolvidos no processo histórico, percebe-se a europeização do subúrbio, com a valorização da ordem e da disciplina, possível somente em espaços circundados e vigiados, onde o imigrante simbolizava tudo. Assim, a importância das vilas operárias e mesmo do lazer seguia a mesma lógica.

Dessa forma, os espaços foram sendo delineados em função dos interesses do Banco. José de Souza Martins conclui,

A europeização do subúrbio abria bolsões sanitários no espaço contaminado e abria também bolsões de ordem onde estava potencialmente a desordem. Longe do que se difundiu depois, o imigrante era visto como um agente da ordem e a ordem só era possível num espaço ordenado, circundado e vigiado. No imaginário das elites, a ordem e seu espaço não se separavam. (2002:136)

Santos Júnior analisa o valor do imigrante na história de Votorantim afirmando, em seu estudo aqui analisado:

Os primeiros operários das indústrias Votorantim, eram em sua maioria de origem italiana, tendo organizado ali um corpo de garibaldinos, corporação militar que já funcionava em 1893; por suas iniciativas, seria erguido mais tarde, em 1911, na praça ajardinada ao lado da igreja uma herma em bronze da heroína, Anita Garibaldi, mulher do famoso general Giuseppe Garibaldi, falecido em 1849 na Itália. (2004:30)

A mesma exaltação é registrada por Araújo Martins, que ao falar da saga do imigrante que deixou sua Pátria e enfrentou todas as adversidades, refere-se à força em suportar privações e ao sacrifício de lutar por vida mais digna e justa. (p.61)

Cabe lembrar que, apesar de o autor abordar a substituição da mão-de-obra escrava pela imigrante, estes são louvados e valorizados, o que faz subentendê-los como superiores a seus antecessores, além de benéficos para a formação Votorantinense. Como exemplo, a valorização da “heroína” Anita Garibaldi que, na concepção dos Italianos, e pelo simples fato de ter sido casada com um italiano, com ela se identificaram.

Em linhas gerais, os imigrantes são considerados, por Araújo Martins e Santos Júnior, como os grandes responsáveis pelo desenvolvimento local, definindo, ao mesmo tempo, algumas características culturais para Votorantim.

A valorização do imigrante como símbolo de progresso e desenvolvimento, estava associada ao ideário da nação, ou seja, a todos os projetos políticos que,

direta ou indiretamente, contribuíram para a construção da Nação. Esta discussão é proposta por Schwarcz, ao afirmar que, de certa forma, a imigração era a grande preocupação nacional. Afinal, como explicar uma Nação que, caminhando para a Ordem e o Progresso tem, em sua base, o trabalho escravo? A autora afirma, em seu *O espetáculo das raças*:

Outras questões estratégicas aparecem como que misturadas na mesma ebulição social. O problema da desmontagem do sistema escravocrata, com seus avanços e recuos, a partir de 70 tornava-se um fato irrevogável. Afinal, em 1871 é promulgada a Lei do Ventre Livre, que, apesar de seu caráter moderado, punha um ponto final nesse sistema de trabalho, a essa altura condenado pelas demais nações.

É a partir desse momento também, com o sistema de produção ainda dependente da mão-de-obra escrava, que o problema da mão-de-obra passa a figurar no centro das discussões. Datam dessa época os primeiros debates e experiências com trabalhadores estrangeiros, sobretudo europeus, entendidos nesse momento como os grandes substitutos diante do iminente final da escravidão. (p.27)

Foi no início do século XIX, como afirmam Santos Júnior e Araújo Martins, que ocorreu a vinda dos imigrantes europeus para o Distrito de Votorantim, trazendo todo o conhecimento, poder econômico e político que os Ingleses hegemonicamente detinham, assim como os Italianos, manipuladores das máquinas.

É importante citar que tal imigração não obedece diretamente à proposta oficial, para a vinda destes europeus para a vila industrial de Votorantim. Também é importante correlacionar a este fato a desmontagem da estrutura escravocrata, como a própria Schwarcz (1993) afirma. Assim, a vinda de imigrantes, quer anterior, quer posterior à “abolição da escravatura”, tornou-se constante e atendeu ao projeto político nacional, além de direta ou indiretamente contribuir para reforçar essa concepção em Votorantim.

Há, ainda, a questão dos espaços geográficos. O fato de determinados lugares serem definidos como símbolos para a cidade, requer a compreensão e tais espaços, enquanto construções sociais e, por isso, as “tradições são inventadas” com o propósito de nortear determinada leitura sobre a cidade, para dentro de determinada concepção histórica. Considerar o que é relevante, o que é irrelevante, o que deve ser lembrado ou esquecido, pressupõe posicionamento ideológico, ou seja, o interesse em evidenciar ou obscurecer as relações sociais de dominação.

Assim sendo, busca-se no passado, ao estabelecer relações com os símbolos, os marcos históricos e os protagonistas da história, a legitimação de certa

concepção histórica, que norteia o olhar sobre o presente que, no caso presente, remete às igrejas como marcos históricos, mostra a relevância da cachoeira, as ruas, as antigas vilas operárias, o nome da praça, as escolas, a creche e o hospital, assim como, o brasão, o hino, a bandeira, e tudo o mais que, atualmente, representa Votorantim, vem de um passado homogeneizado e glorificado na figura de alguns “heróis”.

Para compreendermos as “invenções destas tradições”, a fundamentação destes mitos, é primordial nos reportarmos à Marilena Chauí e seu *Mito fundador e sociedade autoritária*. (2006)

Há vários significados para o conceito *mito*, quer no sentido etimológico, quer no antropológico. São essas contradições e esses conflitos que não possuem soluções na realidade, sendo que o mito fundador impõe um ir e vir ao passado, que nunca cessa, porque atrelado ao presente, onde sua origem está, o que impossibilita o recorte temporal e a compreensão do presente. Na análise psicanalítica, trata-se da repetição a algo imaginário, que impede a percepção da realidade.

Araújo Martins e Santos Júnior atribuem a fundação da vila de Sorocaba e, conseqüentemente, de Votorantim, ao passado “heróico do bandeirante”, pressupondo a concepção da história presa a este determinado passado, apresentado sem conflitos, contradições, ou interesses econômicos.

Vejamos o que Chauí diz a respeito, às p. 9 e 10 da obra mencionada:

Insistimos na expressão mito fundador porque diferenciamos fundação e formação. Quando os historiadores falam em formação, referem-se não só às determinações econômicas, sociais e políticas que produzem um acontecimento histórico, mas também pensam em transformação e, portanto, na continuidade ou descontinuidade dos acontecimentos, percebidos como processos temporais. Numa palavra, o registro da formação é a história propriamente dita, aí incluídas suas representações, sejam aquelas que conhecem o processo histórico, sejam as que o ocultam (isto é, as ideologias).

Diferentemente da formação, a fundação se refere a um momento passado imaginário, tido como instante originário que se mantém vivo e presente no curso do tempo, isto é, a fundação visa a algo tido como perene (quase eterno) que traveja e sustenta o curso temporal e lhe dá sentido. A fundação pretende situar-se além do tempo, fora da história, num presente que não cessa nunca sob a multiplicidade de formas ou aspectos que pode tomar. Não só isso. A marca peculiar da fundação é a maneira como ela põe a transcendência e a imanência do momento fundador: a fundação aparece como emanando da sociedade (em nosso caso, da nação) e, simultaneamente, como engendrando essa própria sociedade (ou a nação) da qual ela emana. É por isso que estamos nos referindo à fundação como mito.

O mito fundador oferece um repertório inicial de representações da realidade e, em cada momento da formação histórica, esses elementos são reorganizados tanto do ponto de vista de sua hierarquia interna (isto é, qual o elemento principal que comanda os outros) como da ampliação de seu sentido (isto é, novos elementos vêm se acrescentar ao significado primitivo). Assim, as ideologias, que necessariamente acompanham o movimento histórico da formação, alimentam-se das representações produzidas pela fundação, atualizando-as para adequá-las à nova quadra histórica. É exatamente por isso que, sob novas roupagens, o mito pode repetir-se indefinidamente.

É evidente que, referir-se ao mito fundador, oculta o aspecto ideológico, pois supõe o início da existência histórica assentado na ação desse mito que, no caso presente, é supostamente branco, europeu, simbolizado na figura do Bandeirante. Dessa forma, naturaliza-se a hierarquia social, concebendo a superioridade do branco em relação ao índio e ao negro, bem como da Europa em relação à América.

No caso de Votorantim, isto é reafirmado o tempo todo, também no aspecto cultural. Aí está, em cada canto da vila, a construção de uma Igreja, trazendo a onipresença do cristianismo quase como religião oficial, a arquitetura inglesa nas vilas operárias e o domínio da tecnologia.

Como já mencionado, tal concepção pressupõe uma história presa ao passado. Portanto, ao assumir o aspecto mitológico, não se pode mais influir ou alterar a História, que se baseia na heroicização de bandeirantes, responsáveis pela fundação da vila de Sorocaba, da qual decorre Votorantim. O mesmo acontece com a vila industrial, fundada pelo Banco União e, posteriormente, assumida pelo Grupo Votorantim.

Afinal, o que seria da História sem nossos fundadores, já que, com eles, estão pressupostos eventos que emanam de um ser abstrato, inerente ao povo e à nação? Nessa concepção, indiscutivelmente, o que aconteceu iria mesmo acontecer, sem interesses e conflitos sociais, como se os acontecimentos, transformados em fatos históricos – portanto, indiscutíveis – ocorressem ininterruptos e encadeados, a partir de heróis postados acima dos conflitos inerentes às classes sociais.

Note-se que tanto Araújo Martins quanto Santos Júnior concebem a História a partir dos fundadores havendo inclusive, uma citação em Araújo Martins que os denomina “descobridores”, concebendo o início da história votorantinense a partir da vinda do europeu.

Em relação ao termo “descoberta”, empregado pelo autor, há que se admitir que a história local passa a existir, apenas a partir do branco colonizador. Ou,

como afirma Chauí: “são invenções históricas e construções culturais. Sem dúvida, uma terra ainda não vista nem visitada estava aqui. Mas Brasil (como também América) é uma criação dos conquistadores europeus”(2006:57).

É compreensível que, com essa postura, os autores reverenciam a valorização do Bandeirante: corajoso, desbravador, símbolo de coragem e luta, autor de contribuição fundamental para nossa História, já que foi ele o responsável único pelo alargamento de nossas fronteiras.

Na mesma concepção, há que se notar que, assim procedendo, os dois autores também naturalizam acontecimentos históricos, ao atribuir o desenvolvimento local aos fundadores Banco União e Grupo Votorantim, que viabilizaram o desenvolvimento econômico. Referências citadas por outros pesquisadores, como Gaspar e Aluísio de Almeida, contribuem para a mesma concepção; aliás, é a repetição uma das formas de tornar mais legítima a História.

Araújo Martins, ao afirmar, em sua concepção sobre o grande desenvolvimento industrial, que são Ingleses os responsáveis pelo emprego da técnica aqui, reafirma que a escolha não foi aleatória, mas pelo fato de serem eles os grandes conhecedores da indústria têxtil, pois estavam vivendo, em sua pátria, o que se convencionou chamar “Revolução Industrial”.

Apesar de esse autor tentar estabelecer relações externas em seu trabalho, assim como, no de Santos Júnior, faltam análises críticas, especialmente o questionamento das fontes históricas, o que poderia levá-los a perceber que se trata de construções sociais – portanto, ideologizadas – na medida em que ocultam ou evidenciam determinada concepção histórica e não outra, atendendo a interesses de determinada classe social.

É relevante lembrar que, à época, as relações entre o Brasil e a elite européia, especialmente a inglesa, eram marcadas por desníveis econômicos e tecnológicos, em que o Brasil se encontrava inferiorizado hierarquicamente, portanto, dependente; talvez por isto, quando o Banco União montou sua indústria têxtil no Distrito de Votorantim, empregou-se tanto a mão-de-obra qualificada quanto a tecnologia, de origem inglesa.

Os autores também fazem a sacralização desta história, mitificando alguns “heróis”, sejam eles os bandeirantes, o Banco União, o Grupo Votorantim ou gerente da Fábrica Têxtil, Mathias Gianolla. Essa sacralização de heróis pré-concebidos, já que a história, quando assentada em mitos fundadores, não possibilita a intervenção

e a ação dos agentes não sacralizados. Afirma Chauí, p. 86:

Um outro efeito pode ser observado se reunirmos a sagração da história e a sagração do governante. Ao articulá-las, notaremos que o mito fundador opera de modo socialmente diferenciado: do lado dos dominantes, ele opera na produção da visão de seu direito natural ao poder e legitimação desse direito natural por meio das redes de favor e clientela, do ufanismo nacionalista, da ideologia desenvolvimentista e da ideologia da modernização, que são expressões laicizadas da teologia da história providencialista e do governo pela graça de Deus; do lado dos dominados, ele se realiza pela via milenarista com a visão do governante como salvador, e a sacralização - satanização da política. Em outras palavras, o mito engendra uma visão messiânica da política que possui como parâmetro o núcleo milenarista como embate cósmico final entre luz e a treva, o bem e o mal, de sorte que o governante ou é sacralizado (luz e bem) ou satanizado (treva e mal).

Trata-se, por isso, de pesquisa que inviabiliza conceber a história feita por homens reais, o que acaba por escamotear conflitos de classes e relações de dominação. Em decorrência, os autores ora analisados, ao sacralizar os dirigentes da Votorantim, reforçam o mito fundador, concedendo-lhe o “direito natural” de ocupar esta posição, à qual o paternalismo é inerente, por definição.

Não foi diferente com os dirigentes do Grupo Votorantim.

2.2. O PATERNALISMO E AS RELAÇÕES DE DOMINAÇÃO E EXPLORAÇÃO

No livro “José Ermírio de Moraes – o homem e a obra”, é possível perceber a leitura que João de Scantimburgo faz da História. Desconsiderando o processo, e atribui as transformações às ações de poucos homens.

Segundo o autor: “a história não lhes guardou o nome, mas eles mudaram o seu curso” e que “a história é imóvel até para Deus. O passado é definitivamente estável. Podem-se alterar as interpretações de personagens e de acontecimentos, mas o que passou está definitivamente passado”. (SCANTIMBURGO, 1975:7)

Para este autor, o impulso econômico e social decorrente da ocupação holandesa em Pernambuco, contribuiu na formação sócio-psíquica do nordestino. Em sua opinião, aquele fato histórico ficou no inconsciente, de tal forma que “[...] a mentalidade aplicada à empresa, com objetivo capitalista, isto é, a empresa posta em marcha com o objetivo de se fortalecer, ampliar seu patrimônio, e seguir as linhas históricas que balizam a evolução do capitalismo [...]” (SCANTIMBURGO,

1975:20).

Esta associação é feita a José Ermírio de Moraes que, segundo o autor, trazia em seu “inconsciente” o empreendedorismo, o espírito de iniciativa e organização, ou seja, a clarividência de saber a direção que deveria seguir com poucos erros; estas as qualidades que o tornaram responsável pela “[...] ascensão das massas populares a melhores condições de vida, da transformação da natureza – não no sentido marxista, mas no sentido do aproveitamento de seus recursos - para o serviço da pessoa humana.” (1975: 21)

Em outra citação bastante interessante, o autor deixa clara sua concepção de que o meio, influenciado pela cultura, determina a formação do homem: “[...] remexido o fundo de seu inconsciente, nele iremos encontrar o ‘tempo do framengo’ palpitando, vivo ainda, no curso de sua existência, na qual se destacaram o espírito de iniciativa, a organização do trabalho e a criação da riqueza, atributos adjetivos do capitalismo” (1975: 21).

Apesar das críticas ao determinismo, acredita ele que o homem está condicionado pelo meio físico e cultural, tanto que afirma que a sociedade patriarcal, com forte influência religiosa, teve grande influência sobre José Ermírio de Moraes, tido como grande patriarca, na família e no trabalho.

Desse modo, José Ermírio é visto como um homem que lutou muito e, sendo sua vitória decorrente de sua determinação pessoal, tornou-se símbolo, representando a figura de patriarca, chefe e patriota, que despertou muito cedo para sua “vocação industrial”.

Abordando outro de seus heróis, diz ele que “Antônio Pereira Ignácio era, porém, de outra raça, era da raça dos valentes desbravadores de horizontes”. (SCANTIMBURGO, 1975:111). Mesmo assim, é possível constatar que a leitura do autor permanece a mesma: “A história da Votorantim está, assim, intimamente ligada à ascensão de Antônio Pereira Ignácio à categoria de grande industrial, e Sorocaba, o seu forte reduto de atividades, sempre e cada vez mais próspera”, nos diz ele, à p. 114 da mesma obra.

Segundo ele, a Votorantim formou um “império industrial”, com ritmo acelerado e assistência aos operários, assemelhando-se as indústrias americanas:

Creches, escolas primárias e vocacionais, campos de esportes, cinema para a recreação, assistência médica e dentária, moradias decentes, tudo foi objeto de cogitação e de realização pelo grande português, imigrante,

menino sapateiro, trabalhador voluntário nos Estado Unidos, milionário e que sabia o valor da arte, da cultura, dos costumes produzidos pela civilização. (SCANTIMBURGO, 1975; p.118)

O autor também faz outras citações, relatando o trabalho assistencial de José Ermírio de Moraes, que foi presidente do hospital Beneficência Portuguesa, assim como Pereira Inácio.

Outra situação relatada pelo autor refere-se ao colégio Rio Branco, onde os filhos de José Ermírio de Moraes estudaram e que fechou em 1945, por questões financeiras. Inconformado com o fechamento, o empresário tentou persuadir o proprietário do colégio, Sampaio Dória, a reabrir, alegando que tinha uma fábrica em Sorocaba, que só lhe dava prejuízos, mas que mantinha aberta, pensando nos setecentos operários que dependiam para sobrevivência.

Sem que houvesse um acordo, o colégio foi adquirido por Ermírio que, mais tarde, o doou à Fundação Rotary em São Paulo, além de continuar contribuindo para sua manutenção. Assim sendo, e na leitura do autor, as atitudes deste industrial tinham, como objetivo, criar riquezas para o desenvolvimento do Brasil e, conseqüentemente, da comunidade (1975:213).

Ainda em relação ao mesmo industrial, informa o autor que havia um discurso apelando, sempre, para a nacionalidade; “espécie de patriotismo econômico”, opondo-se sempre a participação do capital estrangeiro em suas indústrias (SCANTIMBURGO, 1975:245). Talvez por isto, favorável à “Revolução de 1964”, Ermírio tenha proferido estas palavras: “[...] na data comemorativa do movimento que nos salvou de um governo comunizante e anarquizante, sobretudo desmoralizante para os foros de nação civilizada. [...]” (SCANTIMBURGO, 1975:324)

Isto posto, não é possível negar que Scantimburgo tenha desconsiderado o processo histórico, considerando a história como, apenas, resultado da ação de alguns homens, “heróis”, influenciados pelo contexto histórico e social. Assim, também ele caiu na “armadilha” do determinismo social e racial que, na década de 60, ganhou novo impulso.

É com esse foco que o autor sugere que todas as ações de José Ermírio de Moraes são marcadas como atitudes de bondade, tornando as preocupações com o coletivo, constantes. Desta forma, são omitidos seus interesses pessoais, inclusive o desejo de ascensão política e econômica.

Na década de 60, o discurso nacionalista ganhou grande impulso, tornando-

se, talvez, o grande argumento da Ditadura Militar, na qual tudo se justificava pelo desenvolvimentismo. O mesmo discurso foi constantemente utilizado por José Ermírio de Moraes que, também apelando para o nacionalismo e o sentimento patriótico, camuflava seus verdadeiros interesses.

É fundamental compreender os diferentes contextos históricos. A questão do nacionalismo tornou-se cerne das preocupações nacionais já desde o século XIX, e permaneceu ativo no século XX, principalmente a partir do Estado Novo e adentrou a década de 50 e 60 em diante, alcançando auge com a ditadura militar.

Para nosso estudo neste momento, o trabalho de Scantimburgo nos remete para meados da década de 70, período de preocupação da construção do Estado Nacional, como colocado por Chauí, em que o conceito de nação foi ressignificado, assumindo mais do que os aspectos territoriais ou culturais, fincando raízes na consciência nacional.

A leitura que Scantimburgo faz da história e de José Ermírio de Moraes, certamente foi assimilada pelos autores aqui analisados, sem nenhuma crítica. As fontes utilizadas assim o foram no intuito de reafirmação da história do Grupo Votorantim, colaborando para sua legitimação.

A sacração do governante está presente nos trabalhos dos respectivos autores, que enaltecem as figuras de Pereira Ignácio e José Ermírio de Moraes Filho atribuindo, a eles, atitudes de benevolência e paternalismo.

É sintomático que tais dirigentes, estabelecendo redes de clientelismo em todas as esferas sociais, criaram forte rol de dependentes, o que reforça a visão de “Salvador Universal”, acima do bem e do mal. Mais sintomático ainda é que a criação destas redes não consta dos textos analisados.

Em todas as esferas sociais, o povo Votorantinense estabeleceu uma relação de dependência para com os dirigentes do Grupo Votorantim, visto como “pais-patrões”, aos quais todos devem obediência, pois o não cumprimento das regras implica no abandono social, consubstanciado na perda do emprego, da casa, da creche, da assistência médica, das atividades recreativas, enfim, das relações sociais. É desta forma, que se encontram estabelecidas às redes de clientelismo que, direta ou indiretamente, faz com que todos sirvam aos dirigentes do Grupo Votorantim.

As práticas sociais, permeadas pela “benevolência” de José Ermírio de Moraes ao empregar, oferecer favores ou perdoar uma falha, acabavam tutelando os

habitantes-operários de sua fábrica-vila operária e, conseqüentemente, aumentavam a dependência.

Várias situações pontuais demonstram isto, dentre as quais destaca - se aquela em que ele, após o acidente de trem, afirmou ao funcionário que ele ainda era muito útil à fábrica e seria chefe da via férrea; outra, quando encontrou Mathias Gianolla no bar, comprando balas, e afirmou que ele seria um futuro gerente da fábrica; outra mais, ao encontrar o amigo e comprometer-se a empregar a filha.

Este conjunto de fatos leva ao entendimento de que o encontro com José Ermírio poderia, até, ser atribuído à “divina providência”, pela sorte de deparar-se com homem tão bom, capaz de mudar o destino daqueles que cruzavam seu caminho: “José Ermírio é um desses exemplos de como a Providência traça os nossos caminhos e nos leva por eles, sem que nos apercebamos, muitas vezes, de onde vem essa força”, diz Scantimburgo, p. 43.

Com este conjunto de pressões, torna-se difícil pensar nos espaços locais sem se reportar à Fábrica, não apenas à sua estrutura física mas, sim e especialmente, ao espaço das relações sociais. Não estar nessa “grande família”, seria o mesmo que não pertencer à sociedade, estar isolado do convívio social.

Isto porque todos os “habitantes – operários” de Votorantim estabeleciam relações a partir da fábrica: a convivência no trabalho, na escola, na creche, na vila, no hospital, nas atividades de lazer, ou seja, tudo fazia lembrar o Grupo Votorantim.

Sem dúvida, podem-se compreender as transformações na vida do operário através destes “benefícios”, o que torna fundamental compreender o engendramento a partir destas relações, pesquisando os interesses que motivavam o Grupo Votorantim.

Contudo, é preciso estar atento para o fato que estes investimentos implicavam em baixos salários, jornadas longas e, indubitavelmente, numa relação de dependência, submissão e consentimento, por parte do operário. Afinal, a severidade do “pai-patrão” era perdoável por sua benignidade, e desejo de proteger seus “filhos-operários”.

HABITANTES OPERÁRIOS



Fig. 05 Grupo Escolar “Comendador Pereira Ignácio”
Fonte: João dos Santos Jr.

Acima, a iconografia do Grupo Escolar mantido pelo Grupo Votorantim, permite enxergar a dimensão das relações acima citada, em que todos os destinos, diretamente ou indiretamente, submetidos às decisões empresariais.

Santos Júnior, ao selecionar a iconografia intitulada “Habitantes Operários”, que mostra o Grupo Escolar Pereira Ignácio sem a devida problematização, não possibilita fazer outra leitura que não a da generosidade dos dirigentes do Grupo Votorantim, preocupados com a “formação” dos pequenos operários.

Porém, é possível fazer a seguinte leitura, a partir da mesma iconografia: a cidade enquanto extensão da fábrica, modela novos habitantes-operários desde cedo, educando-os para a formação moral e social que concorda com os valores necessários para a vida fabril. São situações aparentemente inocentes, mas que trazem implicações ideológicas por escamotear relações de exploração e dominação e, desta forma, criar a rede de clientelismo, o que esvazia a luta de classes, e dificulta enxergar a opressão, que ocorre sutilmente.

A mesma concepção está presente nos textos de Araújo Martins ao afirmar que José Ermírio colocou-se lado a lado, em “pé de igualdade” com seu operário,

quando na verdade a superioridade está implícita, ocultando os antagonismos de classes, possibilitando a “inculcação” de ideias e valores nas relações forjadas de igualdade. Dessa forma, a sistematização de um determinado conhecimento histórico contribuiu para o fortalecimento destas concepções.

Os autores, ao selecionarem as fontes e estabelecerem certas relações, viabilizaram e sacralizaram as imagens dos dirigentes do Grupo Votorantim. Como podemos perceber no texto de HOBBSAWM (1984:9):

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores ou normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado.

A “invenção desta tradição” é muito forte, já que não permite enxergar o proprietário dos meios de produção como pertencente à classe social que, no modo de produção capitalista, defende interesses de classes e por esse motivo está inserido na exploração econômica e social.

Faz parte dada mesma estratégia a ocultação destes interesses por colocar-se na mesma posição dos operários, como pertencente à mesma família. Ideologicamente, a ideia é fortalecida pela construção cultural dos laços de afetividade, o que torna a percepção deste “tecido social” muito mais difícil.

A mesma discussão está presente em Matos (1996) para quem o controle não ocorre de forma tão explícita, mas está presente a opressão, já que a disciplina passa pela ordenação do tempo e espaço, determinando o ritmo de trabalho e, até mesmo, o ritmo de vida e, conseqüentemente, se reduz o conflito de classes.

Mais especificamente, cria-se a coesão social pela imposição de padrão de comportamento cujas regras e valores são impostos sutilmente pela fábrica. Não seria isto, uma “tradição inventada” a partir da revolução industrial?

A coesão tornou-se possível em Votorantim, através das práticas benevolentes dos dirigentes do Grupo Votorantim, ou seja, o futebol, as atividades recreativas, a creche, o hospital, as vilas, tudo nos remetia as ações paternalistas. Ou seja, segundo Hobsbawm

[...] as tradições inventadas desde a Revolução Industrial.
Elas parecem classificar-se em três categorias superpostas: a) aquelas que

estabelecem ou simbolizam a coesão social ou as condições de admissão de um grupo ou de comunidades reais ou artificiais; b) aquelas que estabelecem ou legitimam instituições, status ou relações de autoridade, e c) aqueles cujo propósito principal é a socialização, a inculcação de idéias, sistemas de valores e padrões de comportamento.

Embora as tradições do tipo b) e c) tenham sido certamente inventadas (como as que simbolizam a submissão à autoridade na Índia britânica), pode-se partir do pressuposto de que o tipo a) é que prevaleceu, sendo as outras funções tomadas como implícitas ou derivadas de um sentido de identificação com uma “comunidade” e / ou as instituições que a representam, expressam ou simbolizam, tais como a “nação”.

Pode-se observar uma nítida diferença entre as práticas antigas e as inventadas. As primeiras eram práticas sociais específicas e altamente coercivas, enquanto as últimas tendiam a ser bastante gerais e vagas quanto à natureza dos valores, direitos e obrigações que procuravam inculcar nos membros de um determinado grupo: “patriotismo”, “lealdade”, “dever”, “as regras do jogo”, “o espírito escolar”, e assim por diante. (1984: 17 e 19):

Porém, essas relações de poder, a coesão social através da prática patronal não é característica presente apenas em Votorantim. Eis o que se passa em relação às Fábricas de Juta em São Paulo:

O discurso lançava mão de imagens que, em última instância, procuravam identificar o patrão com o pai que proporciona trabalho aos filhos, protegendo-os, associando-os como “companheiros”, protetor e provedor, severo e justo. Os conflitos entre patrão e operário assumiram, portanto um significado mais drástico, associados assim a uma forma de revolta contra o pai (MATOS, 1996:107).

A forma como os “donos do poder” administravam o Grupo Votorantim não permitia perceber de forma clara, a repressão, já que o paternalismo fazia parte do “processo racionalizador”, que acabava tendo maior eficácia.

Essa relação muito próxima, e supostamente horizontalizada entre operário e patrão, dificultava àquele, enxergar o patrão como pertencente à determinada classe social e, portanto, defensor de interesses específicos, que reforçava, sempre, a perspectiva da harmonia, anulando os conflitos, como se todos fizessem parte da mesma família, Grupo Votorantim.

“A representação da fábrica como grande família cumpriria a função de negar o conflito capital-trabalho, insinuando a idéia de harmonia” (MATOS, 1996:108). O paternalismo harmonizava as relações sociais e negava os conflitos de classes, familiarizando as relações patrões e operários, buscando a coesão e adesão dos operários.

O fato da Fábrica exercer controle em todas as esferas sociais possibilitou a

extensão das práticas paternalistas, e permitiu maior eficácia e hegemonia no exercício do controle sobre tudo e sobre todos.

Dessa forma, a homogeneização ficou posta em todas as esferas sociais e, para alcançar tais objetivos, todas as “tradições inventadas” seguiam o mesmo propósito. Por exemplo, a valorização do trabalho passou a significar a valorização na sociedade e sua contribuição na construção da pátria e nação.

Outra questão importante diz respeito à imagem construída sobre José Ermírio de Moraes como exemplo “vencedor”. Este objetivo, “vencer na vida”, apropriado pelos autores, implica o esvaziamento das relações de exploração e na negação das lutas de classes.

O historiador ARAÚJO NETO traz, em seu livro *Sorocaba operária*, importante discussão sobre a questão do esvaziamento das lutas de classes. Ao reforçar o coletivismo entre o operariado pelas diversas atividades de recreação, contrapondo-o ao individualismo pequeno – burguês, dificultou ao operário, identificar-se enquanto classe social. Como consequência, provocou o esvaziamento das relações de exploração e dominação, passando-se a enxergar o patrão como vencedor, o que estimulou a luta individual pelo mesmo desejo de ascensão social.

Em relação a José Ermírio de Moraes, a mesma discussão pode ser feita, pois o fato de não ser visto como pertencente à classe social antagônica, mas como indivíduo que “venceu na vida”, pressupõe relações de igualdade com seus operários, o que possibilita que todos esses pensem ser possível alcançar a mesma posição, bastando, para tanto, vontade e desejo de vencer, para conseguir “chegar lá”.

Ideologicamente, esse discurso tem implicações, pois não possibilita enxergar os conflitos de classes, como pode ser visto nesta citação de Araújo Martins:

Com base neles, o Grupo encontrou a sua inabalável vocação para a assistência e desenvolvimento de seus funcionários e a convicção no trabalho como fator preponderante da dignidade humana. Como parte indissociável de sua história, são estes os princípios que nortearão também os próximos passos e empreendimentos com a marca Votorantim.” (...) “O Grupo entende que somente a partir da educação, da saúde e do trabalho é que os brasileiros avançarão em suas carreiras e subirão na escala social. Esses são os mais preciosos capitais humanos. (Grupo Votorantim 80 anos 1918 - 1998 – Publicação do Grupo Votorantim). (2000: 57):

Através deste texto, pode-se perceber o enaltecimento do Grupo Votorantim, a ação benevolente em relação ao bem estar dos operários, entendida como ação

totalmente desprovida de interesses. Porém, é também possível perceber que a repressão se dava de forma velada, inculcando valores, criando redes de dependências e contando com o apoio de várias instituições, como escola, Igreja e similares.

Em relação a essas citações, pode-se constatar a grande relevância histórica dada a personagens “especiais”, em diversos momentos sacralizados na história de Votorantim e mitificados na historiografia local. É como se estes “heróis” conduzissem a história com “mãos divinas”, decidindo o destino de todos com a preocupação de um pai em relação a seus filhos.

Torna-se possível essa leitura, também, pela citação em relação ao corredor polonês. O autor não discute a possibilidade de não haver ocorrido a agressão ao gerente da Fábrica de Tecidos, Mathias Gianolla, pelo fato de ele ser considerado um “deus” no distrito de Votorantim, pois a vida de todos os operários estava em suas mãos e, agredi-lo, representaria, além de qualquer dúvida, a “morte social”.

Quando os autores evidenciam, o tempo todo, a benevolência do Comendador Pereira Inácio e de José Ermírio de Moraes, dificultam a percepção das relações de trabalho na configuração do modo de produção capitalista.

Como afirma Hobsbawm (1984), a necessidade de buscar alicerces para as antigas tradições – a igreja, monarquia, “religião cívica” – é apelo ao civismo sempre constante em Votorantim, onde o patriotismo serviu como elo unificador do povo, presente em todas as esferas sociais. Na mesma dimensão, está o paternalismo, também prática social constante e uniforme, adotada pelos dirigentes do Grupo Votorantim.

Os mesmos elementos podem ser encontrados nas discussões em relação à emancipação: conferindo aos proprietários dos meios de produção e ao gerente da fábrica, Mathias Gianolla, a preocupação pelo sucesso do empreendimento, atribuiu-se a eles o caráter de valentia e bondade, omitindo os verdadeiros interesses do Grupo Votorantim.

2.3. A “PEQUENA NAÇÃO”: NACIONALISMO E UFANISMO DA “GRANDE NAÇÃO”

Segundo Chauí, o poder político também fez uso de semióforos- ou símbolos-

para a construção e manutenção da Nação. Para tanto, apoiou-se nos patrimônios artístico e histórico-geográfico disponíveis. O semióforo-matriz é a Nação: pela utilização da escola, da biblioteca, do museu, do arquivo de documentos raros, do patrimônio histórico e geográfico e dos monumentos celebratórios, o poder político faz da nação o produtor e reproduzidor de tais símbolos, de modo que as instituições se tornam imprescindíveis para a ressignificação desses símbolos e, ao mesmo tempo, para forjar nações que possibilitem sociedades unidas e indivisíveis.

Em Votorantim, os semióforos foram primordiais, criados e ressignificados, desde a vinda dos Bandeirantes até culminar com a emancipação, servindo para criar a identidade e a indivisibilidade de um povo, bem como o sentimento de pertencimento e o orgulho de fazer parte de uma “pequena nação”.

Tais concepções estavam presentes no Brasil, desde o século XIX, pelo menos. A Independência exigiu a construção e o fortalecimento do conceito de nação, em que o Estado Nacional incorporou o patriotismo, tornando-se fundamental, nesse processo, a valorização de símbolos e mitos, como instrumentos unificadores e diferenciadores desta Nação entre todas as Nações. Para isto, a necessidade de apoiar-se tal projeto em bibliotecas, museus e Institutos Históricos, na criação da identidade nacional.

O mesmo discurso legitimador, fundamentado no mito da nação, é discutido por Schwarcz (134):

Esse projeto de elaboração de uma história da nação não é, porém, especificidade brasileira. Na verdade, faz parte de um contexto teórico mais alargado, quando a disciplina, já no decorrer do século XIX, conquistava os espaços da universidade e se definia como ciência. O historiador perdia aos poucos seu caráter de *homme de lettres*, adquirindo o estatuto de pesquisador tal como seus pares de produção intelectual (DARNTON, 1990).

Mas, se, como afirma Hobsbawm, “toda tradição inventada, na medida do possível, utiliza a história como elemento legitimador e de coesão”, é impossível deixar de pensar nos vínculos entre memória histórica e o conceito de nação. (HOBBSAWM e RANGER, 1987:21).

No Brasil, em particular, esse processo esteve ligado à idéia de fundamentar historicamente um projeto nacional. Tal projeto, porém, se resguardava em uma pretensa objetividade construída a partir de uma consciente seleção de episódios e vultos que encobria interesses imediatos, tão essenciais quanto as exigências mais propriamente intelectuais. (1993: 134)

Sem dúvida, a discussão, proposta por Schwarcz, possibilita compreender a dimensão que a História assume no século XIX Brasileiro. Aproximando-se da

ciência, a pesquisa histórica deixa de ser especificidade de “homens de letras”, tornando-se fundamental para a construção do conceito de nação.

Não é outra a visão de Ângela de Castro Gomes, que afirma ser a produção do conhecimento histórico muito recente, pois, somente no século XIX, foi percebida a necessidade de legitimação de determinada concepção histórica, criando-se, para tanto, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Segundo a autora, na p. 15 de seu já mencionado *História e historiadores*:

Em 1838 era criado no Brasil o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Sob os auspícios do imperador e a inspiração de Francisco Adolfo Varnhagen, o instituto deveria dedicar-se à escrita da história do país, num processo simultâneo de construção dessa história e de afirmação do papel do Estado como criador e garantidor de nossa nacionalidade. Essa verdadeira simbiose entre historiografia e Estado, já assimilada pela literatura acadêmica, só faria crescer nas décadas seguintes com a consolidação do poder monárquico.

É a partir deste momento, que o conhecimento histórico se torna importante instrumento legitimador do fortalecimento dos elementos unificadores da Nação. Os “homens de letras” perdem espaços para os pesquisadores que, apoiados nos Institutos Históricos, passam a produzir a “História do País”, perpassando os interesses do Estado, como diz Gomes, criando simbiose entre Estado e Historiografia, o que é assimilado pela Literatura Acadêmica.

Retornando a Araújo Martins e Santos Júnior, é necessário salientar que também produziram a escrita da história de Votorantim, apoiados por Institutos Históricos, incorporando elementos do Nacionalismo e do Patriotismo ali presentes.

Certamente, é por isto que, no discurso, apelam para o amor à Pátria e à Nação e para a defesa do desmembramento que culminaria na emancipação local, passando a representar amar e defender a “pequena nação”, cuja territorialidade criaria a identidade cultural do povo Votorantinense, a partir da manutenção de seus costumes e tradições, sendo evidente o grande apelo emocional.

É o que afirma Chauí sobre o período:

A possível explicação encontra-se na natureza do Estado moderno como espaço dos sentimentos políticos e das práticas políticas em que a consciência política do cidadão se forma referida à nação e ao civismo, de tal maneira que a distinção entre classe social e nação não é clara e frequentemente está esfumada ou diluída. Para nós, no Brasil, nada exprime melhor essa situação do que o nacionalismo das esquerdas nos anos 1950-60, período que conhecemos com os nomes de nacional-

desenvolvimentismo, primeiro, e de nacional-popular, depois. De fato, para as esquerdas, a referência sempre havia sido a divisão social das classes e não a unidade social imaginária imposta pela ideia de nação. No entanto, no período 1950-60, a luta histórica foi interpretada pelas esquerdas como combate entre a nação (representada pela "burguesia nacional progressista" e as "massas conscientes") e a antinação (representada pelos setores "atrasados" da classe dominante, pelas "massas alienadas" e pelo capital estrangeiro ou as forças do imperialismo (CHAUÍ, 2006:20-21).

A discussão proposta pela autora diz respeito à questão da Nação que, inicialmente, se referia aos "indivíduos nascidos num mesmo lugar", possuindo uma descendência comum, desprovido do aspecto político e jurídico; diferente, portanto, do termo Pátria, que designava poder econômico e político em sociedades patriarcais.

No século XIX, o termo *nação* vai ser ressignificado, num primeiro momento relacionado à territorialidade; posteriormente, será ampliado, referindo-se, também, à língua, à raça, enfim, à identidade cultural.

Em meados do século XX, *nação* assume aspecto mais abrangente, indo além de território e identidade cultural, passando a representar consciência nacional, legitimada no Estado e objetivando lealdade e participação dos cidadãos na construção da Nação.

Chauí prossegue indagando como, em um Estado liberal, incluir os habitantes na esfera da administração estatal e como manter-lhes a lealdade? Para isto, a construção da Nação tornou-se o elo unificador, em que o discurso, nessas sociedades, centra-se, de um lado, no indivíduo e de outro, na empresa. Para unificar os extremos, o liberalismo vai empregar o conceito de economia nacional.

O discurso apoiado na cidadania, no poder de decisão do povo, localmente, passa a omitir a força e o poder de decisão do Grupo Votorantim – que é o responsável por encabeçar a luta pela emancipação, distribuindo, aos operários, dísticos e tecidos, na defesa do desmembramento, assim como diplomas de "vanguardeiro", aos operários que apoiavam o movimento.

A chance de lutar pela independência tem o poder de representar "a pequena nação", utilizada como elemento de unificação e persuasão contra o inimigo comum e explorador: a cidade de Sorocaba.

Em relação à "luta" pelo desmembramento, é sintomático que os interesses econômicos e as lutas de classes, não estejam evidenciados e contemplados por Santos Júnior em sua obra *Votorantim: história e iconografia de uma cidade*.

O discurso, apelando para a defesa de Votorantim e, conseqüentemente, para sua emancipação, apoiava-se no sentimento patriótico, perpassando a defesa da “pequena nação”; mais claramente, havia o apelo emocional, pressupondo que, não lutar pela emancipação, seria o mesmo que negar a territorialidade e as vivências locais, e isso equivaleria a trair o próprio povo.

Esse embate não se dava de forma tão clara e objetiva; mas, direta e indiretamente, influenciava as relações sociais em Votorantim, tanto que, após sua emancipação, a principal avenida da cidade, foi denominada Avenida 31 de Março, data do Golpe Militar no Brasil, naquele mesmo ano de 1963.

Neste ponto, é importante traçar um paralelo entre a história local e os acontecimentos do período no Brasil, já que, segundo Chauí, buscar a unidade e a identidade fazia-se necessário, e a utilização dos elementos de coesão social, como a valorização da língua Nacional, para criar as tradições, possibilitaria o sentimento de pertencimento. É bom citar que, para tanto, se tornava fundamental e imprescindível a colaboração dos intelectuais, para criar e divulgar os espaços de propagação desses conceitos unificadores por entre institutos, museus, bibliotecas entre outros locais educativos.

No processo de evolução, o ponto final era o desenvolvimento que começava com a família e terminava no Estado, processo denominado progresso. O envolvimento dos “cidadãos” fez-se possível pelo patriotismo, incorporado pelo Estado e assumindo caráter nacional, na busca da legitimação nos sentimentos e símbolos e nas tradições populares. Assim, o futebol tornou-se importante instrumento de persuasão e unificação.

Portanto, e segundo Chauí (2006:31), é sintomática, à época, a valorização do futebol e sua imensa força ideológica no Brasil, o que ficou evidente, principalmente, entre os finais da década de 50 e a década de 70: “[...] a copa do mundo é nossa”, porque “com o brasileiro, não há quem possa”; ou “[...] Noventa milhões em ação/ Pra frente Brasil, do meu coração”, que se tornaram verdadeiros “hinos nacionais” do período.

Sem dúvida, a valorização do futebol estava associada ao projeto político - ideológico de valorização da Nação e à sua grandiosidade. O eufemismo do futebol perpassava pela pátria, e o desejo de consagração de um projeto político e econômico hegemônico passou a ser recebido com entusiasmo.

Mais claramente: quando ocorreu à vitória da Seleção na Copa de 1958, a

imagem brasileira passou a assentar-se no tripé: “café, carnaval e futebol”. Já em 1970, o discurso mudou: “do brasileiro bom no couro” para “90 milhões em ação”, tornando-se mais evidente a necessidade de unificação do povo, ou seja, da Nação.

Em relação a isto, afirma Chauí

Em 1958, sob o governo de Juscelino Kubitschek, vivia-se sob a ideologia do desenvolvimentismo, isto é, de um país que se industrializava voltando para o mercado interno, para o “brasileiro”, e que incentivava a vinda do capital internacional como condição preparatória para, conseguido o desenvolvimento, competir com ele em igualdade de condições. Em 1970, vivia-se sob a ditadura militar pós-Ato Institucional nº 5, sob a repressão ou o terror de Estado e sob a ideologia do “Brasil Grande”, isto é, da chamada “integração nacional”, com rodovias nacionais e cidades monumentais, uma vez mais destinadas a atrair o grande capital internacional. Nas comemorações de 1958 e de 1970, a população saiu às ruas vestida de verde-amarelo ou carregando objetos verdes e amarelos. Ainda que, desde 1958, soubéssemos que “verde, amarelo, cor de anil/ são as cores do Brasil”, os que participaram da primeira festa levavam as cores nacionais, mas não levavam a bandeira nacional. A festa era popular. A bandeira brasileira fez sua aparição hegemônica nas festividades de 1970, quando a vitória foi identificada com a ação do Estado e se transformou em festa cívica.

Essas diferenças não são pequenas, porém não são suficientes para impedir que, sob duas formas aparentemente diversas, permaneça o mesmo fundo, o verdeamarelismo. (2006:31-32):

Tal sentimento de pertencimento, o verdeamarelismo, evidenciados por Chauí, significa a identificação com o próprio Povo e a Pátria – enfim, a própria Nação – que, ao neblinar a política econômica hegemônica, aproxima-se da situação vivida em Votorantim. Isso porque, quando o povo é chamado a lutar pela independência, e levado a crer que essa luta é contra a opressão, o apelo ao civismo discursa que a luta se dá a favor do desenvolvimento industrial independente e que, conseqüentemente, o progresso dependeria da “luta do povo”; para tanto, há a necessidade da consciência política.

É o que fica claro na abordagem de Santos Júnior que, ao remeter-se a fontes históricas que trazem posicionamentos favoráveis ao movimento emancipatório, apela para a necessidade da consciência política, ao lado da capacidade de decisão e do poder que emana do povo. Porém, na mesma concepção, está a valorização as Indústrias, sempre associadas à luta pelo bem comum: “[...] às indústrias como fator de progresso e fonte de trabalho para uma vida honesta dos trabalhadores [...]”, diz Santos Júnior (2004:53). Resta nas entrelinhas, que a consciência política emana do povo, o que pode ser lido como a ação industrial e o apelo a essas consciências na “luta” pela emancipação.

À época da busca da emancipação, folhetos eram distribuídos ao povo, buscando mobilizá-lo para que percebesse que o interesse de todos estava em jogo, cabendo, portanto, a todos, participar da luta através de “atos cívicos”, passeatas e comícios. Tal período de mobilização, evidenciado nos trabalhos de Santos Júnior e Araújo Martins, correspondem a uma época de grande efervescência no Brasil, quando se buscava fortalecer a identificação com a Nação, e se escolheu o futebol para contribuir na formação dessa unidade.

O discurso político-ideológico de Juscelino Kubitschek que, apelando para o desenvolvimentismo, associava o progresso à industrialização, coincide com o período em que ocorre o movimento pela emancipação em Votorantim; é possível perceber semelhanças nessa concepção que engendrava a idealização histórica, existente no então Distrito.

A luta pela emancipação, na concepção dos autores analisados, esteve associada ao patriotismo e ao progresso; porém, não se debruçam, eles, sobre os interesses do Grupo Votorantim, que exercia a hegemonia econômica, política e cultural local, tendo sido o idealizador desta emancipação, pois seria o maior beneficiado. A emancipação trouxe a necessidade de criar a unidade política e cultural, uma vez que a unidade econômica já existia.

Chauí traz interessante discussão sobre a necessidade de criar símbolos para a construção da unidade e identidade, no Brasil. Isto porque, nessa concepção, o verdeamarelismo estava presente em tudo: na música, arte e mesmo no nacionalismo do século XX, cuja ênfase era a natureza, incluindo o povo Brasileiro. Assim sendo, como compreender o engendramento histórico de Votorantim sem o desdobramento histórico-social desse contexto no quadro mais amplo, o Brasil?

A identidade histórica de Votorantim, sob o olhar dos autores, reforça recorrentemente a identificação com a natureza, a indústria e o povo, como fatores indissociáveis, o que naturaliza tais relações. A própria emancipação é abordada, como prática inocente, desprovida de interesses do Grupo Votorantim.

Nesta discussão também cabe indagar: o que é público, o que é privado? Se quase toda a cidade, praticamente tornou-se extensão da fábrica, é incontornável admitir que, à luz da leitura de Chauí e pelos interesses econômicos, houve alargamento do espaço privado. Porém, os autores ora analisados não problematizam a emancipação, nem esse alargamento da cidade. Apenas o naturalizam, abordando-o como resultado do progresso e desenvolvimento.

Decorre que a indistinção entre público e privado, aqui, é claro e está latente, posto que, após a emancipação, quem assumiu a prefeitura foi Pedro Augusto Rangel, diretamente envolvido no movimento emancipacionista. Sobre ele, Santos Júnior afirma que “[...] Pedro Augusto Rangel, que foi aclamado pelo povo como virtual candidato à prefeitura de Votorantim e imortalizado como ‘Pedro II da Independência’”(2004:54).

É preciso lembrar que, antes mesmo da emancipação, havia possível definição política para o cargo de Prefeito. Como resultado, Votorantim continuou administrada pelos “donos do poder” e a dominação econômica possibilitou a dominação política, assim como sua legitimação cultural.

Seguindo esta mesma discussão, Dessotti faz, em *História da educação de Votorantim: do apito da fábrica à sineta da escola*, algumas considerações em relação à emancipação e observa que, entre as décadas de 50 e 60, cresce o desejo de autonomia dos votorantinenses, principalmente do Grupo Votorantim, em decorrência da possibilidade de a cidade de Sorocaba sobretaxar o cimento.

Note-se que, à época, os melhores bairros, em melhores condições urbanas, eram as vilas Santa Helena, Votocel, Chave e Barra Funda, todas mantidas pelas Indústrias Votorantim. “A Fábrica Votorantim passou a incentivar ou a ameaçar, como fora afirmado na época, seus empregados a se posicionarem pelo desmembramento”.(DESSOTTI, 2007: 64)

Em alguns momentos, não fica claro o posicionamento dessa pesquisadora, que deixa em aberto ao leitor a interpretação que achar conveniente. Mas é perceptível que, se o Distrito era extensão da fábrica, não havia possibilidade de escolha para os operários, pelo menos, sem que se sujeitassem às retaliações posteriores.

Como visto, as relações sociais eram definidas a partir das relações de trabalho, criando imensa rede de aproximações: a Fábrica vai além das práticas inocentes, ou seja, ao “beneficiar” o operário, atendendo a todas as suas necessidades – desde moradia até recreação – vai muito além do que ditavam os costumes decorrentes daquele cotidiano e, tornando-se “tradição”, passa a possuir força simbólica e coercitiva, que utiliza para direcionar e controlar o operário e, até mesmo, o olhar sobre a cidade.

Araújo Martins e Santos Júnior também reforçam, em seus textos, o fortalecimento dessas “tradições inventadas”, quando homogeneízam a história

buscando, na força do passado, o enaltecimento dos “heróis”, o que possibilita, sob o olhar dos pesquisadores, um sentido para o presente. Assim, é pertinente afirmar que, “[...] na medida em que as tradições inventadas como que reintroduziam o status no mundo do contrato social, o superior e o inferior num mundo de iguais perante a lei, não poderiam agir abertamente” (HOBBSAWM, 1984: 18).

Então, como perceber as desigualdades, no contexto histórico pós-revolução industrial, quando a homogeneização das classes sociais ocorre sob o discurso apelativo à Pátria e à Nação? O discurso de igualdade social, criado através da coerção à coesão social. É imprescindível para a história de Votorantim, sob os olhares dos autores.

Os autores, ao se referirem ao folheto distribuído em defesa do desmembramento, não fazem a análise das forças geradoras desse procedimento, naturalizando e legitimando determinada concepção histórica. Portanto, a construção de uma “tradição” para Votorantim, corrobora a necessidade de promover a emancipação, o que é possível perceber no discurso de Santos Júnior ao afirmar sobre o movimento emancipacionista, não importando quem o iniciou e com qual propósito o fez, e sim que clamou ao povo para assumir o futuro de Votorantim. Ou seja, a capacidade de decisão, aliada à consciência política, permite valorizar as indústrias como fator de progresso, bem como dignificar o trabalho como símbolo de vida honesta. Ou, como já foi dito anteriormente por Araújo Martins, apesar de Votorantim ter reconhecido tudo o que recebeu de Sorocaba, precisava caminhar naquele momento, como o filho que precisa deixar o poder paternal para fortalecer sua identidade.

É evidente que tal discurso, que apela ao civismo, à consciência política e comunitária, ou seja, ao povo, e se torna muito forte em meados do século XX, escamoteia desigualdades sociais e os conflitos de classes. Santos Júnior, ao atribuir ao povo, o desejo de ação pela emancipação acaba homogeneizando e criando a ideia de coesão social, pois a concepção “povo” não possibilita discutir os conflitos de classes, e a luta pela emancipação pressupõe a luta pela pequena Pátria e Nação.

É importante perceber que o discurso relacionado à consciência política e ao poder que emana do povo, omite os interesses do Grupo Votorantim. Para tanto, o progresso é associado ao trabalho e à fábrica e, conseqüentemente, à emancipação, que deverá atender aos interesses da coletividade.

Os autores trazem considerações semelhantes, quando evidenciam, no seu trabalho, a importância da emancipação, o apelo emocional e o desejo comunitário, perpassando pelos valores que identificam o povo à sua territorialidade.

Apesar da emancipação, havia agora a necessidade de criar e reforçar as tradições, para que o povo Votorantinense se identificasse com sua “pequena pátria”, para o que muitas tradições foram formalmente institucionalizadas: “[...] símbolos e acessórios inteiramente novos foram criados como parte de movimentos e estados nacionais, tais como o hino nacional [...], a bandeira nacional [...], ou a personificação da ‘Nação’ por meio de símbolos e imagens oficiais [...]” (HOBBSAWM, 1984:15). Assim, segundo o autor, quando as tradições inventadas atribuem, nas relações, a igualdade perante as leis, dificultam perceber a coerção e a imposição de valores presentes no patriotismo, na lealdade e no dever.

Em Votorantim, a luta pela emancipação pressupunha patriotismo, lealdade e dever. Ter posicionamento contrário significava opor-se à sua “pequena nação”; ideologia essa que esvaziava os conflitos de classes e os interesses econômicos, não possibilitando enxergar a dominação imposta, sutilmente, aos Votorantinenses.

O próprio discurso dos autores aqui estudados impossibilita fazer a leitura de Votorantim, partindo de qualquer outro prisma. A História por eles escrita viabilizou a legitimação do grupo detentor do poder econômico e o apelo ao nacionalismo que, apesar do caráter nacional, estava impregnado na historiografia local.

A produção historiográfica, assim como, os símbolos locais – alguns criados, outros reafirmados a partir da emancipação –, possibilitaram o fortalecimento das relações de poder de determinada classe social: seja o hino, o brasão, assim como, os demais semióforos, não permitiram outra leitura da História que não aquela conveniente ao Grupo Votorantim.

2.3.1. Mitos sobre a cidade

É clara a concepção histórica que norteia o trabalho *3 Séculos de História*, de Aluísio de Almeida, já que as lentes pelas quais foi escrito, permitem ler a história sob a ótica do autor, que concebe fatos históricos à “divina providência”, atribuindo-lhes caráter divino como se a mão invisível de Deus interferisse, dando sentido aos acontecimentos históricos.

O autor destaca, neste estudo, a importância e a valorização dos recursos naturais, considerados relevantes por possibilitarem o uso empresarial e, também, pela visita do imperador. Portanto, tais recursos tornam-se “semióforos” imprescindíveis para explicar a história local.

O pesquisador Aluísio de Almeida, apesar do “rigor científico”, não questiona as fontes históricas, tendo, apenas, a finalidade de comprovar, pela existência de documentos, os fatos históricos, sem questionar as causas de tais fatos.

A mesma concepção está presente em Araújo Martins e Santos Júnior que enfatizam, o tempo todo, a importância da Cachoeira da Chave, como símbolo da cidade. Assim, também, a produção historiográfica e a seleção das fontes destes autores, o que permite perceber, constantemente, a necessidade de ressignificação deste símbolo.

Os recursos hídricos assumiram identidade própria na cidade, legitimado a partir do momento em que recebeu a visita do imperador D. Pedro II. Assim sendo, a história assume aspecto divino, mitológico imprescindível para a sagração do governante, numa concepção em que “[...] o governante não representa os governados, mas representa Deus, origem transcendente de todo poder”, diz Chauí, na p.83.

O autor João dos Santos Júnior traz, na capa do livro, a iconografia da visita de D. Pedro II e sua comitiva à Cachoeira da Chave, o que também consta no trabalho do Araújo Martins.

É importante reconhecer que a Cachoeira passa a ser o mais destacado semióforo da cidade e de seu povo, tanto por ter recebido a visita do imperador, quanto por ter propiciado o beneficiamento das indústrias em Votorantim.

Neste ponto, é salutar ouvir o que Cardoso tem a dizer:

Ao historiador a fotografia lança grande desafio: como chegar aquilo que não foi revelado pelo olhar fotográfico. Tal desafio impõe-lhe a tarefa de desvendar uma intrincada rede de significações, cujos elementos – homens e signos – interagem dialeticamente na composição da realidade. Uma realidade que se formula a partir do trabalho de homens como produtores e consumidores de signos; um trabalho cultural, cuja compreensão é fundamental para se operar sobre esta mesma realidade. (1997:405)

Decorre que não é possível compreender a iconografia como reprodução do real, sem considerá-la como construção histórica. Dessa forma, essa representação, em especial, conforme já dito anteriormente, registra a vinda de D. Pedro II, e foi

encomendada a Ettore Marangoni, pelo historiador Aluísio de Almeida. Assim, a simbologia torna-se instrumento de persuasão muito grande, onde estão implícitas as relações de poder e de dominação.

Como nos diz Chauí, sobre a simbologia em relação ao rei:

O rei recebe o corpo político ou o corpo místico no momento da coroação, quando recebe as insígnias do poder: o cetro (que simboliza o poder para dirigir), a coroa (que simboliza o poder para decidir), o manto (que simboliza a proteção divina e aquela que o rei dará aos súditos), a espada (que simboliza o poder de guerra e paz) e o anel (que simboliza o casamento do rei com o patrimônio, isto é, a terra). (2006:83)

É importante percebermos que todos os semióforos criados para Votorantim, como a cachoeira, as igrejas, o brasão, a bandeira e o hino, tinham como finalidade criar a identificação e o sentimento de pertencimento, permitindo a produção e perpetuação da concepção histórica voltada ao “passado glorioso”, concebido por poucos que viabilizaram o “desenvolvimento político, econômico e social” e, desta forma, contribuíram para a manutenção do poder político das classes detentoras do poder econômico.

Em relação aos símbolos, há interessante discussão trazida por Chauí, ao afirmar, que:

Na escola, todos nós aprendemos o significado da bandeira brasileira: o retângulo verde simboliza nossas matas e riquezas florestais, o losango amarelo simboliza nosso ouro e nossas riquezas minerais, o círculo azul estrelado simboliza nosso céu, onde brilha o Cruzeiro do Sul, indicando que nascemos abençoados por Deus, e a faixa branca simboliza o que somos: um povo ordeiro em progresso. (2006:5)

Os símbolos, desse modo, têm função primordial de criar o conceito de unidade e identidade de um povo. Como questionar os valores, a pátria, ou seja, o “meu lugar”? Seria como negar a própria vida e a própria história.

Em Votorantim, aprende-se o significado da Bandeira local: o escudo azul, cortado por duas paralelas, representa a Cachoeira; as rodas dentadas representam a indústria; os ramos de louro, a vitória do trabalho sobre as riquezas naturais, bem como a vitória política. Então, ao observar a Bandeira, percebe-se que possui a mesma representação do Brasão.

A Bandeira também faz associação aos recursos hídricos, às indústrias e à emancipação, contribuindo para reforçar a concepção de povo ordeiro e feliz,

voltado ao trabalho, devotado aos recursos naturais e caminhando para o progresso.



Fig. 6 – Bandeira do Município de Votorantim

É importante ressaltar que os símbolos desde que significativos, sempre, possuem poder de persuasão muito grande, e que é comum que a classe detentora do poder econômico faça uso da simbologia para a legitimação de sua história.

Como exemplo, percebe-se que, na Proclamação da República, a simbologia contribuiu para a legitimação da história que interessava ao grupo detentor de poder econômico: a elite agrária e urbana, que enxergava a República como possibilidade de ascensão política. Assim, a figura de Tiradentes, símbolo de resistência contra a Monarquia, antes condenado pela elite agrária, passa a ser heroicizado e legitimado na criação da estátua e da data comemorativa, buscando-se fazer com que houvesse a identificação do povo com a República.

Um pouco mais além, podemos tomar como exemplo o hino nacional francês, a “Marselhesa”, onde a mulher simboliza a luta e a resistência, trazendo a República feminilizada, concepção ideológica que, evidenciada pelo historiador José Murilo de Carvalho, afirma que o objetivo, ali, era criar o sentimento de pertencimento e identificação cultural com o novo regime. Isso mostra que o uso de símbolos não está restrito a Votorantim, pois é constante na História.

Decorre que não é possível considerar a simbologia como inocente abstração, apenas produzida pela sociedade, sem objetivos específicos. Em relação a isto, diz Chauí:

Aprendemos também que a nossa história foi escrita sem derramamento de sangue, com exceção de nosso Mártir da Independência, Tiradentes; que a grandeza do território foi um feito da bravura heróica do Bandeirante, da nobreza de caráter moral do Pacificador, Caxias, e da agudeza fina do Barão do Rio Branco; e que, forçados pelos inimigos a entrar em guerras, jamais passamos por derrotas militares. (2006:6)

Segundo Chauí, tal discurso idealiza sociedades sem preconceitos, sem desigualdades sociais, onde prevalece a homogeneidade econômica, política e cultural. Essa é a mesma concepção histórica posta em Votorantim, pois a criação dos símbolos tinha, como finalidade, criar a identificação e unificação do povo Votorantinense. Em outras palavras, é possível perceber, através do brasão, da bandeira e do hino de Votorantim, a associação aos recursos naturais, às indústrias e à emancipação.

O Hino ressalta o olhar romântico sobre a cidade, ao se referir às belezas naturais, à potência das indústrias e às chaminés fumegantes engrandecendo o lugar. Concomitantemente, refere-se ao povo que, feliz, trabalha sem parar, pois aqui tem tudo: igrejas, esportes, escolas e indústrias. Enfim, é Votorantim local de vitória, glória e progresso.

Pode-se afirmar que os símbolos são fontes históricas ideologizadas, pois omitem ou refletem determinada história tornando-se difícil, através destes semióforos, perceber contradições, desigualdades, embates entre classes sociais. É como se na sociedade prevalecesse a relação de igualdade. No caso presente, a grande família é representada na figura do Grupo Votorantim, cuidando de todos os seus “filhos votorantinenses”, a quem proporciona vida justa e digna para todos.

Pode-se discutir, também, como foi produzido o brasão da cidade, encomenda de alguém cujo olhar estava permeado por outra instituição, que também engendrava uma determinada concepção histórica: o Instituto Histórico e Genealógico de São Paulo, em relação ao qual Schwarcz informa que seguia as características fundamentais do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, dando ênfase ao conhecimento patriótico e cívico da nação.

É imprescindível dizer que o Instituto de São Paulo teve papel preponderante na criação e perpetuação de heróis como os bandeirantes, representantes ideais da

riqueza e da bravura, vistos como “os grandes desbravadores do Brasil”.

Em relação ao tema, essa autora informa:

Mas, se cada instituto selecionou imagens diversas para uma mesma história, no exemplo paulista houve claro predomínio temático do fenômeno do bandeirantismo. Os historiadores paulistas foram os responsáveis pela valorização e popularização da figura do bandeirante, introduzindo uma interpretação ainda presente na historiografia oficial. Nesta se estabelece uma relação entre atitude valente e laboriosa daqueles primeiros aventureiros e um suposto perfil do estado e de sua trajetória vitoriosa. (SCHWARCZ, 1993:132)

Fica evidente que a grandiosidade de São Paulo passou a ser representada, além de qualquer dúvida, pela grandiosidade do bandeirante. Ao analisar o brasão da cidade de Votorantim, também é possível perceber qual concepção historiográfica se pretende ali imortalizar: a valorização dos recursos naturais simbolizando a riqueza do município, pois não se pode esquecer que “Votorantim nasceu das águas”, sendo estas definitivas ao desenvolvimento Industrial.

Junto com essa representação e no mesmo símbolo municipal, as estrelas apontam para a União e o Estado da Federação, isto é, para a necessidade de evidenciar o pertencimento. Afinal, a representação política do País, o conceito de grandiosidade da Nação, unidade, indivisibilidade indispensáveis para a “ordem e o progresso”, também estavam presentes na construção histórica e ideológica da cidade de Votorantim, sendo importante lembrar que a cultura nacional, à época, somente concebia o progresso de uma nação ou cidade, se industrializadas.

Em relação ao Brasão, em ambos os cantos inferiores há as rodas dentadas, simbolizando a indústria, compreendida como fator de desenvolvimento local. Mas, cabe a pergunta: qual o trabalho que simboliza a vitória? O operário expropriado dos meios de produção e da riqueza natural, ou a indústria, enriquecendo com a exploração do trabalho e dos recursos naturais?

É ainda no Brasil que se encontrarão, além do verde, os ramos de louro, que simbolizam a vitória do trabalho sobre as riquezas naturais e a vitória política, conseguida pela emancipação. Sobre o escudo há uma cerca com três torres, em meio à qual uma flor-de-lis simboliza a esperança e a felicidade. A esperança trazida pela emancipação? Ou a felicidade de uma cidade que, delineada pela Fábrica, gera empregos para os operários, que tem sua forma de ser, pensar e agir, definida pela mesma? A apropriação da riqueza, gerando a expropriação do trabalhador?

Portanto, quando este símbolo da cidade é analisado, percebe-se que silencia todas as vozes da classe trabalhadora, harmonizando as relações sociais e instituindo a indústria como apogeu do desenvolvimento e progresso.

Em toda sociedade é constante a presença de semióforos, sendo também em Votorantim, onde a simbologia possibilita a perpetuação de aspectos históricos que pretendem imortalizar, o que pode ser percebido neste trecho de Chauí :

Existem alguns objetos, animais, acontecimentos, pessoas e instituições que podem designar com o termo semióforo. São desse tipo as relíquias e oferendas, os espólios de guerra, as aparições celestes, os meteoros, certos, acidentes geográficos, certos animais, os objetos de arte, os objetos antigos, os documentos raros, os heróis e a nação. Com esse sentido, um semióforo é um signo trazido à frente ou empunhado para indicar algo que significa alguma outra coisa e cujo valor não é medido por sua materialidade e sim por sua força simbólica [...].(2006:11-12):

É importante mencionar que as “tradições inventadas” se apoiam, muitas vezes, em semióforos que glorificam heróis, homogeneizando o passado. Exemplo disso é a relevância histórica atribuída à Igreja, que se torna importante semióforo na formação dos operários e, mais ainda, uma tradição, na medida em que condiciona os moradores a frequentá-la e desta forma, contribui na formação e concepção de mundo do operário, motivo pelo qual os dirigentes do Grupo Votorantim criaram em cada canto da vila, uma igreja, entrelaçando as relações com a fábrica.

As tradições podem decorrer do costume e, se a prática finca raízes históricas, contribuindo ideologicamente para a introjeção de valores, da qual advém a aceitação e a conformação ao modelo social em que o operário está inserido, aceitar a autoridade e hierarquia presentes na igreja pressupõe aceitar a autoridade e hierarquia impostas pela fábrica. É possível compreender que ser bom operário implicava ser bom cristão, e conseqüentemente, ser leal e grato ao Grupo Votorantim.

Tal constatação permite reflexões, como as abaixo apresentadas por Hobsbawm:

A “tradição” neste sentido deve ser nitidamente diferenciada do “costume”, vigente nas sociedades ditas “tradicionalistas”. O objetivo e a característica das “tradições”, inclusive das inventadas, é a invariabilidade. O passado real ou forjado a que elas se referem impõe práticas fixas (normalmente formalizadas), tais como a repetição. O “costume”, nas sociedades tradicionais, tem a dupla função de motor e volante. Não impede as

inovações e pode mudar até certo ponto, embora evidentemente seja tolhido pela exigência de que deve parecer compatível ou idêntico ao precedente. Sua função é dar a qualquer mudança desejada (ou resistência à inovação) a sanção do precedente, continuidade histórica e direitos naturais conforme o exposto na história. “Costume” é o que fazem os juizes; “tradição” (no caso, tradição inventada) é a peruca, a toga e outros acessórios do magistrado. A decadência do “costume” inevitavelmente modifica a “tradição” à qual ele geralmente está associado. (1984:10):

Para compreender as práticas sociais em Votorantim, faz-se necessária a compreensão dessas “tradições inventadas”, das regras impostas ou “abertamente aceitas” que estavam permeando a vida dos “habitantes-operários”, seja pela escola, igreja ou pelas práticas de lazer.

É certo que tais instituições inculcavam nos operários valores atrelados à fábrica. Mas, o tratamento dado a elas pelos autores aqui analisados, estabelece inegável continuidade com o passado histórico vinculado ao Grupo Votorantim. Portanto, a bandeira, hino, brasão, igreja e demais semióforos contribuíram para reforçar a “tradição inventada” local, que corrobora para a perpetuação da homogeneidade das classes sociais, unidos pela religião, pela fábrica e pela sacralização da História.

Nossos autores não concebem relações sociais na esfera da dominação, seja sutilmente ou de forma coercitiva. A tradição está engendrada na concepção de “afetividade”, apoiando-se na fidelidade, lealdade e cumplicidade e gerando, muitas vezes, aceitação e naturalização das relações. Eis aqui presente, como bem colocado por Hobsbawm, a coesão social legitimando relações de superioridade, à vista da ação das instituições e da padronização do comportamento, presentes desde a Revolução Industrial.

Nesta concepção, torna-se difícil perceber, no entrelaçamento das relações, as implicações ideológicas de uma nação em relação à outra, assim como, de uma comunidade em relação à outra, ou mesmo a hierarquização das relações sociais, quando sujeitas à homogeneização e, conseqüentemente, à naturalização das relações de dominações, através da construção das tradições. Desse modo, romper com as tradições seria o mesmo que negar a própria história.

Além disso, a dificuldade da compreensão das práticas de hierarquização, em todos os espaços sociais, principalmente quando permeiam até mesmo relações familiares e, sutilmente, impõem controle disfarçado em afetividades, possibilitam o controle, em relação ao operariado.

2.4. CONTROLE SOCIAL E CULTURAL

As vilas operárias, sem dúvida, trouxeram conforto e comodidade, num período em que a população vivia em condições precárias. Por outro lado, há que se discutir que a questão central diz respeito à disciplinarização do operariado, pois ter o operário tão próximo da fábrica permitia maior controle sobre ele, determinando, até mesmo, sua vida pessoal.

A grande dificuldade que a empresa encontraria, caso não se construíssem as casas, diria respeito à locomoção, que estaria prejudicada pela falta de transporte eficiente naquele período, o que determinou que o próximo investimento do Banco União passasse a se criar um sistema de “ir e vir” que viabilizasse o escoamento da produção e, ao mesmo tempo, dos operários.

É bom lembrar que, como já foi dito anteriormente por Araújo Martins, os operários tinham livre acesso ao transporte, desde que estivessem a serviço; caso estivessem sem o talão de passagens – que, provavelmente, era fornecido pela fábrica – o valor a ser pago era maior.

Outra situação de controle em relação ao operariado é evidenciada pelo historiador Araújo Neto, autor de *Sorocaba Operária* que propõe a seguinte discussão em relação ao monopólio exercido pelo Grupo Votorantim: os cartões oferecidos aos operários só tinham valor em único estabelecimento em Votorantim, o que significa que o controle do operário ia além dos portões das fábricas, pois os armazéns obtinham lucros pelo consumo sutilmente imposto aos operários. Compreende-se, então, que o sistema de transportes e os anexos das Fábricas, assim como, as vilas, não eram simplesmente benefícios ao operariado, mas, sem dúvida, investimentos lucrativos aos seus proprietários.

A Vila como extensão das Fábricas e a Sociedade, organizada e definida a partir dos interesses do Banco União e, posteriormente, do Grupo Votorantim, evidenciam que não eram, apenas, os sentimentos nobres que moviam as ações empresariais; os interesses econômicos tinham forte peso nestas decisões. Portanto, a preocupação não era, apenas, a de trazer conforto ao operariado, mas, também, torná-lo acessível e integralmente disponível para a fábrica.

As relações de poder estavam postas em todas as instâncias da vila, e ao

definir onde e como o operário devia viver, bem como os lugares acessíveis disponibilizados pelo sistema de transporte, a fábrica deixava seu operário atrelado a ela, que lhe disponibilizava, inclusive, o lazer conveniente.

Conforme já mencionado, a mão-de-obra especializada utilizada entre mestres e contramestres foi a dos imigrantes ingleses, que habitavam o Bairro da Barra Funda. Ali, as casas eram sobrados suntuosos, grandes e confortáveis, que possuíam porões, característica da arquitetura Inglesa. Em contrapartida, o Bairro da Chave, com casas pequenas e simples, eram destinadas aos operários Italianos, possibilitando perceber que a hierarquização posta na Fábrica, estendia-se para além de seus muros. Portanto, foram os Ingleses que, delineando a organização da Fábrica a mando do grupo detentor do poder econômico e político, trouxeram as técnicas empregadas e o modelo de hierarquização, presentes até mesmo fora das fábricas: basta lembrar as diferentes vilas, os diferentes modelos de arquitetura e mesmo o tipo de lazer.



Fig.07 – Bairro da Chave, 1918
Fonte: João dos Santos Jr.



Fig.08 – Residência para chefes, Barra Funda
Fonte: Kleber Araújo Martins

Essas iconografias deixam clara a hierarquização presente na sociedade, e isso sequer é mencionado pelos autores ora estudados, que não se aprofundam nas relações sociais, naturalizando desigualdades, as quais, muitas vezes, acabam compreendidas como decorrentes de processos naturais.

Os espaços externos evidenciam o tempo todo, as posições sociais; ao operário, evidentemente, não é dado dirigir seu olhar para tanto, exceto para compreender a hierarquia como necessária e fundamental para seu próprio bem estar, o que demonstra que o controle ocorria durante o horário de trabalho e fora dele, pois as vilas estavam sujeitas às regras impostas pelas Fábricas, gerando dependência em relação a tudo, inclusive à moradia.

As relações de trabalho perpassavam a relações sociais e o operário ocupava posição bem definida nos meios de produção. A ele restava, até por não ter outro meio de sobrevivência, vender o único bem que possuía: sua força de trabalho.

Essa discussão presente no livro *A pesquisa em história*, de Khoury e outros que, ao analisarem os aspectos ideológicos nas relações de dominação, tornam claro que elas não estão alocadas, apenas, ao aparelho do Estado ou ao campo

econômico, mas permeiam as formas sociais mais variadas: a disciplina imposta pela Fábrica, com as vilas em suas proximidades, colocando o operário à sua disposição; a escola, a creche, o lazer, enfim, a vida social sendo determinada pela ação do grupo detentor de poder econômico e cultural. Portanto, quando Santos Júnior e Araújo Martins discutem as relações de trabalho em todas as esferas, perpassando as relações sociais, aceitam como naturais as relações de dominação, até porque não as questionam e não concebem o controle social como necessidade de disciplinar o operário através de ações fabris, inclusive o lazer – priorizando o futebol – apresentando-se como importante instrumento disciplinador.

2.4.1. Futebol: importante instrumento disciplinador

No mesmo sentido, a criação do clube de futebol na Votorantim, prática bastante difundida na Inglaterra, pelas mãos da Fábrica, vem compor nosso cenário, pois o futebol serviu como importante prática para a difusão entre os operários da Fábrica, de alguns valores, tais como a disciplina, o entretenimento e a harmonização das relações. Quanto ao tema, Santos Júnior informa que:

O inglês John Snapp, e Willian Snapp, que foi o fundador do Votorantim Athletic Club, era gerente da fábrica em 1892, e quem tinha incumbência de administrar o complexo industrial do Banco União. (2000:29)

Pode-se inferir que esse gerente, possivelmente, sabia que a melhor forma de administrar não era empregar repressão e violência, o que só seria aplicado em última instância, mas que a dominação deveria acontecer de forma velada, com o intuito de fazer com que o operário se sentisse protegido e valorizado, com moradia, salário e lazer. Assim, embora constantemente vigiado, ele se sentia como parte de um único corpo, coeso, cujo objetivo seria, afinal, a promoção do bem comum.

O Futebol também evidencia a predominância Inglesa, pois o time oficial da fábrica era o Athletic Club, fundado pelos Ingleses, o que não ocorria com o Savóia, fundado pelos Italianos. Na prática esportiva, aparentemente inocente, voltada para a recreação, a Empresa, implicitamente, introjetava, nos operários, as relações de dominação e poder postas na Fábrica. O time dos Ingleses possuía maior

proeminência, pois eram seus componentes os mestres e contramestres, a mão-de-obra qualificada e valorizada no interior da Fábrica.

Pode-se ler a prática do futebol como exercício muito importante para a disciplinarização dos operários, dentro e fora da Fábrica, principalmente se considerarmos que os jogadores, ao se colocarem lado a lado, passavam a impressão de “jogarem no mesmo time”; que os diretores e operários, todos visando o bem comum, o sucesso, a vitória, que só seria possível com disciplina, coesão, cooperação e seriedade. A obediência às regras, a lealdade e tolerância com as falhas e dificuldades do colega no time, eram primordiais e, portanto, não eram coerentes com essa prática os operários agressivos, intolerantes, inconformados com sua posição social. Assim, o futebol viabilizou a dominação política dentro e fora do campo.

Mas sem fazer qualquer análise, Santos Júnior, na p.75 de seu estudo, naturaliza tais relações, ao fazer a seguinte citação:

Mas foi nas fábricas de tecidos que a prática de tecidos que a prática do futebol foi mais desenvolvida pela necessidade de recreação dos operários, que na época viviam em vilas operárias mantidas pelas indústrias, e conseqüentemente, sob ordens da gerência e com normas ditadas pelos donos das fábricas, sendo uma das regras básicas, o regulamento de lazer dos operários, que neste contexto, disputavam competições entre si, ou seja, em equipes, com regras aplicadas do futebol trazidas por herança dos ingleses.

Note-se que tal citação, concebendo o futebol, apenas como atividade de recreação, em que os operários se submetiam às ordens da gerência e às regras impostas pelas Fábricas como práticas necessárias, naturaliza as relações sociais, e acaba escamoteando as relações de exploração e dominação.

O Futebol tornou-se importante tradição para o aparelhamento ideológico do operariado, na medida em que submeteu o operário ao controle das relações sociais e de trabalho, submetendo-o às regras, às autoridades, tornando-se instrumento disciplinador, tanto dentro quanto fora do campo. Ou seja, esta “tradição inventada” tornou-se poderoso instrumento utilizado pelas Fábricas, para sujeitar os operários à disciplina imposta.

Segundo Hobsbawm, no estudo já citado, o futebol, assim como, as roupas dos operários, podem ser lidas como tradições inventadas, “expressões de classe”.
Veja-se:

[...] “meados da década de 1870, no mínimo, e meados ou fins da década de 1880, o futebol adquiriu todas as características institucionais e rituais com as quais estamos familiarizados: o profissionalismo, a Confederação, a Taça, que leva anualmente em peregrinação os fiéis à capital para fazerem manifestações proletárias triunfantes, o público nos estádios todos os sábados para a partida do costume, os “torcedores” e sua cultura, a rivalidade ritual, normalmente entre facções de uma cidade ou conturbação industrial [...].

[...] o futebol funcionava numa escala local e nacional ao mesmo tempo [...]. A princípio desenvolvido como um esporte amador e modelador do caráter pelas classes médias da escola secundária particular, foi rapidamente (1885) proletarizado e portanto profissionalizado; o momento decisivo simbólico – reconhecido como um confronto de classes[...]

Com a profissionalização, a maior parte das figuras filantrópicas e moralizadoras da elite nacional afastou-se, deixando a administração dos clubes nas mãos de negociantes e outros dignatários locais, que sustentaram uma curiosa caricatura das relações entre classes do capitalismo industrial, como empregadores de uma força de trabalho predominantemente operária, atraída para a indústria pelos altos salários, pela oportunidade de ganhos extras antes da aposentadoria (partidas beneficentes), mas, acima de tudo, pela oportunidade de adquirir prestígio. É altamente provável que os jogadores de futebol tendessem a ser recrutados entre os operários habilidosos [...]. (1984:296-297)

Sem dúvida, o esporte, mais precisamente o futebol, teve preponderante papel na inculcação de valores e na introjeção das normas estabelecidas pelas fábricas; no caso presente, essa prática deixa claro que o controle social ocorria de forma sutil, buscando estabelecer a coesão social, mas sujeitando-se às visões empresariais. Assim, o operário era vigiado o tempo todo, não lhe bastando ser apenas habilidoso, uma vez que sua vida particular e social também interferia em sua avaliação na Fábrica.

É importante notar que, se quase todos os operários tiveram seu “caráter modelado”, todas as atividades sociais buscavam atingir o mesmo objetivo: homogeneizar os “habitantes–operários”.

2.4.2. Veículos de comunicação: agentes homogeneizantes e unificadores

A recreação torna-se fundamental, pois operários descontraídos produziam mais e questionavam menos. Normas e regras ditadas fora e dentro da Fábrica acabavam por formar operários que aprendiam a obedecer lá fora, os quais, provavelmente, não seriam contrários às regras impostas.

A maneira como estavam organizados todos os eventos culturais permitiam ao Grupo Votorantim ter um controle maior sobre seu operariado. O cinema surgiu ainda sob o predomínio do Banco União e, posteriormente, do Grupo Votorantim, em 1946, tinha uma grande influência na divulgação de filmes Americanos.

Após a Primeira Guerra Mundial (1914 -1918), o Brasil, assim como a América passou a sofrer uma grande influência dos Estados Unidos da América, como podemos ver neste texto:

A partir dessa época, a nação passou a ser vista como algo que sempre teria existido, desde tempos imemoriais, porque suas raízes deitam-se no próprio povo que a constitui. Dessa maneira, aparece um poderoso elemento de identificação social e política, facilmente reconhecível por todos (pois a nação está nos usos, costumes, tradições, crenças da vida cotidiana) e com a capacidade para incorporar numa única crença as crenças rivais, isto é, o apelo de classe, o apelo político e o apelo religioso não precisavam disputar a lealdade dos cidadãos porque todas essas crenças podiam exprimir-se umas pelas outras sob o fundo comum da nacionalidade. Sem essa referência, tornar-se ia incompreensível que, em 1914, milhões de proletários tivessem marchado para a guerra para matar ou morrer servindo aos interesses do capital. (CHAUI, 2006:19)

Essa discussão mais ampla faz-se necessária para estabelecermos essa correlação e compreendermos a história de Votorantim, não como reflexo, mas de uma forma mais abrangente, pois a influência Americana vai se fazer presente em toda a América.

Nas décadas de quarenta e cinquenta, a rádio e o cinema passaram a ser incorporados no cotidiano Votorantinense. Além de ser um importante instrumento de unificação do povo, tais veículos promoveram a difusão dos valores vigentes, considerando que a rádio surgiu atrelada aos empresários e que o cinema promovia filmes Americanos. “[...] transformar símbolos nacionais em parte da vida cotidiana de qualquer indivíduo e, com isso, romper as divisões entre a esfera privada e local e a esfera pública e nacional”. (CHAUI, 2006:20)

Segundo Ângela de Castro Gomes, no Governo Vargas, principalmente no Estado Novo, a difusão da cultura tornou-se muito importante, sendo colocada sob os seguintes órgãos: Ministério da Educação e Saúde (MES) e Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que exercia forte controle em todo o Brasil, já que o objetivo era difundir as ideias do governo, combatendo as contrárias. Tal controle estava presente em todos os veículos e meios de comunicação e propaganda: cinema, teatro, radiofusão, turismo, imprensa; no mesmo contexto, surgiu a revista

Cultura Política, com o intuito de divulgar as concepções voltadas ao Estado Novo, que pretendia difundir a Nacionalidade Brasileira.

Chauí (2006), também discute a propaganda ideológica presente no Estado Novo, afirmação da unidade nacional, a obrigatoriedade do Culto à Bandeira e ao Hino Nacional nas escolas.

Os veículos de comunicação tiveram forte influência nesse processo de criar a unidade nacional, como podemos perceber aqui:

[...] o Estado passou a usar diretamente os meios de comunicação, com a compra de jornais e de rádios (como a Rádio Nacional do Rio de Janeiro) e com a transmissão da “Hora do Brasil”. Esta possuía três finalidades: “informativa, cultural e cívica. Divulgava discursos oficiais e atos do governo, procurava estimular o gosto pelas artes populares e exaltava o patriotismo, rememorando os feitos gloriosos do passado”. Mas não só isso. Os programas deviam também “decantar as belezas naturais do país, descrever as características pitorescas das regiões e cidades, irradiar cultura, enaltecer as conquistas do homem em todas as atividades, incentivar relações comerciais” e, voltando-se para o homem do interior, contribuir “para seu desenvolvimento e sua integração na coletividade nacional”. (CHAUÍ, 2006: 37)

Nesta análise é importante percebermos que, da forma como estava o Brasil na década de quarenta, durante o Estado Novo, havia a necessidade de se criar uma unidade nacional, fazendo com que os veículos de comunicação como a rádio, o cinema se tornassem imprescindíveis nesse processo. E isto não significa que tivesse ocorrido na mesma intensidade e com tanta clareza política em todo o Brasil. Havia, no entanto, um esforço muito grande por parte dos empresários para preencher o tempo ocioso dos operários em Votorantim, definindo todas as atividades de lazer, pois a vida do operário girava em torno da Fábrica. Os sentimentos de identificação e pertencimento na esfera pública e nacional, privada e local confundem-se, porque todas se tornam instrumentos ideológicos, muitas vezes, utilizados para a legitimação da dominação de um determinado grupo. Mesmo em Votorantim, todas as atividades recreativas aparentemente inocentes tinham implícito o controle do operariado, colocando-os sob o domínio da Fábrica, tendo seu lazer por ela definido, e conseqüentemente, a sua visão de mundo.

O mesmo ocorria em relação à orquestra que era composta pelos operários da Fábrica e que aos domingos alegravam a vida daqueles que estavam na labuta, pois tocavam em frente ao seu local de trabalho. Alegravam também as noites

Votorantinenses até que o toque de recolher soasse em suas mentes, pois o fato de ter que estar tão cedo na Indústria, acabava sendo uma determinante, até mesmo fora dela.

Segundo Araújo Neto, a recreação ia além das intenções psicológicas, também era uma forma de extorquir valores dos salários dos operários, ou seja, controlar o trabalho e a sobrevivência era uma demonstração de força e poder da Fábrica. Desta forma, era possível exercer o poder sobre o operariado e integrá-lo à “família Votorantim”, criar uma relação de tranquilidade e bem-estar ao operário e, principalmente, regenerá-lo para os valores Pátrios e Cristãos.

2.5. A REGENERAÇÃO FÍSICA E MORAL DO OPERÁRIO

O discurso de Araújo Martins também parte da premissa da uniformidade, com o agravante de conceber a convivência nas vilas operárias, não como extensão do controle e poder exercido pela fábrica, mas atribuindo a pacificidade, à índole do operariado, não à prática punitiva deles. No entanto, há que se destacar que a arquitetura local, na vila operária, desenvolveu casas geminadas, com quintal coletivo, facilitando a sociabilização.

Quanto ao autor, embora cite punições decorrentes de brigas, deixa clara sua “crença” que a “harmonia social” decorria da índole das pessoas e da identificação com o objetivo comum na busca da ascensão social. E isso, conseqüentemente, anulava as diferenças étnicas e culturais, permitindo a aceitação do outro.

Ao analisar as relações sociais desta forma, acreditando que a possível harmonia decorria, unicamente, da índole operária e não da forte repressão a eles imposta, acaba naturalizando as relações sociais. Assim, perpassa, de certa forma, a concepção de eugenia, tão forte no Brasil desde o final do século XIX, pois alguns “nascem com índoles boas” e outros “índoles ruins”, alguns “superiores”, outros “inferiores”, como dizia certa corrente científica, propagada na época.

Porém, essa concepção não possibilita compreender, no processo histórico, os conflitos decorrentes dos interesses de classes. Atribuir certas características sociais como “inatas”, pressupõe a negação da historicidade e a constituição do homem enquanto ser social, portanto, histórico.

Para melhor entendimento, é necessário o retorno à concepção histórica presente no Brasil no final do século XIX e início do XX, quando a explicação da história provinha do evolucionismo social, o que justificava as desigualdades através da teoria racial.

A historiadora Decca (1983), a esse respeito, traz à luz a discussão sobre a classe operária de meados dos anos vinte e trinta, e a busca da homogeneização deste grupo pelas ações sociais que visavam sua adequação social.

O “quadro de vida” do operariado fora dos locais de trabalho na cidade de São Paulo como se tentou demonstrar, estava circunscrito e atravessado pelos interesses do capital, o que é próprio na sociedade capitalista. Tornou-se quase lugar comum afirmação de que a estratégia da sociedade capitalista, mesmo sem uma lógica fatalista e pré-determinada, consiste na dominação do operário dentro e fora da fábrica. (DECCA, 1983: 39)

Para Decca, havia a preocupação com a disciplinarização do operariado, assim como “saneamento físico e moral”, prevalecendo à eugenia, decorrente da ineficiência da legislação, a insuficiência de garantir habitações adequadas e a fiscalização dos aluguéis, assim como, a falta de investimento em moradias pelo setor público e privado. Portanto, buscar “bairros salubres” das áreas devolutas, longes dos centros e construir moradias saudáveis e baratas, assim como viabilizar o sistema de transportes, passou a ser a solução para o problema eugênico e assim mantendo a ordem e a obediência. Como podemos ver neste texto:

O 1º Congresso da Habitação de São Paulo, realizado em 1931, preocupado com a moradia operária e popular, pretendia ser expressão de arquitetos, cientistas, industriais, sociólogos etc... e seus organizadores, talvez pretensiosamente, se colocavam como os primeiros a discutir problemas habitacionais em São Paulo. A habitação popular e operária que desde os fins do século XIX e início do século XX se constituía em negócio lucrativo para a iniciativa privada com o aval dos poderes públicos, que legislaram via de regra legalizando e ordenando o que se estabelecia de fato, passava com o tempo a constituir “momentosa questão” em diferentes foros sendo sua “solução racional” preconizada por muitos, às vezes com a explícita intenção de controle social sobre um operariado que se pretendia, segundo os dizeres anarquistas, “domesticar”. (DECCA, 1983:59)

Outra questão bastante importante colocada pela autora, refere-se à preocupação da Igreja em arregimentar a maior parte dos operários. Foi na década de vinte, em São Paulo, que ocorreu o fortalecimento do Centro Operário Católico Metropolitano, que se expandiu para os bairros operários.

A partir da década de trinta, ocorreu a luta pela “sindicalização operária

católica”, o que torna, conseqüentemente, a ação da igreja menos assistencial e mais ativa na discussão social, por reconhecer os direitos dos operários. “A melhoria da vida operária passava a ser crescentemente associada a uma regeneração da classe operária para os ideais cristãos” (DECCA, 1983: 62).

Esta autora afirma que, apesar de a Igreja defender o trabalho e a economia como sinônimos de independência e prosperidade para o operário, opunha-se ao socialismo, mesmo sem, necessariamente, defender o estado burguês. Sem dúvida, a Igreja, assim como a sociedade, enxergava a habitação do operariado, em São Paulo, como local de degeneração, permissividade, comprometedora da disciplina na Escola e na Fábrica, o que tornava fundamental o “reerguimento físico e moral da classe”, devendo ser disciplinada e regenerada para o trabalho, aceitando, sem conflitos, a ordem social vigente.

As associações recreativas, nos bairros operários e no futebol, contavam com a presença da classe dominante, inclusive da Igreja, isto, no final dos anos vinte e início dos anos trinta, o que evidencia a necessidade de manter o operariado sob controle, já que havia adquirido força social, podendo transformar-se em ameaça para a sociedade. Sobre o tema, afirma Decca :

A Vila Operária Maria Zélia (no final dos anos vinte, Vila Scarpa, do Cotonifício Scarpa) que tinha toda a sua vida social dirigida pela indústria (festivais eram oferecidos aos operários com o auxílio da igreja local; possuía escola, creche, capela no seu interior) constituiu o exemplo mais extremado de uma forma direta de controle e certamente quase que único na capital do estado)

Os meios operários foram vistos por instituições e grupos dirigentes desde os fins do século XIX como extremamente perniciosos para a “moral e disciplina do trabalho”, focos de agitação e revolta social. Hábitos operários no escasso tempo de lazer eram considerados vícios e a recreação do operariado era considerada “improdutiva”. O trabalho do menor nas fábricas foi muitas vezes justificado social e moralmente pela intenção de retirá-lo de meios “malsãos” e viciados.

Instituições como a Igreja, ofereceram sempre a alternativa das festas religiosas, quermesses, procissões e romarias nos bairros pequenos, pobres e operários da capital, como lazer.

Na década de vinte e inícios da década de trinta a uma retórica que se mantém em grande parte inalterada quanto à necessidade de um “lazer mais saudável e produtivo” para o operariado no sentido de torná-lo mais “disciplinado com o lazer. A disciplina do lazer, em função de uma maior adequação ao trabalho e à vida em um centro urbano que se industrializava e expandia de maneira crescente, foi buscada pelos poderes públicos de forma “idealizada” nos cuidados formativos com a criança, principalmente a dos meios proletários. As pretensões eugênicas que acompanharam os programas de saúde pública, em particular os destinados aos meios pobres – “degenerados física e mentalmente” – tiveram seu lugar nos intuitos de preparação e preservação da criança pobre e proletária através de um meio ambiente sadio. (1983: 82, 83 e 85)

O operariado tornou-se o foco das preocupações em todos os momentos. Ocupá-lo e direcioná-lo passou a ser a forma de exercer controle e mantê-lo, constantemente, sob vigilância, e a escola, por atrelada à Fábrica, irá ter papel preponderante neste propósito. Nesta concepção, a educação tinha, dentre seus objetivos, adequar para o trabalho e a cidadania. “[...] o próprio ‘tempo livre’ do operariado tentou ser organizado de forma ‘educativa’”, afirma Decca (1983:89).

A preocupação com eles, no final dos anos vinte e início dos anos trinta, era constante, também, em todos os setores sociais, como foi tão bem abordado por Decca, principalmente em relação às vilas operárias, pela possibilidade de propagação de ideias e de mobilização social, o que fez com que as autoridades políticas, eclesiásticas e a burguesia industrial, enxergassem tais locais como de “degeneração física e moral”. Daí a importância de ter o operariado sob controle, além dos muros das Fábricas.

Podem-se perceber, constante e consistentemente, tais práticas presentes em Votorantim, principalmente pelo fato de as vilas tornarem-se, segundo Araújo Neto, focos de anarquistas, o que tornou necessário potencializar a vigilância.

Quanto à Igreja, teve papel muito importante na contribuição para a regeneração do operário, com forte presença na vila de Votorantim; por isto, foi constantemente mencionada pelos autores, que relatam a construção das primeiras igrejas, desde os primeiros moradores, e assim também com os dirigentes do Grupo Votorantim, que adotaram a prática, pois também construíram igrejas nas dependências das Fábricas.

Várias são as referências, nos dois livros analisados, à construção das igrejas católicas. “Religioso, o empresário português erigiu uma capela em homenagem a São João Batista, em frente ao portão principal de sua indústria, no centro, isto em 1926”. “[...] mandou construir uma capela de Nossa Senhora das Necessidades em Nova Baltar, inaugurada em 16 de dezembro de 1944, pelo saudoso bispo de Sorocaba Dom José Carlos de Aguirre”, diz Santos Júnior, na p.34.

Também como já dito anteriormente, a construção da Igreja de São João Batista, em 1918, a pedido de Pereira Ignácio, assemelhava-se à igreja de Baltar, em Portugal. É com esta visão que, em cada canto da vila e, posteriormente, do distrito, encontrava-se a presença maciça da igreja católica, não possibilitando outras escolhas, aos operários, pois a Igreja contribuía para a formação e adequação dos operários aos valores cristãos e, conseqüentemente, fortalecia os

laços sociais e a aceitação dos valores vigentes.

No início do século XX, porém, a discussão da Educação Laica para os operários, já estava presente. Os operários não eram Ateístas, mas colocaram-se contra a instituição religiosa, como informa Araújo Neto, de seu estudo já citado:

Foi na fábrica Votorantim que ocorreu um episódio trágico e grotesco. O gerente da empresa recebeu a visita de padres beneditinos que foram conhecer as instalações da fábrica. No setor de produção, um grupo de operários, “de espírito avesso a toda crença religiosa”, começou a vaiar os padres. Em resposta, o gerente demitiu um dos participantes por considerá-lo o principal agitador. Os operários, inconformados, fizeram uma solicitação visando a readmissão do companheiro:
Como não foram atendidos, declararam-se em “greve pacífica”. O resultado foi a demissão de mais 17 operários. A greve encerrou-se portanto, de maneira funesta, pois além do emprego, os operários perderam as moradias na vila da fábrica e pior, perderam o prestígio diante da comunidade do distrito.(2000:101-102)

No entanto, a aproximação entre Fábrica e Igreja na busca de direcionar o olhar do operariado, dificultava qualquer escolha que representasse ruptura nos valores impostos sutilmente por estas instituições e representaria ato de traição do “operário- cristão”, estendendo-se a todas as relações sociais. Dessa forma, a Igreja contribuía para exercer controle moral sobre os operários e, junto à Fábrica, auxiliava na manutenção da ordem social vigente. Ao promover as festas religiosas, quermesses e romarias, contribuía para manter o operário ocupado durante seu tempo ocioso, e disciplinado para os valores sociais que interessavam à burguesia industrial, ou seja: “regenerar os operários para os ideais cristãos”. As próprias festas religiosas, em Votorantim, sempre contavam com a presença de dirigentes do Grupo Votorantim. Essa postura fica clara em Araújo Neto, ao informar sobre os operários que foram fortemente repreendidos ao vaiarem os Padres na Fábrica.

Do acima exposto, pode-se constatar que, tanto a Igreja quanto a escola, exerceram papel preponderante na disciplinarização e regeneração do operário, já que— direta ou indiretamente – estavam atreladas ao Grupo Votorantim.

Os operários são considerados irrelevantes para a história de Votorantim. São abordados apenas, no intuito de divulgar a grandiosidade do Grupo Votorantim. Aluísio de Almeida, assim como os autores estudados não discutem a História a partir do operariado, nem as relações de dominação em todas as esferas sociais.

2.6. RELAÇÕES DE DOMINAÇÃO (X) RESISTÊNCIAS, EM TODAS AS ESFERAS SOCIAIS

Segundo Aluísio de Almeida, podem-se fazer algumas constatações referentes às concepções de classe social desse autor que, apesar de fazer considerações sobre as diferentes classes, não faz qualquer crítica quanto às relações entre elas e embora admita existência de “classes inferiores”, afirma sobre a cordialidade das relações na sociedade. Ou seja, algumas classes nascem “inferiores”, mas têm a possibilidade de deixar a essa “inferioridade”, no decorrer da vida.

O trabalho desse autor traz dados importantes, mas não faz questionamentos sobre a exploração dos operários, as longas jornadas, os motivos que desencadearam as greves. Em sua abordagem, apesar de o Grupo Votorantim possuir expressivo número de operários, os “inferiores” não constam significativamente na História de Votorantim.

Outra situação que nos permite ver a naturalização da história refere-se à “Revolução Constitucionalista de 1932”, quando os trabalhadores se alistaram para participar da guerra por vontade própria, embora incentivados por Pereira Inácio e movidos pelo patriotismo.

São essas as concepções que norteiam os trabalhos de Araújo Martins e Santos Júnior, que desconsideram as ambiguidades e contradições, entendendo as ações do Grupo Votorantim como “benefícios” concedidos aos operários, sem implicações ideológicas.

A situação relatada por Araújo Martins, em relação ao acidente ocorrido com o trem que transportava os funcionários para a Fábrica de Tecidos, demonstra esta postura: o operário embaixo do trem tentando consertá-lo e recebendo várias opiniões de José Ermírio de Moraes Filho, a quem, por desconhecer, acabou respondendo rispidamente. No dia seguinte, ao saber de quem se tratava, achou que seria dispensado mas, para sua surpresa, isso não aconteceu, e posteriormente, foi promovido chefe geral da Via Férrea.

Como perceber a relação de exploração, se patrão e empregado colocam-se lado a lado?

Para compreensão desse fato, é importante reportarmo-nos ao processo histórico: as relações de dominação tornam-se evidentes nas sociedades

escravocratas, em que: “[...] a sociedade brasileira é marcada pela estrutura hierárquica do espaço social que determina a forma de uma sociedade fortemente verticalizada em todos os seus aspectos: nela, as relações sociais e intersubjetivas são sempre realizadas como relação entre um superior, que manda, e um inferior, que obedece.” (CHAUÍ, 2006:89)

Nas sociedades onde as desigualdades e injustiças são evidentes, torna-se mais fácil perceber o opressor. Porém, nas relações sociais em que o trabalho assalariado é preponderante, a dominação torna-se implícita, dificultando enxergar as relações de dominação e exploração. É importante a compreensão destas relações de poder e dominação em todas as esferas sociais.

É discutindo o autoritarismo que Chauí traz aspectos da sociedade em que é possível perceber as divisões sociais naturalizadas em desigualdades, e na relação, mesmo na esfera privada, prevalece o mando-obediência. Tudo isso impossibilita a luta contra a opressão social e econômica, assim como a indistinção entre o público e o privado.

Em outras palavras: “[...] mantendo com os cidadãos relações pessoais de favor, clientela e tutela, e praticam a corrupção sobre os fundos públicos. [...] há um encolhimento do espaço público; do ponto de vista dos interesses econômicos, um alargamento do espaço privado”. (CHAUÍ, 2000: 91)

A Cidade, circundada pela Fábrica, possibilitava a extensão do poder para além de seus muros e, necessariamente, o controle do operariado em todas as esferas sociais: este passa a ser constantemente vigiado de forma coercitiva, mas também sutil, não permitindo ao operário, percebê-lo com tanta clareza. Ou seja, ser punido pela Fábrica, corresponde a ser punido na esfera social, as relações sociais são extensões das relações de trabalho e que qualquer atitude do operário no ambiente de trabalho, ganha relevância social.

Nessa concepção, Araújo Neto, em relação aos operários que vaiaram as autoridades na Fábrica, gerando desconforto nas relações das demais esferas sociais, discute este comportamento que, segundo os valores sociais, deveria ser evitado e banido da vida social.

A Igreja também era preponderante no controle do operariado. A relevância atribuída à religião católica pelos dirigentes do Grupo Votorantim também é evidente pois, nas dependências das fábricas, havia, apenas, templos católicos, impossibilitando as escolhas pessoais. A Fábrica assumia o controle sobre o

operário em todos os domínios do distrito, tornando-o “refém” dos valores impostos por ela.

Para os autores Araújo Martins e Santos Júnior, em suas produções historiográficas, as desigualdades foram naturalizadas, com os imigrantes sendo mais contemplados, principalmente os Ingleses, assumindo a posição de mão-de-obra qualificada, em detrimento dos Italianos, que assumiram a posição de operários.

“[...] Brasil antes de 1890, em muitos casos, o caráter realmente classista era ténue. Por um lado, pela inconsistência da classe operária que ainda estava em formação, tendo muitas vezes as entidades um caráter muito mais de união de nacionalidade do que de classe” (ARAÚJO NETO, 2005:48).

Esta divisão estava posta em Votorantim, a separação entre os Ingleses e Italianos dificultava a identificação enquanto classe social única, posto que os privilégios, atribuídos a um grupo e não ao outro já beneficiava tal cisão.

Os autores analisados fazem várias citações em relação à separação entre Ingleses e Italianos, bem como entre imigrantes e não imigrantes o que ocorria desde o futebol – em que o clube dos Ingleses, o Athletic Club, era considerado oficial pelos dirigentes da Fábrica em Votorantim – até a disposição e diferenciação das moradias, em que o bairro com melhores moradias, sendo os casarões da Barra Funda, eram destinadas aos Ingleses.

Podemos perceber isso no texto:

Os ingleses tinham preferência para jogar com os italianos por um motivo muito simples, os “oriundis” eram europeus como eles, e embora existissem no local pessoas que os prestigiassem, também já estavam praticando este esporte. Ficaram à margem da prática do futebol. Negros e caboclos e alguns poucos imigrantes de outras raças, eram discriminados pelos europeus por não praticarem o esporte bretão. Assim, realizavam suas peladas em pequenos espaços gramados e somente a partir do início do século XX é que conseguiram entrar em associações e clubes já constituídos, principalmente na capital. Em Votorantim, além das dificuldades já mencionadas, existia a proibição da gerência da fábrica de tecidos que terminantemente não permitia quaisquer atividades, fosse esportiva ou cultural, sem a autorização dos proprietários da fábrica. Somente o Votorantim Athletic Club estava autorizado a praticar o esporte bretão como time oficial da fábrica. (SANTOS JÚNIOR, 2004: 78)

Essa citação nos remete à discussão de que a diferenciação posta pela Fábrica dificultava, aos operários, a percepção como pertencentes à mesma classe social, à luta pelos mesmos interesses.

Santos Júnior, ao fazer a colocação sem problematizar, não propõe a discussão quanto aos motivos que norteavam a ação dos dirigentes das fábricas, não considerando que qualquer prática, por mais “ingênua” que seja, traz, consigo, interesses, implícitos ou explícitos, contribuindo ou não para o esvaziamento das relações de poder, ignorando que a cooptação do operário fazia-se presente em todas as práticas. Ou seja, podemos perceber nesta citação: “[...] em homenagem ao 1º de maio, sendo noticiadas como festas: a de 1902 foi descrita como festas promovidas pelos operários para comemorar o natal dos deserdados.”

Abrindo espaço para as questões políticas voltadas para o social, o autor faz outra citação na mesma página referente a agitação política. “[...] diversas conferências e comemorações de 1º de maio com desfiles e bandas nas ruas, ainda em clima de festa. Já a greve da Fábrica de Óleo Sta. Helena, em agosto de 1905, é reprimida, tendo sido presos 8 líderes que, depois, foram demitidos”.(ARAÚJO NETO, 2005: 58)

Pode-se perceber o quanto às relações eram ambíguas e conflituosas. É interessante notar que, ao se transformar o 1º de maio em uma data festiva, talvez tenha sido uma possibilidade de evitar uma ação de protesto, ressignificando e cooptando esta data por parte dos industriais. A prática também estava presente em Votorantim, pois contribuía para fortalecer os laços patrão-operário e a afetividade, dificultando, ao operário, colocar-se contra o “pai-patrão”, por gerar relações de fidelidade e dependência.

Em relação à discussão referente à data 1º de Maio, podemos ler o seguinte texto:

O 1º de Maio e os rituais trabalhistas semelhantes situam-se entre as tradições “políticas” e “sociais”, pertencendo ao grupo das primeiras através de sua associação com as organizações de massas e partidos que podiam – e de fato visavam – tornar-se regimes e estados; e ao grupo das segundas porque manifestava de forma autêntica a consciência que os trabalhadores tinham de serem uma classe à parte, visto que esta consciência era inseparável das organizações correspondentes. Embora em muitos casos – tais como a Social-Democracia austríaca, ou os mineiros britânicos – a classe e a organização tornaram-se inseparáveis, isso não quer dizer que as duas coisas fossem idênticas entre si. “O movimento” desenvolveu suas próprias tradições, compartilhadas por líderes e militantes, mas não necessariamente por eleitores e adeptos e, por outro lado, a classe poderia desenvolver “tradições inventadas” próprias, independentes dos movimentos organizados, ou até mesmo suspeitos aos olhos dos ativistas. (HOSBSBAWM, 1984:294- 295)

As festas possibilitaram um ambiente tranquilo e descontraído e, ao mesmo tempo, geravam um sentimento de gratidão pelo acolhimento da “família Votorantim”. Na data 1º de Maio, foram constantes essas práticas de fortalecimento dos “laços familiares” em Votorantim, tornando-as uma “tradição inventada” e contribuindo para o arraigamento dos valores vigentes na sociedade, necessários para um “bom operário”.

Dessa forma, cada vez mais o operário se tornava “prisioneiro” da fábrica e conseqüentemente, as dificuldades eram as mais diversas. Ao habitar as moradias pertencentes às Fábricas, os operários tornavam-se mais dependentes do seu emprego, inibindo-os de qualquer ação política que viesse a pôr em risco o seu trabalho, que era o único meio de sobrevivência. A ação dos dirigentes das Fábricas em ter o controle e domínio do operariado, como se pode perceber, dava-se de forma sutil e também violenta, como foi o caso dos líderes demitidos na Fábrica Santa Helena em Votorantim em 1905, na deflagração de uma greve.

Sorocaba foi um espaço de confrontação política e ideológica, tendo sido constantes os movimentos liderados pelos operários. Segundo Araújo Neto, a falta de organização incomodava os militantes mais ativos, pois alguns se entregavam a credices, aos vícios ou passavam a defender os patrões exploradores, enquanto muitos desiludidos abandonavam a organização. Possivelmente, isso ocorria devido ao conservadorismo e à perseguição que os operários sofriam.

[...] a perseguição de operários associados à União Operária, na Fábrica Votorantim. Essa perseguição era levada a cabo, por um contramestre, antigo sócio da mesma. Ele preparava listas que se seguiam de demissões dia-a-dia, além do aumento das multas. (ARAÚJO NETO, 2005:92)

Outra situação citada pelo autor que nos possibilita perceber o ambiente de tensão no espaço da fábrica, diz respeito à aplicação de um regulamento na Fábrica Votorantim que favorecia a repressão, perseguição e punição, denunciada para o jornal em 1912.

A leitura dos autores não nos possibilitou perceber essas ambigüidades e conflitos nas relações sociais; falta uma análise crítica para legitimar os verdadeiros protagonistas pela constituição da cidade de Votorantim: o operariado. Os autores, no entanto, constantemente reafirmam os benefícios trazidos pelas indústrias, principalmente pelo Grupo Votorantim.

O antagonismo das classes sociais, as relações de poder, o autoritarismo, as

perseguições e punições eram constantes e não são abordados pelos autores; assim, nos impossibilita perceber e discutir as relações de dominação e exploração. E as formas de resistências, as situações de enfrentamento? Por quê?

Enfim, a voz do operariado foi silenciada. O historiador Araújo Neto traz uma citação do jornal *O Operário* no dia 24/11/1912, em relação a uma situação, quando a polícia foi acionada para evitar a organização operária em Votorantim. “Consta que para Votorantim seguiu domingo passado à requisição do tiranete de lá, uma força de 8 praças à paisana (...), com o fim de impedir que alguém tentasse dar uma conferência aos operários” (ARAÚJO NETO, 2005:103).

Havia, naquele período, um discurso promovido pelo “Amigo da Ordem” que incentivava os operários a não se rebelarem para que a fome e o desemprego não os atingissem, colocando-se em contraposição ao jornal *O Operário*, que incentivava a luta. (ARAÚJO NETO, 2005)

Acredito que a situação fosse a mais conflituosa possível para os operários; oporem-se aos seus ideais, à sua condição de mão-de-obra explorada, era o mesmo que se oporem à sua trajetória, à sua luta, enfim, à sua dignidade. Havia pressão em relação ao medo do desemprego que, conseqüentemente, viria acompanhado da falta de moradia, assim como da vida social patrocinada pelo Grupo Votorantim. Dessa forma, acredito que muitos operários silenciavam-se, temerosos por tantas perdas. Aceitar ou confrontar, esse era o dilema de muitos operários. É o podemos ver neste texto publicado pelo jornal *O Operário*, em 10/11/1912:

A fábrica de calçados de Soares § Irmão tornou-se uma verdadeira penitenciária russa. Ali se despedem os melhores operários, só porque professam idéias anarquistas. É um crime em ter brio e dignidade e independência nessa fábrica. Aos proprietários só lhes agradam os puxa-sacos: essa vil canalha que lhe serve de espia e cousas semelhantes. Ao bandido gerente de Votorantim, há outros para imitá-lo. (ARAÚJO NETO, 2005:105)

O texto nos permite perceber a voz do operariado, as suas indignações e insatisfações diante das suas condições de vida e trabalho; e tal situação estava posta em Votorantim, então Distrito e também em Sorocaba. O próprio gerente da Fábrica em Votorantim foi confrontado pelo operário como um “bandido”, evidenciando que as relações não eram tão afetuosas, como os autores retratam em relação aos operários e seus superiores.

Araújo Neto discute a condição do operariado em um contexto mais amplo

que vai configurar-se após a Primeira Guerra Mundial. Há controvérsias em relação a esse período, se ele teria possibilitado ou não um crescimento industrial no Brasil. Mas os Países Europeus perderam, evidentemente, a hegemonia econômica e industrial, abrindo espaço para outros ocuparem, assim como os Estados Unidos, embora não o tivessem feito imediatamente.

As insatisfações decorrentes da guerra, que agravaram ainda mais a situação, culminaram com a Greve Geral de 1917, chegando a reunir 45 mil operários na Capital, espalhando-se, posteriormente, para outras cidades do interior paulista.

Em Sorocaba, houve o enfraquecimento do movimento nos anos de 1914 a 1916, em função da crise econômica que se abatera sobre as indústrias. Alguns industriais fecharam um acordo de fornecer bilhetes com desconto no comércio, e gêneros de primeira necessidade aos operários das fábricas têxteis, mas, apesar das tentativas de acalmar os ânimos, os ferroviários entraram em greve, por toda a região. A Greve Geral de 1917 acabou por conseguir a adesão dos setores têxteis.

“A Fábrica Votorantim esteve em greve por mais ou menos um mês antes desse evento e havia voltado poucos dias antes ao trabalho. Mas, sendo reclamada a adesão dos seus operários, a fábrica paralisou-se.” (ARAÚJO NETO, 2005:124).

Apesar do retorno de alguns operários, em algumas Fábricas eles não voltaram. “As Fábricas de Tecidos N. S. da Ponte, Santo Antônio, Santas Rosália e Votorantim reabriram-se, mas não compareceram os seus operários, o mesmo acontecendo à Companhia Nacional de Estamparia.” (2005: 125). O mesmo autor ainda registra que as autoridades solicitaram apoio da Força Pública da Capital para forçar o retorno. “[...] as forças de repressão não chegavam a 300 homens, enquanto o número de grevistas devia chegar aos 10 mil...”(2005:128)

No ano de 1918, o autor aborda uma situação de descontentamento na Fábrica:

Esse será mais um ano agitado. Já em janeiro, a fábrica Votorantim é paralisada por vários dias, havendo conflitos com ferimentos graves num dos mestres da empresa. Durante as investigações “ficou (...) apurado que há diversos dias a diretoria (...) tem notado um movimento pouco comum, tendo os operários realizado reuniões secretas com o fim de declarar greve geral”. Tudo teria ocorrido por conta de mal - entendidos, levados as consequências desagradáveis e à paralisação de toda a fábrica. Esses mal-entendidos, envolveriam uma jovem operária, um dos mestres da fábrica, seu irmão e outros tantos. Acreditou-se que ela fora ofendida pelo mestre que, conseqüentemente, foi agredido por vários homens, vinte,

provavelmente. O mestre Fornoni se feriu com a própria arma, que disparou acidentalmente duas vezes em sua perna, quando tentava sacá-la. Após vários dias, a greve acabou, havendo esclarecimento dos fatos, especialmente a versão de que Rosa fora ofendida por Fornoni: ela declarou publicamente que não. Provavelmente, esse fato corriqueiro tenha sido usado como motivação para a greve. (ARAÚJO NETO, 2005:130)

Fica evidente, na citação, como a convivência era tensa e conflituosa na Fábrica Votorantim. As relações hierarquizadas implicavam uma dominação implícita e até mesmo explícita. O mestre já possuía esse poder pelo cargo ocupado e, mais ainda, ao dispor de uma arma no ambiente de trabalho, as relações eram de “mando-obediência”. A opressão fazia-se presente em diversos momentos, de forma violenta ou velada na vida dos “habitantes-operários”.

Neste período foram constantes as agitações, as greves evidenciando o descontentamento do operariado em Sorocaba e, conseqüentemente, em Votorantim.

Araújo Neto nos dá a dimensão dessa instabilidade, pois o Brasil, entrando na guerra, ficou o país sob estado de Sítio, abrindo possibilidades dos Empresários Têxteis de quebrar o acordo estabelecido no final da greve de 1917, com o restabelecimento da antiga jornada de trabalho. Houve a reação do operariado, decretando greve nas Fábricas Têxteis da cidade. Curiosamente, foi o próprio Delegado de Polícia que negociou em nome do operariado. A presença dos anarquistas e anarco-sindicalistas nesse momento desapareceu. A repressão tornou-se mais forte, inclusive com prisões, voltando o operariado a assumir a iniciativa, momento em que fica visível a ação dos anarquistas. As negociações, porém, foram cortadas e muitos operários perseguidos. [...] “inclusive em Votorantim, vila tida por muito tempo, como “foco” de anarquistas” (ARAÚJO NETO, 2005:134).

As agitações permaneceram em 1919, principalmente nas Indústrias Têxteis, as Fábricas N.S. da Ponte, Sta. Rosália, Votorantim, Sta. Maria, Estamparia S. Paulo, com os trabalhadores da Fábrica de calçados Fausto e das Oficinas da Sorocabana, levando “milhares de operários” a entrarem na greve, correspondendo ao apelo dos mesmos da Capital. Dentre as reivindicações, segundo o autor, como consta no jornal *Cruzeiro do Sul*, de 08/05/1919 podemos citar o seguinte texto:

“Companheiros:

A digna atitude que tomastes, declarando a greve geral em sinal de solidariedade aos companheiros de São Paulo é digna de louvor.

Para minorar as condições precárias da vida atual, em reunião ontem à noite realizada, foi acordado: 1. lamentar as depredações de ontem promovidas por estranhos aos operários e 2. fazer conhecido de todos o pedido dos operários de Sorocaba, que é o seguinte:

- A) o dia de 8h de trabalho;
 - B) repouso semanal remunerado;
 - C) proibir o trabalho de menores de 14 anos e noturno de mulheres;
 - D) estabelecer salário mínimo, baseado sobre o custo de vida atual. Os pagamentos devem ser efetuados semanalmente;
 - E) igualar o salário das mulheres aos dos homens;
 - F) completo respeito dos poderes públicos às associações operárias e plena liberdade de pensamento;
 - G) [redução do preço dos gêneros de primeira necessidade] para esse fim, deve organizar-se [um] conselho de alimentação controlado pelas associações populares. A este conselho de alimentação deverão ser concedidos os direitos de requisição.
 - H) Confiar aos conselhos de alimentação o encargo de impedir a falsificação dos gêneros de primeira necessidade;
 - I) Redução imediata dos aluguéis. Deverá ser concedida uma moratória para os débitos atrasados;
- (...) Tudo deverá ser decidido com sindicatos operários.” (ARAÚJO NETO, 2005:135)

Outra discussão fundamental para a compreensão das relações nesse contexto, diz respeito à Fábrica de juta entre 1888–1934, em São Paulo. A historiadora Matos (1996) traz elementos para discutir a ocupação majoritariamente feminina na Indústria Têxtil, discorrendo sobre a situação de miséria. A preferência à idade destas jovens estava relacionada, além dos poucos compromissos familiares, ao fato de serem solteiras, levando em conta, também, as condições físicas. Já a partir dos 25 anos, o casamento e a maternidade passavam a ser um entrave nas relações de trabalho.

“É fato que, nas formações sociais capitalistas, mecanismos internos da produção e da reprodução do capital fazem com que as condições de trabalho não seja vivida de forma homogênea por todos os membros da classe operária.” (MATOS, 1996: 72).

A historiadora também discorre sobre as atividades destinadas às mulheres, nas Fábricas de sacaria, que, por não exigirem muita força física, fazia prevalecer o trabalho manual. Eis o texto:

[...] caráter repetitivo, exigindo habilidade, rapidez, agilidade, destreza (principalmente manual), paciência e ritmo, isto é, aptidões consideradas como inatas, naturais às mulheres.

[...] aprendizado das funções de futuras mães quando eram meninas, e depois mediante uma formação contínua para os trabalhos domésticos.
 [...] submissão à autoridade do marido, pai e irmãos-, regra socialmente válida que se reproduzia no meio fabril numa subserviência ao mestre e ao contramestre. (MATOS, 1996:72-73)

Podemos perceber, no discurso e na prática, a inferiorização da mulher nas relações sociais e de trabalho:

A fraqueza moral das mulheres era considerada – tanto no discurso patronal, como na imprensa operária – endêmica à sua natureza, encontrando no trabalho coletivo terreno fértil para manifestar-se. Essa tendência foi mantida pelas organizações sindicais e políticas que aconselhavam aos seus elementos que retirassem suas mulheres e filhos da fábrica, referindo-se aos perigos morais do trabalho feminino, à falta no lar e inclusive à concorrência no mercado de trabalho.

Em grande parte como resposta às pressões do operariado, foi produzida uma legislação que procurou não apenas disciplinar e domesticar a atuação das operárias, como também, através de medidas que se diziam protetoras do trabalho feminino, defender o espaço masculino na produção.

Vinculada a preocupações de ordem moral, em 1917, na reforma do regulamento sanitário, apareceu uma das primeiras medidas regulamentadoras do trabalho feminino. Dois dispositivos referiam-se a ele: proibiam-se o trabalho noturno das mulheres e o trabalho durante o último mês de gravidez e o primeiro do puerpério. Assim a legislação procurava resolver as contradições que envolviam os papéis femininos, mantendo-as como produtoras e, simultaneamente, permitindo-lhes, através do seu trabalho doméstico, a reprodução e a manutenção de outros trabalhadores. Mas a sucessão de medidas legais que reforçavam estes mesmos temas e estabeleciam de certa forma a mesma ordem de proibições refletia uma situação de fato: a não-obediência à legislação. (MATOS, 1996: 74 - 75)

Para Matos (1996), o trabalho infantil era frequente nas Indústrias de sacaria para o café. Levados, também, pela situação de miséria, o orçamento era um complemento na casa e, apesar de já existir uma legislação, desde o século XIX, somente no século XX houve alterações. Em 1917, a reforma visou limitar a idade de admissão, diminuir a jornada de trabalho para os menores de quinze anos, regulamentar o trabalho noturno e o manuseio de equipamentos pesados e perigosos. Os Industriais sempre conseguiam manipular leis favorecendo os seus interesses, como podemos perceber no discurso, em que o industrial Street defende o trabalho infantil, através da justificativa da função moralizadora do trabalho:

...um grande número de crianças entre 12 e 15 anos, cerca de 300, de ambos os sexos. Trabalhavam todos 10 horas. Na sua grande maioria, eles são filhos, irmãos ou parentes dos meus próprios operários, que trabalham, portanto, na mesma fábrica e muitas vezes na mesma sala. Estas crianças, ocupadas todas em serviços leves e compatíveis com suas forças, ganham, conforme as idades, salários que variam entre 1\$200 e 2\$000 por dia. Os

operários da fábrica empenham-se, fortemente, para obterem estas colocações para os seus filhos e parentes... Eu tenho na fábrica uma disciplina bastante branda para essas crianças: assim elas só prestam serviços leves e compatíveis com sua idade e forças, além disso é-lhes permitido levarem consigo certos alimentos, como pão, frutas etc... e, quando querem, a qualquer hora, comer o que consigam levarem... É de surpreender ver-se essa pequenada trabalhar e sempre tenho a impressão de que eles o fazem sem grande esforço, impressão esta confirmada pelo modo como é feita a saída, depois do trabalho terminado. É uma verdadeira revoadada alegre e gritante que sai à frente da maioria, correndo e brincando. (MATOS, 1996: 76-77)

É importante perceber as similaridades dos discursos dos industriais no início do século XX, que não se diferenciavam tanto, podendo estabelecer uma aproximação com suas práticas sociais.

A concepção de bondade e generosidade objetivavam o controle social. A prática da disciplinarização estava presente sob o manto da objetividade, racionalidade, como podemos ver aqui:

Elaboravam-se novos regulamentos, que além de fixarem os horários e o valor das multas, como anteriormente, passaram então a dispor sobre os salários, regras de higiene e segurança - necessárias em função da introdução de novas máquinas e ao mesmo tempo das obrigações e proibições cada vez mais precisas sobre a circulação na fábrica - e modos de vestir e se comportar. Estabelecia-se todo um elenco de sanções: controle rígido da entrada e saída, multas por atraso, faltas e falhas de fabricação, além de penalidades pela utilização incorreta de máquinas e ferramentas, deterioração do maquinário, desperdício de matérias-primas. Também em relação ao comportamento operário foram elaboradas novas normas visando controlar: bagunças, brigas, embriaguez, descuido, roubo, promiscuidade e outras atitudes, como falatórios.

No interior da fábrica, mas também fora dela, na casa, no lazer, buscava-se redefinir o perfil do trabalhador, procurava-se regrar os operários dentro do espaço fabril sem deixá-los livres fora dele, possibilitando, assim, a introjeção de certos valores.

As indústrias de juta não limitaram seu controle ao espaço fabril, tentando estendê-lo à vida cotidiana dos trabalhadores através de todo um conjunto de práticas, chegando até à construção de grandes aglomerados, que se compunham de vila, escola, creche, enfermaria, armazém, igreja, campo de futebol, jardins, áreas de lazer, etc. O objetivo dessas construções era fixar a mão-de-obra, mantê-la a menor custo e procurar identificá-la com a empresa. (MATOS, 1996: 100- 102)

A autora também discute as condições de moradia das famílias operárias, as quais foram constantemente denunciadas pela imprensa operária como local inadequado e propenso às doenças, havendo, também, preocupação em relação à “eugenia da raça” e o “reerguimento físico e moral da Pátria”. Interferir no cotidiano do operário era uma justificativa de promover a moralização, motivo pelo qual a vila operária tornava-se imprescindível para tal controle e, ao mesmo tempo,

disponibilizando o operário para o trabalho. [...] “ as vilas representaram também uma forma de reduzir o preço da força de trabalho, ampliar a capacidade de acumulação e induzir o trabalhador a permanecer no emprego.”(1996:104). Como podemos ver neste texto:

Os trabalhadores denunciavam na imprensa como eram coagidos pelo contrato de trabalho ao aluguel das casas, que era descontado diretamente do salário. As indústrias tinham dois tipos de expediente: mantinham salários baixos e ofereciam a casa a preço baixo; ou ao elevar os salários também aumentavam os aluguéis.

Tem-se destacado que as vilas operárias não podem ser vistas como um investimento apoiado no espírito humanitário e mesmo “socialista”. Elas representariam uma forma de ampliação do capital constante e uma redução no capital variável das fábricas, que, investido em salários, era parcialmente recuperado pelas empresas através do aluguel. Todavia, as vilas refletiam também uma relação de dominação, em que a casa era um meio para garantir e controlar a força de trabalho e disciplinar seu comportamento, na medida em que o seu cotidiano passava a ser condicionado por rígidos regulamentos. Além disso, os operários ficavam à disposição da empresa e mesmo nas horas de folga, dependendo do cargo, muitos eram convocados em horas de repouso para prestar algum serviço.

A vila exigia a adoção de um conjunto de práticas e de representações, tais como novas relações entre os membros das famílias, uma nova concepção de educação infantil, uma nova economia doméstica, uma nova noção de mulher, de lar, de higiene, requerendo uma verdadeira metamorfose.

Por outro lado, as vilas operárias teriam, na ótica patronal, a função de minar a resistência dos trabalhadores, no sentido de evitar as greves. Assim, ao morar numa casa da vila, o operário ver-se ia constrangido a fazer greve ou lutar por suas reivindicações, pois a penalidade seria o despejo, além da demissão.

Para os operários, o local da moradia era uma questão de garantir a proximidade da fábrica, para evitar as longas caminhadas da casa ao trabalho, além de poupar a insustentável despesa com os bondes.

As vilas operárias, armazéns, escolas, assistência médica, entre outros elementos que foram concedidos pelas fábricas de juta, teriam criado dispositivos estratégicos, os quais pretendiam estreitar os vínculos de patrões e operários. Mesclando gratidão, adesão e envolvimento, procuravam sutilmente a cooptação, eliminando atitudes de repressão. Dessa forma, paternalismo, mesmo tendendo a oferecer um modelo de ordem social vindo de cima, sugere uma relação mutuamente admitida, ao mesmo tempo em que contém pressupostos normativos que, supondo noções valorativas, necessitavam da adesão operária para o seu funcionamento. Quando esta adesão deixa de existir, as relações se esboroam e se torna urgente encontrar substitutos.

O paternalismo foi um sistema de gestão da mão-de-obra bastante sutil; procurava negar, despolitizar e apagar os conflitos, consubstanciando-se em imagens de cooperação de classes e veiculando perspectivas de harmonia social. Além disso, utilizava-se de uma linguagem e prática de tipo familiar entre patrões e operários, buscando a adesão dos trabalhadores a esse modo de organização. (MATOS, 1996: 104 - 107)

As similaridades nas Fábricas de Juta, Fábrica Têxtil no início do século XX, também presentes em Votorantim, podem ser facilmente observadas. A historiadora discorre com muita propriedade, a questão da mão-de-obra feminina na Indústria

Têxtil, sendo compreendido, por muitos, como extensão das tarefas domésticas, onde mais do que qualificação, exigia minúcia, habilidade e destreza. As relações patriarcais permeavam todas as relações sociais; não seria, portanto, diferente na Fábrica. A partir do momento em que estas habilidades são consideradas inatas, há a naturalização das relações de poder e dominação.

Estabelecendo relações com o meu objeto de pesquisa, percebo como as relações sociais não foram problematizadas e, em alguns momentos, tipificadas. Por exemplo, no livro organizado por Araújo Martins, ao discorrer sobre a Fábrica de Chitas, a sua magnitude e importância não são atribuídos aos esforços, suores e lágrimas da classe operária, como se a participação daquelas pessoas fosse insignificante.

Em relação ao texto, ao fazermos a leitura, duas iconografias chamaram-me atenção: na mesma página, uma delas mostra a Fábrica do alto, com as suas chaminés e, logo abaixo, uma mulher fazendo as suas tarefas no espaço fabril, passando os tecidos, o que faz com que o trabalho possa ser compreendido como “extensão das tarefas domésticas”. (ARAÚJO MARTINS, 2000: 39)

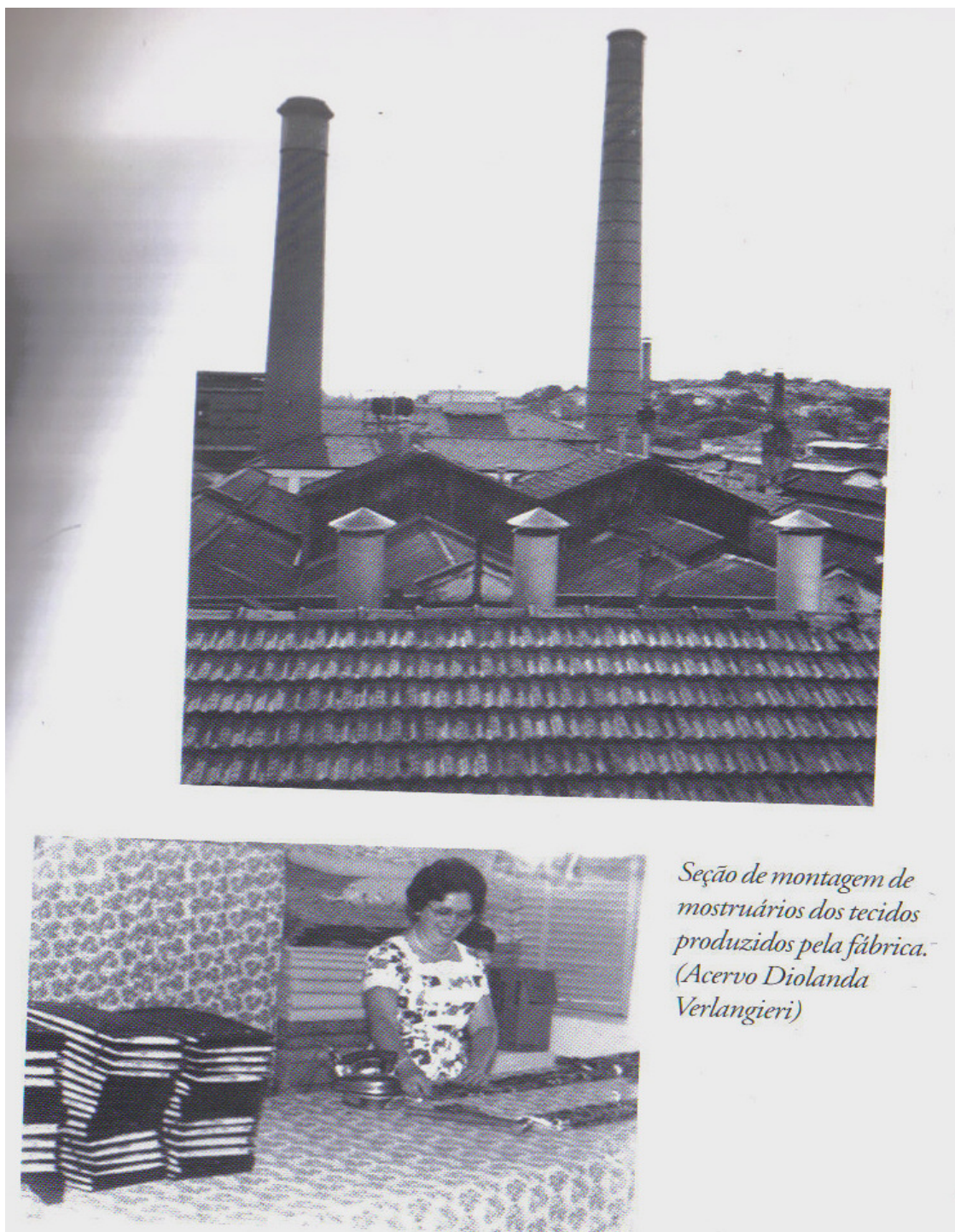


Fig. 09 – Vista da Chaminé da Fábrica e o trabalho da operária
Fonte: Kleber Araújo Martins

É importante percebermos que a escolha das iconografias e a sua disposição não são neutras e evidenciam uma concepção histórica. A primeira iconografia nos dá a dimensão e o significado da Fábrica e a segunda a importância da Operária, não enquanto operária, e sim pela sua contribuição para o desenvolvimento da fábrica e a “naturalização” da sua função.

Existe um consentimento pelo autor na relação de dominação e exploração, na seleção e interpretação das fontes históricas, pois, há outra citação em seu trabalho, referente ao transporte fornecido pela Fábrica aos Operários. Homens e mulheres vinham em vagões diferentes e o trem destinado às mulheres partia mais cedo, sendo destinada a parte da frente dos vagões para as mulheres que tinham crianças, para deixá-las na creche pertencente à Fábrica. (ARAÚJO MARTINS, 2000: 51)

Não percebo um questionamento em relação à Fábrica de tecidos sobre a relevância da mão-de-obra operária, a preponderância do trabalho feminino, as funções destinadas às mulheres. O fato de as mães terem prioridade na ida à Fábrica seria, realmente, uma preocupação com as crianças?

Quando o autor expõe o texto, as iconografias e as relações que estabeleceu com as fontes históricas, evidenciam uma concepção histórica em que o Empresário age com bom senso e humanidade, pois, além da preocupação com a criação de um espaço para os filhos dos operários, também são consideradas prioridades em relação aos operários do sexo masculino. Se isto ocorreu, por que havia, então, uma diferenciação salarial e conseqüentemente, uma desqualificação da mão-de-obra feminina?

Há outra iconografia bastante interessante que nos possibilitou fazer essa mesma leitura. O mesmo Araújo Martins mostra uma situação do cotidiano na creche, onde as meninas aprendem a bordar e os meninos a tecer em pequenos teares (2000:85).

O autor discorre sobre a importância e o significado da creche para Pereira Inácio, atribuindo a sua criação apenas aos sentimentos nobres, possuindo laços de carinho e amor, sem, necessariamente, ter a preocupação de liberar as mães para o trabalho, ou seja, ia além desta necessidade. O mesmo diz, quando faz referência ao uso dos teares pelas crianças, imitando as mães nas tecelagens.

Sem dúvida, ir além, liberando as mães dos cuidados com os filhos para preocupar-se apenas com a produção, pressupõe compreender que, apesar de essa necessidade estar evidente, ela se tornava secundária, enquanto a compreendermos como benefício, bem-estar às operárias, o conforto de saber que seus filhos estão próximos e bem cuidados. A questão principal refere-se à compreensão dessas relações nas suas ambigüidades, isto é, o que aparentemente parece ser um benefício significa uma dependência maior dessas operárias,

implicando um mal-estar ao ter que opor-se àquele que oferece escola, casa e trabalho, isso sem contar que os baixos salários e as longas jornadas seriam perdoáveis diante de tantos benefícios recebidos.



Fig. 10 Crianças manuseando teares na Creche em Votorantim.
Fonte: Kleber Araújo Martins

Quando Araújo Martins selecionou essas fontes e estabeleceu tais relações, pressupôs uma relação de profunda amizade e consideração, descaracterizando as relações antagônicas de classes sociais. Como posso lutar pelos meus direitos, participar de movimentos grevistas, sem opor-me à benevolência de Pereira Inácio e posteriormente, de José Ermírio de Moraes?

É interessante como as relações foram naturalizadas, pois aos filhos dos operários cabia à “sina” de serem também operários, havendo, desta forma, uma imposição social e cultural. O manuseio de teares pelas crianças na creche é abordado pelo autor como algo inocente, sem implicações ideológicas, mas poderia

ser considerado como um aprendizado através do brincar.

As implicações ideológicas estavam postas em todas as esferas sociais, a disciplinarização começava fora e terminava dentro dos muros das Fábricas, enquanto as crianças já eram desde pequenas disciplinadas por uma educação com a qual assumiriam a posição de operárias ocupadas pelas mães nas fábricas.

As relações de trabalho permeavam todas as relações sociais, amarrando o operário de tal forma que dificultava perceber claramente e objetivamente as relações de exploração e, muitas vezes, as questões familiares passavam a ter um peso muito grande, pois ser demitido implicava perder a moradia, a creche do filho, atendimento hospitalar, as relações com os amigos, enfim, ser banido da vida social.

A discussão trazida por Matos (1996) não se contrapõem a Araújo Neto (2005), sobre a questão da exploração da mão-de-obra infantil, as longas jornadas, aplicação de multas e a diferenciação dos salários, assim como, a ineficácia de uma legislação trabalhista. Apesar da greve de 1917 e do reconhecimento de alguns direitos trabalhistas, muitas vezes esses não foram colocados em prática, ou se o foram, teriam sido apenas por um curto período de tempo pelos industriais.

Já os trabalhos analisados por mim em relação a Araújo Martins e Santos Júnior se contrapõem à concepção histórica desses historiadores, pois, para discutir as condições de vida do operariado, necessariamente teria que desmitificar a imagem construída dos empresários Pereira Ignácio e José Ermírio de Moraes.

A pesquisadora Dessotti (2007) também traz uma importante contribuição em relação ao poder exercido sobre o operário, em todas as esferas sociais. A Fábrica exercia um controle sobre o operário, muitas vezes de forma explícita e dissimulada, gerando a dominação e o consentimento. As casas diferenciavam-se de acordo com o cargo ocupado na fábrica. [...] “formava-se uma mentalidade de submissão e conformismo que dependia do cargo e da casa que se ocupasse”. (2007:70)

Pereira Ignácio, ao assumir o cargo de diretor-gerente da Fábrica de Tecidos Votorantim, pertencente ao Banco União, encontrou oposição dos operários. Esses formaram uma Sociedade Beneficente dos Empregados da Fábrica Votorantim que, mais tarde, foi substituída pela Caixa Médica, atrelada à fábrica, mediante contribuição dos sócios. O próprio Pereira Inácio representante da fábrica propôs sua criação.

O discurso mudara tanto, que os operários se esqueceram que na greve em que recusaram os métodos administrativos do novo gerente, uma das ameaças fora justamente o fechamento da farmácia que pertencia aos empregados. Agora, com a Caixa Médica tudo passaria a ser gerido pela fábrica. (DESSOTTI, 2007: 79)

Apesar da compreensão dessa política como possibilidade de estender o domínio sobre o operário, isso acaba por se tornar irrelevante quando lhe é atribuída, pela pesquisadora, uma atitude paternalista de Pereira Ignácio ao afirmar sua preocupação “com as crianças, mães, saúde e instrução”.

Se esses trabalhadores não fossem operários haveria essa preocupação? Pois toda e qualquer prática passava pela concepção de que operário feliz e saudável, é operário produtivo e, por esse motivo, a prática de futebol, a igreja e o cinema atrelados à fábrica não são discutidos como práticas políticas atendendo a interesses específicos. Segundo Dessotti (2007:86) “A administração de Pereira Ignácio não descuidava do bem-estar do operário e nem do seu necessário lazer”.

Considerando Pereira Ignácio com “visão” no sentido de não perder nenhuma atividade que fosse lucrativa, com certo “ineditismo”, passou a dividir as glebas para serem comercializadas. Assim, há uma citação referente a Pereira Ignácio registrando que, ao intermediar um conflito entre os operários e o mestre, indispondo-se com os operários e os reprimiu, aumentando o preço das passagens, dos fretes da linha férrea, cortes nos salários, descontando no uso dos bondes, depois do que fechou a farmácia, e despejou alguns operários das suas casas, ameaçando privá-los do uso da água potável.

Apesar de a autora evidenciar essa prática como uma forma de coagir os operários a abandonarem a greve, faltou uma análise mais crítica da fonte que denuncia os desmandos dos dirigentes da Fábrica, os quais tinham toda a população operária “encarcerada” pelos “benefícios”.

Isso fica claro na pesquisa de Dessotti, ao evidenciar o consentimento pelo Pereira Ignácio em oferecer um prédio a fim de criar as “Escolas Reunidas”, assim como a doação de um terreno para a construção de um cemitério e, além dele, um campo de futebol em espaços pertencentes à Fábrica.

A preocupação com o ensino tornou-se mais frequente no período em que havia a necessidade de engendramento e fortalecimento dos valores “pátrios” relacionados à República. Dessotti (2007) reafirma isso, referindo-se, também, a Votorantim, ao citar as Escolas Reunidas e as festividades cívicas relacionadas às

datas “Sete de Setembro”, “Tiradentes”, “Centenário do Brasil”, assim como uma exposição de trabalhos das alunas com tecidos. As fábricas Santa Rosália e Fábrica de Tecidos Votorantim, após a lei, viabilizaram o funcionamento de Escolas Maternais dentro das Fábricas, cuja finalidade era atender as operárias.

A pesquisadora cita uma fonte do jornal *Cruzeiro do Sul* que faz referência à importância das escolas maternais, assim como aos benefícios oferecidos pelos dois industriais das respectivas Fábricas, Pereira Ignácio e Oeterer Speers, como sendo “uma das primeiras da América do Sul”. Outra citação bastante interessante na mesma fonte refere-se ao contato que as crianças têm com os teares e produzem trabalhos que são expostos nos escritórios.

Apesar de a autora fazer a crítica em relação à extenuante jornada de trabalho das operárias, ao citar essas fontes sem fazer a devida problematização, acabou caindo no enaltecimento desses industriais que já foram muito bem contemplados pela imprensa e pela historiografia local, da mesma forma que o não questionamento do manuseio dos teares pelas crianças, acabou naturalizando aquelas relações sociais.

A pesquisa é brilhante e fundamental para uma grande contribuição social, mas em alguns momentos a autora naturalizou as fontes e acabou caindo nas “armadilhas” presentes na imprensa e na historiografia local. Essa abordagem nos remete a dissertação do Arnaldo Pinto Júnior (2003), que discutiu a produção da imprensa atrelada aos discursos dos burgueses industriais, dos quais, na maioria das vezes, defendeu interesses específicos.

Não pretendo desconsiderar a importância da escola maternal e da creche, mas elas não podem ser interpretadas como atos de benevolência, desprovidos de interesses, uma vez que no plano político, econômico e social esses investimentos foram benefícios aos próprios industriais que aumentaram o domínio e a extensão do poder sobre os operários, não havendo esses entraves para atrapalhar a produção. E, mais ainda, a formação das “pequenas operárias”, pois ao manusear os teares, as crianças já iam introjetando certos valores e mais tarde, assumiriam “eficientemente” a sua função no trabalho e posição na sociedade.

A naturalização dessas relações sociais está presente nos autores por mim analisados. Como foi possível constatar nos respectivos trabalhos, Santos Júnior não aborda as condições de vida do operariado e Araújo Martins o faz muito vagamente, sem posicionar-se num sentido que possa comprometer os “donos do

poder” em Votorantim. Não discorre satisfatoriamente sobre as longas jornadas, a exploração da mão-de-obra infantil e feminina, as práticas punitivas, enfim, as relações de dominação e exploração. Os operários não são os protagonistas desta história, portanto não “constam” nas pesquisas.

Araújo Martins faz uma citação muito pequena sobre as condições de vida do operariado; ao iniciar o texto, faz referência ao autor Wright que cita todos os benefícios da vila industrial, ou seja, salários elevados, não há uma jornada excessiva e tendo, à disposição, uma “cidade operária”, com clubes, escolas, cinema, banda, jardins e outros mais. Ou seja, são tanto “benefícios” que seria uma ingratidão do operário opor-se ao “pai-patrão”. Diante de tantos benefícios, o que seriam estes pequenos sacrifícios de jornadas longas, multas e o trabalho infantil?

O autor desconsidera o trabalho feminino e cita insuficientemente, na sua pesquisa, o trabalho infantil, referindo-se vagamente ao trabalho das crianças na fiação, às crianças descalças e usando um camisolão que lhes servia de camisa e calça. Outra situação se refere às práticas punitivas, por qualquer falta cometida desde o fugir para casar, ou roubo, toda a família era punida.

Outra citação interessante relatada por Araújo Martins refere-se ao diálogo entre os jovens operários. O texto bastante romântico é evidenciado para ilustrar a vida do operário e o saudosismo daquele período. O autor não dialoga com esta fonte histórica, discutindo os baixos salários, já que os operários não tinham as necessidades básicas atendidas, como demonstra o texto sobre o fato de não terem sapatos. E quando questionaram o diretor da Fábrica sobre a possibilidade de aumento salarial, obtiveram como resposta apenas a possibilidade de hora extra.

Desta forma, podemos perceber que o controle social era evidente, ou seja, qualquer atitude do operário teria uma implicação nas relações sociais, inibindo-o, assim, de qualquer prática contrária ao Grupo Votorantim. As relações de poder estavam postas em todas as esferas sociais: desde a família, até a igreja, todas as relações sociais estavam permeadas pela ação social e política do Grupo Votorantim.

O autor não discorre mais do que uma folha sobre o assunto, apenas cita os fatos no intuito de dizer que tem conhecimento sobre o que registra. Mas não há a preocupação de analisar as fontes históricas para compreender as relações sociais na sua complexidade, discutindo as relações de conflito, dominação e resistência. Na verdade, se os autores assim o fizessem, poderiam desfazer a imagem

paternalista construída em relação a Pereira Ignácio e José Ermírio de Moraes, ao longo do processo histórico.

CONCLUSÃO

As pesquisas realizadas por Araújo Martins e Santos Júnior, assim como o trabalho desenvolvido pela Secretaria de Cultura de Votorantim¹⁴ são primordiais para a compreensão desta história.

É inadmissível compreender estes fatos como “falseamento” da realidade mas, sem dúvida, a discussão pertinente refere-se às concepções teóricas que estão norteando esses olhares sobre a cidade, possibilitando perceber que o pesquisador não é neutro e, portanto, fala de um determinado lugar, atendendo interesses específicos de uma determinada classe social.

Pretendi, com esta pesquisa, trazer para o centro das questões a luta de classes, a voz do operariado que foi silenciado ao longo do processo histórico.

Pudemos constatar que a História produzida pelos respectivos autores contemplou os “donos do poder”, atribuindo os diversos acontecimentos aos feitos desses homens, desprovidos de interesses econômicos, políticos e sociais.

Necessariamente este trabalho não tem a finalidade de negar a história conhecida, mas sim contribuir com uma outra perspectiva sobre a cidade de Votorantim e, para isso, pensar a cidade considerando os verdadeiros protagonistas dessa história, o operariado, e discutir a constituição da cidade a partir do Banco União no final do século XIX e a apropriação por Pereira Ignácio e depois José Ermírio de Moraes Filho, como os verdadeiros beneficiários dessa política econômica até meados do século XX.

Discutir Votorantim compreendendo todo o contexto histórico do Brasil torna-se imprescindível. As transformações nesta localidade no final do século XIX com a Fábrica Têxtil, a primeira a ser construída inicialmente, as vilas operárias, a creche, o bonde, sem dúvida não foram transformações pequenas e insignificantes. Mas, há de se discutir a Política Econômica desse contexto e os interesses que moveram a ação daqueles empresários.

A partir de 1918, vamos perceber uma continuidade dos investimentos por Pereira Ignácio ou por José Ermírio de Moraes Filho. Novas vilas operárias foram construídas, tendo sido criada em 1936, a Fábrica de cimento Votoran, inaugurando-se a Fábrica de papel Votocel em 1948, e o Hospital Santo Antônio em 1949.

¹⁴ Anexo: projetos da secretaria da cultura

Nessa concepção, é fundamental compreendermos a cidade circundada pela Fábrica, sendo que a extensão do domínio sobre os Operários ia além dos muros e direta e indiretamente, todas as práticas sociais, atendiam a essas necessidades, fosse através do futebol, do cinema, da rádio, banda, escola, e igreja, que permitiam “modelar” moralmente estes operários.

Os Operários, em diversos momentos, lutaram contra a opressão, como pudemos perceber no trabalho do historiador Araújo Neto. Sem dúvida, o mesmo teria que ter muita coragem para opor-se aos dirigentes da Votorantim uma vez que, evidentemente, colocava em risco a casa, a creche dos filhos, o trabalho e o acesso ao lazer, enfim a convivência social.

Apesar de considerar de extrema importância histórica o trabalho de Araújo Martins e Santos Júnior, eles não deram representatividade à classe operária e, a partir desses trabalhos, assim como o meu, com certeza surgirão outros, preenchendo as lacunas que possivelmente ficarão, abrindo espaço para novos questionamentos.

Seria interessante analisar com profundidade a vida daqueles operários, bem como discutir as relações em todas as esferas sociais, para compreender a complexidade delas. Por exemplo: todos os operários possuíam casas? Quando uma operária era admitida no trabalho, tinha direito a uma casa no seu nome? Havia Lideranças Femininas nas greves operárias? As relações eram iguais entre os operários da Fábrica de Tecidos, a Fábrica de Papel e a Fábrica de Cimento?

Quando nos referimos aos operários em Votorantim, é preciso ressaltar a sua trajetória em diferentes contextos históricos, pois, discutimos o operário no final do século XIX, ou seja, quando foi construída a Fábrica Têxtil, até a década de 60 do século XX. E são contextos históricos longos e diferenciados. Por isso, há de se fazer uma ressalva e delimitar esse tempo, permitindo o aprofundamento destas questões.

No final do século XIX, o conceito de classe era bastante tênue, pois a questão da nacionalidade estava posta com mais força. No início do século XX, nos deparamos com diversas greves, mas com uma insuficiência da legislação trabalhista. Torna-se necessário o aprofundamento destas relações a partir da década de 30 e mais precisamente no Estado Novo, com uma “nova” configuração social e política. Finalizando com a política desenvolvimentista de Juscelino

Kubitschek e adentrando a Ditadura Militar, é relevante pensar o operário na especificidade desses contextos.

Nesta pesquisa não foi possível dar conta de um processo histórico tão longo e aprofundar a discussão em relação ao operariado, açambarcando o aspecto econômico, político e social. Há ainda, um longo caminho a ser trilhado para apanhar esta historicidade que foi apropriada e produzida atendendo às empresas Votorantim, lembrando que a própria emancipação e a criação dos Símbolos Municipais deram legitimidade ao Grupo Votorantim.

Compreender a historicidade da cidade nos remete à fábrica que irá “determinar” a configuração espacial e social desta localidade. Tornou-se lugar comum pensar a Cidade a partir da Fábrica. Em diversos momentos referi-me ao Grupo Votorantim delimitando este espaço à própria Votorantim.

Mas, é importante ressaltar que a Indústria tornou-se muito mais abrangente, possuindo unidades em diversas localidades. Como citei anteriormente, a Empresa possui uma unidade Votorantim metais na cidade de Juiz de Fora, em Minas Gerais e também nas cidades paulistas de Itapeva, Alumínio e o bairro paulistano de São Miguel Paulista, além de Votorantim, abrigando unidade da Votorantim cimentos, metais, química, siderúrgica, celulose e papel, sendo a Indústria muito maior que a extensão da cidade. Este Grupo, na cidade, patrocinou a história local, perpetuando, dessa forma, a sua própria história, haja vista, a comemoração pelos 85 anos do Grupo Votorantim, quando patrocinaram projetos culturais com esta finalidade.

Separar a História patrocinada pelo Grupo Votorantim da história vivida e a historiografia foi muito difícil e fundamental para entender os meandros desta constituição histórica. Os autores estudados apoiaram-se no historiador Aluísio de Almeida (1969, 2002), que se aproxima da escola pragmática positivista, apropriaram-se da história da cidade e lhe deram legitimidade, tornando-se a “História Oficial” da cidade.

A emancipação de Votorantim é fato muito recente, pois ocorreu na década de 60, sendo poucos os trabalhos referentes à história da cidade. Assim, considero de grande relevância histórica o trabalho de Isabel Dessotti (2007), também propondo uma nova perspectiva de leitura sobre a cidade, levando a percepção da dominação e resistência em todo o processo histórico.

Foram diversas as dificuldades com que me deparei, principalmente de acesso às fontes históricas, pois a maior parte do acervo se encontra em mãos de

particulares. É como se a produção fosse um privilégio de poucos, aqueles que “detêm” conhecimento suficiente para produzir um determinado conhecimento histórico.

Questionar e tentar compreender um determinado conhecimento histórico é um processo difícil, pois podemos incorrer em erros. Assim, quando o pesquisador cita uma referência textual e iconográfica sem a devida inserção, há o consentimento com esta concepção histórica. Por isso, acredito ser fundamental ao historiador a clareza da concepção teórica que está norteando o seu trabalho e, principalmente saber que a fonte histórica não fala por si, fazendo-se necessário o constante diálogo.

Toda e qualquer produção não é neutra, uma vez que o historiador, ao selecionar as fontes e organizá-las, pressupõe um posicionamento ideológico, de modo que uma determinada concepção está norteando o trabalho. Compreender os espaços e os diferentes “tempos” é um exercício difícil ao historiador. A história sendo produzida no “tempo” presente que está norteando o olhar sobre o passado.

Acredito que os autores fizeram um caminho inverso, pois, foi o olhar do passado que norteou a leitura sobre a cidade. A valorização da “Fábrica” e todas as suas dependências, como o armazém, as vilas, as igrejas, os bondes, a creche, o cinema, a banda, o hospital, enfim, tornaram-se relevantes em decorrência da mesma. A valorização dos dirigentes da Votorantim está posta em todo momento.

Ao analisarmos os mitos, estes estão – direta ou indiretamente – nos remetendo à Fábrica, assim como, a relevância dos recursos hídricos, o brasão, o hino e a bandeira. A “efervescência” social, ou seja, a movimentação é evidenciada para admitir a vida social a partir da Fábrica. O movimento dos operários, os “apitos” chamando ao trabalho, tornam-se secundários neste contexto, a menos que seja evidenciado no sentido de dimensionar a grande “ebulição social” proporcionado pelo Grupo Votorantim, cujo enaltecimento que moveu a perspectiva do olhar dos autores.

Como pudemos discutir, Santos Júnior (2004) foi uma “testemunha” desta história, participou do movimento emancipacionista, foi um vanguardeiro, “lutando” ao lado daqueles que desejavam a emancipação, deixando que suas impressões e “paixões” norteassem o seu olhar sobre a cidade.

Hoje, percebemos uma cidade que vive sob a “sombra do passado”. As vilas da Chave e Barra Funda já tiveram parte da arquitetura modificada, a Fábrica Têxtil,

assim como, a Fábrica de Papel Votocel não mais pertencem ao Grupo Votorantim. Apenas a Fábrica de Cimento Votoran ainda permanece, mas todas as casas foram derrubadas, sobrando apenas resquícios do que foram a vila e a igreja pertencentes à Fábrica.

Na derrubada da vila muitas pessoas perderam além das moradias, os seus lares e parte da sua identidade, pois não interessava mais aos Industriais manter os operários nas proximidades da Fábrica. No hospital Santo Antônio, o atendimento agora é particular. A creche não é mais administrada pelos dirigentes da Votorantim. Apenas, a represa Itupararanga continua sob a concessão daquele Grupo.

É interessante pensarmos que o nome da cidade foi apropriado para designar o nome do Grupo Votorantim. Aqueles que lhe deram a “vida”, hoje a tomam de volta. Neste trabalho propus-me a discutir a construção dos mitos sobre a cidade, o enaltecimento dos dirigentes do Grupo Votorantim e desmitificar esta história, discutindo as relações de dominação e exploração em todas as esferas sociais. E, sem dúvida, o “tecido social” destas relações ainda será objeto de estudos de muitos pesquisadores que, certamente, darão continuidade a esta pesquisa.

ANEXO: PROJETOS DA SECRETARIA DA CULTURA

Ressentindo-se da falta de sistematização da história de Votorantim, a Secretaria de Cultura e Turismo local, durante a gestão de João Souto Neto¹⁵, e na pessoa da professora Orzila Romero Martins de Oliveira, idealizadora do *Projeto Memória*, pretendeu, além de montar painel representativo da memória de Votorantim, a organização de livro que, coordenado por Araújo Martins, intitulou-se *Votorantim 2000 - Memórias de uma cidade*.

Desenvolveu-se, também, nas Escolas Públicas Municipais e pela mesma Secretaria Municipal de Educação, em parceria com o *Instituto Museu da Pessoa*¹⁶ – especializado em documentação histórica de empresas e regiões – e o apoio do *Instituto Avisa Lá*¹⁷, o projeto *Memória Local de Votorantim*¹⁸, com o objetivo de resgatar a história do município por meio da memória oral dos moradores mais antigos.

Tal foi a importância dada a esse projeto que no dia 06/12/2006 a cerimônia de abertura contou com a participação de Marcelo Monteiro, gerente da Fábrica de Santa Helena, Carlos Augusto Pivetta, Secretário da Educação de Votorantim, Cisele Ortiz, coordenadora de Projetos do Museu da Pessoa, além do Prefeito de Votorantim, Jair Cassola.

No resultado final, segundo mencionou Marcelo Monteiro, gerente da Fábrica Santa Helena: “Ficamos muito satisfeitos com os resultados do projeto, que permitiu aos jovens da região compreender a importância do resgate da história da cidade”.

Cabe ressaltar que, durante nove meses, quinze Escolas Municipais do Ensino Fundamental foram contempladas com o projeto, sendo que alunos entre oito a dez anos de idade participaram do evento.

¹⁵ 1997 a 2000.

¹⁶ O *Museu da Pessoa* foi fundado em São Paulo, em 1991, com o objetivo de construir uma rede internacional de histórias de vida, capazes de contribuir para a mudança social e a preservação de histórias de vida; é formado pelo núcleo Brasil, Canadá, Estados Unidos e Portugal, e já realizou mais de cem projetos, tais como memória institucional, desenvolvimento local e educação, utilizando, como metodologia, a história oral, e agregando várias histórias de vida. Ver www.museudapessoa.net.

¹⁷ O *Instituto Avisa Lá* é uma organização não governamental (ONG) sem fins lucrativos, responsável pela formação continuada de educadores, formadores e outros profissionais que trabalham na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental. Alguns membros de sua equipe fazem parte do Ministério da Educação e Cultura – MEC – e ajudaram na elaboração do Referencial Curricular para a Educação Infantil, além de produzir projetos para a formação continuada de professores.

¹⁸ Iniciativa da Votorantim Cimentos

Segundo artigo publicado no *site* www.votorantim.com.br/ptb em 05 de dezembro de 2006¹⁹, o *Museu da Pessoa* e o *Instituto Avisa Lá*, responsáveis pelo desenvolvimento pedagógico do programa, comandaram a exposição itinerante dos materiais coletados, livros e álbuns com registro escrito ou fotográfico, e livro desenvolvido pelos educadores envolvidos no projeto.

Cabe, ainda, informar que a mesma iniciativa foi adotada pela empresa Votorantim Cimentos em outras cidades em que atua, procurando contribuir com o desenvolvimento da memória local nas cidades paulistas de Votorantim e Itapeva, além do bairro paulistano São Miguel Paulista, onde estão abrigadas unidades da Votorantim Cimentos, Votorantim Metais, Votorantim Química e Votorantim Celulose e Papel.

Em 2007, na cidade Juiz de Fora, Minas Gerais, a unidade Votorantim Metais do Grupo Votorantim, também desenvolveu projeto sobre a memória local na escola, idealizado pelo *Museu da Pessoa* e com o apoio do *Instituto Avisa Lá*.

Desde 2003, o objetivo do Grupo Votorantim era resgatar, através do *Projeto Memória Votorantim*, a sua história, que está diretamente relacionada à comemoração dos 85 anos do Grupo Votorantim.

É sintomático, também, que esse resgate da memória local seja apenas exemplo do movimento que já vem ocorrendo em várias localidades: em Sorocaba, com o apoio da ONG *Memória Viva*²⁰, cujo presidente é Sérgio Aranha, e em parceria com a Secretaria de Cultura de Votorantim, fez-se, em 2006, o projeto *Memória Viva*, com a intenção de fazer uma versão local do *Museu da Pessoa*, cujo objetivo final foi o registro da História local. Produziu-se o documentário *Vídeo Memória* que, contando com a participação do Grupo Imagem²¹, foi distribuído nas escolas municipais de Votorantim, igrejas, associações e demais secretarias, para servir como fonte de pesquisas.

Pode-se perceber que não se trata de movimentos isolados. Há, enfim, toda uma política cultural valorizando histórias locais, mas resta a inquietação: qual história se pretende preservar? A que realmente aconteceu ou seria apenas a legitimação ideológica de algum grupo social?

¹⁹ “Votorantim Cimento e Prefeitura Municipal realizam exposição no encerramento do Projeto Memória Local na Escola”.

²⁰ ver *site* www.memoriaviva.org.br

²¹ Núcleo de Fotografia e Imagem, tendo como um dos integrantes o Werinton Kermes, Secretário da Cultura de Votorantim.

Dentre as contribuições para o Museu da Pessoa, uma das mais importantes vem da pesquisadora Zilda Kessel²², que traz sua concepção teórico-metodológica a respeito da Memória Social. Considera ela relevante a conceituação de memória, que define como *construção feita no presente, a partir de vivências e experiências ocorridas no passado*, nos projetos de memória local.

Outra destas contribuições veio da pesquisa da historiadora Karen Worcman²³, que discute a concepção da memória empresarial. Segundo ela, a História não deve ser pensada apenas como resgate do passado, mas, sim, utilizada como marco referencial, a partir do qual as pessoas redescobrem valores e experiências, reforçam vínculos presentes, criam empatia com a trajetória da empresa. Dessa forma, e por meio de técnicas de memória oral, a pesquisa histórica passa a ser integrada como ação estratégica de comunicação na empresa, resgatando valores, identificando expectativas e resultando em história humana, inédita.

No caso votorantinense, é importante trilharmos todos os percursos delineados pelo já mencionado projeto *Memória Local de Votorantim*, especialmente como o *Instituto Museu da Pessoa*, o *Instituto Avisa Lá* e o apoio do Grupo Votorantim se vinculam ao projeto, o que aponta para interesses empresariais na difusão e perpetuação de sua concepção de História. Ponto importante é que isto, de forma alguma, se contrapõe aos livros produzidos pelos autores Araújo Martins (2000) e Santos Júnior (2004), também apoiados pelo Grupo Votorantim. Em relação a isto, Araújo Martins nos diz na p. 57:

Comemorando seus 80 anos, o Grupo Votorantim lançou uma publicação em que história sua trajetória (sic) e dá um panorama do que hoje representa o Grupo para a economia do país. Em seu encerramento, sob o título de “Compromisso Social”, deixa claro que os filhos e netos que hoje conduzem o Grupo se mantêm fiéis aos ideais de Pereira Inácio e de José Ermírio de Moraes:

Com base neles, o Grupo encontrou a sua inabalável vocação para a assistência e desenvolvimento de seus funcionários e a convicção no trabalho como fator preponderante da dignidade humana. Como parte indissociável de sua história, são estes os princípios que nortearão também os próximos passos e empreendimentos com a marca Votorantim. (...) “ O Grupo entende que somente a partir da educação, da saúde e do trabalho é que os brasileiros avançarão em suas carreiras e subirão na escala social.

²² Zilda Kessel é educadora e formadora do Museu da Pessoa; é especialista em Museologia, com mestrado em Ciência da Informação; autora de *Memória e memória coletiva*.

²³ Karen Worcman: graduada em História e Mestre em Lingüística, pela Universidade Federal Fluminense; fundadora e diretora do Instituto Museu da Pessoa; escreveu *A história na empresa: identidades e oportunidades*.

Esses são os mais preciosos capitais humanos. (Grupo Votorantim 80 anos 1918 – 1998 – Publicação do Grupo Votorantim).

Portanto, há toda uma política de valorização do Grupo Votorantim, que irá se “imortalizar”, através do financiamento da produção historiográfica e de projetos culturais, perpetuando assim, a sua História.

REFERENCIAS

- _____. ALMEIDA, Aluísio. **3 Séculos de História**. São Paulo: Editora Ottoni, 2002.
- _____. **História de Sorocaba**. Sorocaba, SP: Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba, 1969.
- ARAÚJO NETO, Adalberto Coutinho de. **Sorocaba operária: ensaio sobre o início do movimento operário em Sorocaba, 1897 – 1920**. São Paulo: Editora Create, 2005.
- CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.
- CHAUÍ, Marilena. **Mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.
- DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. **A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo – 1927 – 1934**. Unicamp – SP: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1983.
- DESSOTTI, Isabel Cristina. **História da educação de Votorantim: do apito da fábrica à sineta da escola**. Sorocaba, S.P: Universidade de Sorocaba, 2007 (Dissertação de Mestrado).
- GOMES, Ângela de Castro. **História e historiadores**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1996.
- HOBBSAWN, Eric e RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1984.
- JÚNIOR, João dos Santos. **Votorantim, História e Iconografia de uma cidade**. Editora Ottoni: 2004.
- KHOURY, Yara Maria Aun et al.. **A Pesquisa em História**. São Paulo: Editora Ática, 1989.
- MARTINS, José de Souza. **Subúrbio**. São Paulo: Editora Unesp, 2002.
- MARTINS, Kleber de Araújo. **Votorantim 2000 - Memória de Uma Cidade**. São Paulo: Editora Cooperativa Técnico-Educacional, 2000.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. **Trama e Poder: a trajetória e polêmica em torno das indústrias de juta**. São Paulo: Editora Sette Letras, 1996.
- PINTO JUNIOR, Arnaldo. **A invenção da “Manchester Paulista”: embates culturais em Sorocaba (1903-1914)**. Campinas, SP: Faculdade de Educação da Universidade de Campinas, 2003 (Dissertação de Mestrado).

SCANTIMBURGO, João de. **José Ermírio de Moraes – o homem – a obra**. São Paulo: Editora Nacional, 1975.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870 – 1930**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1993.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1990.